

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Centro de Ciências Tecnológicas – CCT
Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAU

VICTÓRIA BATISTA PEREIRA



EDIFÍCIO JOAO GOULART:
Análise da Arquitetura Moderna Institucional

São Luís – MA

2018

VICTÓRIA BATISTA PEREIRA

**ED. JOAO GOULART:
Análise da Arquitetura Moderna Institucional**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Maranhão, com a finalidade de conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, cursado desde 2012.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Grete Pflueger

São Luís – MA

2018

VICTÓRIA BATISTA PEREIRA

**ED. JOÃO GOULART:
Análise da Arquitetura Moderna Institucional**

Projeto de pesquisa para o Trabalho Final de Graduação apresentado a Universidade Estadual do Maranhão, como finalidade de conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr.^a Grete Soares Pflueger (Orientadora)
Doutora em Urbanismo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Prof. José Antonio Viana Lopes
Mestrado em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Pereira, Victória Batista.

Edifício Joao Goulart: análise da arquitetura moderna institucional. /
Victória Batista Pereira- São Luís, 2018.

110 f.

Orientador (a): Profa. Dr. Grete Pflueger.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

1. Arquitetura moderna. 2. Edifício João Goulart. 3. São Luís. I. Título.

CDU: 72.03(812.1)

Dedico todos os frutos desse trabalho a todas as mulheres que sempre foram referência de luta e resistência, em especial à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Grete Pflueger, que abraçou minha ideia até o fim e à pessoa que acredita em mim desde antes de minha chegada nesse mundo, que me ensinou desde o primeiro passo até as longas caminhadas com perseverança e humildade: minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Deus, acima de todas as coisas.

Começar essa página de agradecimentos gera um frio na barriga, pois é a prova real de que estou mais perto do que imaginava da realização de um sonho. Sinto que eu jamais teria chegado até aqui se não fosse todo esforço e dedicação dos meus pais, de proporcionar a mim as melhores condições para que eu pudesse desenvolver os estudos de forma justa. Jamais devo deixar de agradecer cada professor que passou pela minha trajetória estudantil, contribuindo cada um com o estímulo da capacidade intelectual e desenvolvimento humano que me permitiram chegar até aqui.

De forma especial, agradeço à minha família, que sempre torceu positivamente por mim, em especial à mãe Antonia dos Santos Batista que sempre lutou pela educação de qualidade e ao meu pai Júlio César Pereira, que me ensinou desde muito pequenina, que a única forma de alcançar grandes méritos é através do estudo e dedicação.

Agradeço a todos os professores que compartilharam seus conhecimentos de forma coletiva e algumas vezes pessoal, estimulando nosso pensar e desenvolvimento crítico, em especial os que mais marcaram esses seis anos iniciais de minha vida acadêmica: Marluce Wall de Carvalho Venancio, Alex Oliveira de Souza, Thaís Trovão dos Santos Zenkner, José Bello Salgado Neto, Francisco Armond do Amaral, Erico Peixoto Araújo, Marcia Tereza Campos Marques, Ingrid Gomes Braga, Margareth Figueiredo e de forma especial à professora e amiga, Grete Soares Pflueger, que me abraçou no último momento e resistiu, não soltando minha mão neste grande salto.

Sem esquecer todos que estiveram presentes, fora (ou não) do âmbito acadêmico, agradeço a todos os verdadeiros amigos que tiveram importantes contribuições nessa longa jornada. Aqui, deixo minha enorme gratidão aos que leram e enaltecem meu trabalho, com análises de grandes contribuições, em especial o Tammys Loyola Rolim, Victor Menezes Maciel e ao Victor Hugo Limeira Nunes, amigos para todas as horas.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à toda equipe técnica do IPHAN/MA, em especial a arquiteta Danielle Faccin, Mariana Fensnterseifer, Raphael Pestana e Danielle Magalhães, que me enriqueceram com experiência e sabedoria em 2017.

“(...)acredito numa solidariedade internacional, num concerto de todas as vozes particulares. Agora é um contrassenso se pensar numa linguagem comum aos povos se cada um não aprofunda suas raízes, que são diferentes(...)”

Lina Bo Bardi

RESUMO

O movimento moderno foi um marco na arquitetura do mundo inteiro, ao disseminar novos modos de construir e organizar os espaços em um período conturbado, circunscrito pelas grandes guerras do século XX. No Brasil, os Institutos Federais foram agentes multiplicadores da arquitetura moderna, com a construção de sedes governamentais em várias capitais. A construção do Edifício João Goulart, antiga sede do INSS, foi um marco da arquitetura moderna na capital maranhense, com a demolição de sobrados para a inserção de um dos primeiros e únicos arranha-céus no núcleo fundacional, tombado pela UNESCO em 1997. Construído em 1960, o Edifício João Goulart em São Luís funcionou apenas por 20 anos em seus quase 50 anos de idade; e teve um histórico de fracassadas reformas e descaso governamental, resultando em seu completo abandono e desgaste, impulsionado pelo vandalismo de ocupações irregulares. Hoje ele configura uma “ruína moderna”. A análise do atual estado de abandono do Ed. João Goulart, em comparação com seu histórico ao longo do tempo, indica uma urgente necessidade de reabilitação/intervenção/reforma, para que seja interrompido seu caminho ao arruinamento. Neste trabalho final de graduação, buscou-se a compreensão sobre a importância da arquitetura moderna, representada desse edifício inserido no contexto histórico urbano e paisagístico da cidade de São Luís, em dissonância com seu processo de abandono. Buscou-se refletir sobre a preservação da arquitetura do século XX, utilizando como diretrizes as cartas patrimoniais para a compreensão dos valores históricos e culturais que um bem material agrega em uma sociedade, a fim de absorver a importância da preservação desses bens acompanhado de propostas para reverter esse cenário.

Palavras-chave: Edifício João Goulart; arquitetura moderna; abandono.

ABSTRACT

The modern movement was a milestone in the architecture of the whole world, spreading new ways of building and organizing spaces in a troubled period, circumscribed by the great wars of the twentieth century. In Brazil, the Federal Institutes were multiplying agents of modern architecture, with the conception of governmental headquarters in several capitals. The construction of the João Goulart Building, former headquarters of the INSS, was a landmark of modern architecture in Maranhão's capital, with the demolition of houses for the insertion of one of the first and only skyscrapers in the foundational nucleus, registered by UNESCO in 1997. Built in 1960, the João Goulart Building in São Luís operated for only 20 years in its almost 50 years of existence; and had a history of failed reforms and government negligence, resulting on its complete abandonment and attrition, driven by the vandalism of irregular occupations. Today's setup is a "modern ruin". An analysis of the current state of abandonment of Ed. Joao Goulart, in comparison to its history over time, indicates an urgent need for rehabilitation / intervention / reform, so that his road to ruining is interrupted. In the final undergraduate work, an understanding is sought about the importance of modern architecture, transcribed through the building, inserted in the urban historical and perspective context of the city of São Luís, in dissonance with its process of ruining. We sought to reflect on a preservation of twentieth-century architecture, using as guidelines the letters for understanding the historical and cultural values that an aggregate material good in a society, absorbing end the importance of preservation of goods accompanied by everything by reversing this scenario.

Keywords: João Goulart Building; modern architecture; neglect.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAMs	- Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CAPs	- Caixa de Aposentadoria e Pensões
IAB	- Instituto de Arquitetos do Brasil
IAPI	- Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
ICOMOS	- Conselho Internacional de Patrimônio e Sítios Históricos
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	- Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAN	- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MASP	- Museu de Arte de São Paulo
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MPS	- Ministério da Previdência Social
PMSL	- Prefeitura Municipal de São Luís
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
SESC	- Serviço Social do Comércio (instituição privada)
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
ZPH	- Zona de Preservação Histórica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Residência do Gregori Warchavchik. Fonte: Hugo Zanella para acervo FAU USP. Ano: 1927.....	22
Figura 2 - Fachada do prédio do MEC. Fonte: Leonardo Finotti.	24
Figura 3 - Vista frontal da Casa de Vidro, 1951. Fonte: Leonardo Finotti. Disponível em <www.leonardofinotti.com>	25
Figura 4- Esboço do Plano Piloto de Brasília. Imagem © Arquivo Público do Distrito Federal/Fundo Novacap. Licença CC BY-NC-ND 3.0 BR apud BARATTO, Romullo. 2017.	26
Figura 5 - Vista do MASP, pela Av. Paulista. Fonte: Leonardo Finotti. Disponível em <www.leonardofinotti.com> Acessado em dez. 2017.	27
Figura 6 - Terraço do late Clube com detalhe para laje curvilínea. Fonte: Leonardo Finotti. Disponível em <www.leonardofinotti.com>	29
Figura 7 - Fachada da Igreja da Pampulha, com destaque para painel azulejado. Fonte: Leonardo Finotti. Disponível em <www.leonardofinotti.com> Acessado em dez. 2017.	29
Figura 8 - Fachada principal do Edifício Humberto Santa Cruz, Maceió. Fonte: site < g1.globo/al.> Acessado em 21/03/2017.....	36
Figura 9 - Edifício do INSS no Centro do RJ, atualmente de interesse do Ministério da Ciência e Tecnologia. Fonte: site <http://enoticia.net.br/brasil/o-inss-possui-35-mil-imoveis-abandonados-invadidos-ou-ocupados-de-forma-irregular/> Acessado em 08/09/2017.	36
Figura 10 – Edifício no centro de Teresina – Pl. Antigo INSS. Fonte: Google Street View, adaptado pela autora. SET. 2017.	37
Figura 11 – Ed. Art Déco (1940), Av. Nove de Julho, São Paulo – SP. Fonte: site <http://www.saopauloantiga.com.br/inss/> Acessado em 01/10/2017.	37
Figura 12 – Matéria de Jornal que informa o início do seu estado de abandono. Fonte: O Imparcial. Ano: 1999.	38
Figura 13- Quando as paredes falam. Fonte: BATISTA, 2017.	39
Figura 14- Vista da área tombada, com destaque ao primeiro prédio moderno do centro. Fonte: LOPES, 2008, p. 48.	47
Figura 15- Mapa de Localização do prédio do INSS no Centro Histórico de São Luís – grifado em vermelho. Fonte: Google Maps, 2017, adaptado pela autora.....	50
Figura 16 - Av. Dom Pedro II, antes da construção do Ed. João Goulart. Fonte: IBGE apud facebook.com.br/minhavelhasaoluis, 2017.	51
Figura 17- Jornal de manchete que anuncia construção do Ed. João Goulart. Fonte: O Imparcial, 1958.....	52
Figura 18 - À esquerda, jornal com manchete de inauguração do Ed. João Goulart. Fonte: O Imparcial, 1958.	52
Figura 19 – À direita, registro de jornal que mostra o Ed. recém entregue. Fonte: O Imparcial, 1958.	52
Figura 20 - Fachada frontal do edifício e seu estado de conservação há 10 anos. Fonte: FIGUEIREDO, 2006.	54
Figura 21 - À esquerda, a mesma fachada frontal 10 anos depois, registrada em junho. Fonte: BATISTA, 2017.....	54
Figura 22 - Ainda mesma fachada, registrada em julho. Fonte: BATISTA, 2017.	54
Figura 23 – Cartão postal da AV Pedro II, onde observa-se. Ed. João Goulart ao fundo. Fonte: Grete Pflueger. Ano desconhecido.	56
Figura 24 - Registro feito pela Praça Dom Pedro II, mostrando a localização e entorno do Ed. João Goulart, Fonte: BATISTA, 2017	56
Figura 25 - À esquerda, fachada principal do Ed. João Goulart, voltada para Av. Pedro II. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	57
Figura 26 – À direita, fachada lateral do Ed. João Goulart, voltada para Rua da Estrela. Fonte: Acervo físico da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	57
Figura 27 - Planta-baixa primeiro subsolo. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	58

Figura 28- Planta baixa, segundo subsolo. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	59
Figura 29 - Planta baixa do Térreo. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/M, adaptado pela autora.....	59
Figura 30- Planta baixa da sobreloja. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	60
Figura 31- Planta baixa do segundo e terceiros pavimentos. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	61
Figura 32- Planta baixa do quarto pavimento. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	62
Figura 33 - Planta baixa do quinto do décimo pavimento. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptada pela autora.	63
Figura 34-Fachada do Ed. João Goulart, registrada em márço. Fonte: BATISTA, 2017.	65
Figura 35- Fachada do Ed. João Goulart, registrada em márço. Fonte: BATISTA, 2017.	65
Figura 36 - Registro aproximado da fachada frontal do Ed. João Goulart, feito em márço. Fonte: BATISTA, 2017.....	66
Figura 37- Registro aproximado da fachada frontal do Ed. João Goulart, feito em julho. Fonte: BATISTA, 2017.....	66
Figura 38 - Registro feito no interior do térreo do Ed. João Goulart. Fonte: BATISTA, 2017.	67
Figura 39- Vista interna do salão no térreo. Fonte: BATISTA, 2017.	68
Figura 40- Interior dos fossos de elevadores no nível térreo. Fonte: BATISTA, 2017.	68
Figura 41 - Vista interna do primeiro subsolo, voltado para vãos de esquadrias ainda existentes. Fonte: BATISTA, 2017.	68
Figura 42 - Vista interna do primeiro subsolo, voltado para vãos de esquadrias vedados. Fonte: BATISTA, 2017.....	68
Figura 43- Registro de abertura feita em parede de alvenaria, no primeiro subsolo, atrás da caixa de escada secundária. Fonte: BATISTA, 2017.	69
Figura 44 - Imagem do fosso do elevador ao nível do segundo subsolo. Fonte: BATISTA, 2017.....	69
Figura 45 – À esquerda, vista interna do segundo subsolo. Fonte: BATISTA, 2017.	69
Figura 46 - Vista interna da sobreloja, voltada para acesso principal. Fonte: BATISTA, 2017.	70
Figura 47 - Vista do amplo salão iluminado que caracteriza a sobreloja. Fonte: BATISTA, 2017.	70
Figura 48 - Vista interna das esquadrias da fachada principal da sobreloja. Fonte: BATISTA, 2017. .	70
Figura 49 - Vista interna das esquadrias voltadas para Rua da Estrela. Fonte: BATISTA, 2017.	70
Figura 50 - Vista de alguns casarões da Rua da Estrela, com destaque para Rio Bacanga ao fundo. Fonte: BATISTA, 2017.	71
Figura 51 - À esquerda: vista do corredor principal do segundo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.	71
Figura 52 - À Direita: vista interna de uma das salas do segundo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.	71
Figura 53 – Grande acúmulo de lixo encontrado em um dos compartimentos do segundo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.	72
Figura 54 - Sequência de registros, de outras duas salas distintas do segundo pavimento. Fonte: BATISTA (2017).	72
Figura 55 - Vista de paisagem por uma das esquadrias do terceiro pavimento. Fonte: BATISTA (2017).	73
Figura 56 - Vista interna de um dos sanitários do terceiro pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.	73
Figura 57 - Vão feito para utilização de pátio externo. Fonte: BATISTA, 2017.	74
Figura 58- Registro de vários vãos abertos de forma irregular, um seguido do outro. Fonte: BATISTA, 2017.....	74
Figura 59 - Vista interna do corredor do quarto pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.	74
Figura 60 – À esquerda - Vista frontal da torre do Ed. João Goulart. Fonte: BATISTA, 2017.	75
Figura 61 – À direita - Vista inferior da torre do edifício. Fonte: BATISTA, 2017.	75
Figura 62- Vista da Catedral pelo terraço do edifício. Fonte: BATISTA, 2017.	76
Figura 63- Vista da ponte José Sarney pelo terraço do edifício. Fonte: BATISTA, 2017.....	76
Figura 64- Vista interna da escada, em trecho entre quinto e décimo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.....	77

Figura 65 - Vista interna de um dos sanitários, em trecho entre quinto e décimo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.....	77
Figura 66 - Vista dos sobrados e Rio Bacanga ao fundo, através de janela do décimo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.	78
Figura 67 - Vista dos Palácios governamentais, mar e Espigão Ponta d'Areia ao fundo. Fonte: BATISTA, 2017.....	79
Figura 68 - Mapa 01: Sobre os Estilos Arquitetônicos nas edificações do entorno. Fonte: Mapa fornecido pela 3ª Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora. Dados coletados em abril de 2017.....	80
Figura 69 - Gráfico 01, à esquerda, gerado a partir de análise do Mapa 01.	80
Figura 70 - Mapa 02: Sobre o Estado de Conservação nas edificações do entorno. Fonte: Mapa fornecido pela 3ª Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora. Dados coletados em abril de 2017.....	81
Figura 71 - Gráfico 02, à direita, gerado a partir de análise do Mapa 02.	81
Figura 72 – Aéreo do conjunto urbano e paisagístico no qual o Ed. João Goulart está inserido. Fonte: LOPES, 2008, p. 19.	82
Figura 73- Ed. João Goulart ao fundo de registro feito no cruzamento da Rua do Giz com Rua João Vital. Fonte: BATISTA, 2017.	83
Figura 74 - Vista do Ed. João Goulart a partir da varanda de outra edificação na Rua João Vital. Fonte: BATISTA, 2017.	83
Figura 75 – Vista do entorno do Ed. João Goulart, feita pela sua cobertura em direção à Rua da Estrela. Autor: BATISTA, 2017.....	84
Figura 76 – Vista do entorno do Ed. João Goulart. feita pela sua cobertura em direção à Igreja da Sé. Fonte: BATISTA, 2017.	84
Figura 77 - Dados coletados da primeira pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com	87
Figura 78 - Dados coletados da segunda pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com	88
Figura 79 - Dados coletados da terceira pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com	88
Figura 80 - Dados coletados da sétima pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com	89
<i>Figura 81- Dados coletados da terceira pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com</i>	<i>89</i>
Figura 82 - Dados coletados da última pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com	90
Figura 83 - Proposta de intervenção para térreo. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	91
Figura 84 - Proposta de intervenção para térreo. Fonte Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	92
Figura 85 - Proposta de intervenção para sobreloja. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	93
Figura 86 - Proposta de intervenção para segundo e terceiro pavimentos. Fonte Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	93
Figura 87 - Projeto de Intervenção no quarto pavimento. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	94
Figura 88 - Projeto de Intervenção das unidades habitacionais. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.	95

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 - Carta Patrimonial de Lisboa.

Anexo 2 - Plantas baixas do levantamento arquitetônico fornecidas pela 3ª Superintendência do IPHAN/MA.

Apêndice 1 - Mapas de análise do entorno.

Apêndice 2 - Plantas baixas da proposta de reabilitação/intervenção apresentadas ao Ed. João Goulart.

Apêndice 3 - Modelo de questionário aplicado em plataforma digital.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA	18
1.1 Os Cinco Pontos da Arquitetura	19
1.2 Origem do Movimento Moderno no Brasil	21
2 O INSS E SEUS EDIFÍCIOS NO BRASIL	33
2.1 A História do Instituto	34
2.2 A relação das Instituições Federais com a arquitetura moderna	34
3 A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA DO SECULO XX NAS CARTAS PATRIMONIAIS	41
3.1 Na Carta de Atenas	42
3.2 Na Carta de Veneza	43
3.3 Na Carta de Lisboa	44
3.4 Na Carta de Burra	45
4 SÃO LUÍS NO CONTEXTO HISTÓRICO E MODERNO	47
5 ANÁLISE DO EDIFÍCIO PRES.JOÃO GOULART	50
5.1 Identificação e Reconhecimento do Bem	51
5.2 Levantamento Cadastral/Físico	58
5.3 Levantamento Fotográfico.....	64
5.4 Análise do entorno	80
6 DIRETRIZES PARA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO JOÃO GOULART	86
6.1 Entrevistas.....	88
1.26.2 Proposta de Intervenção/Reabilitação	92
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS E APÊNDICES	101

INTRODUÇÃO

A arquitetura moderna transformou o mundo e impulsionou uma nova forma de projetar e de refletir a sociedade, de acordo com as necessidades do homem moderno inserido no contexto entre as duas guerras mundiais do século XX. Um dos grandes referenciais teóricos do modernismo na arquitetura foram os congressos internacionais (CIAMs) e também a publicação do artigo do arquiteto Le Corbusier na revista *L'Esprit Nouveau* (1926), onde ele definiu os cinco pontos característicos dessa nova arquitetura que vinha se disseminando timidamente pelo mundo.

No Brasil, a construção do prédio do MEC, a vinda de Le Corbusier e as contribuições da arquiteta Lina Bo Bardi, influenciaram uma geração de arquitetos que disseminaram esse novo estilo arquitetônico. Os Institutos Federais também foram agentes multiplicadores da arquitetura moderna no país, com a construção de sedes governamentais em várias capitais. Assim, surgiu a construção do Edifício João Goulart, antiga sede do INSS, que foi um marco da arquitetura moderna na capital maranhense, com a demolição de sobrados em processo de arruinamento para a inserção de um dos primeiros e únicos arranha-céus no núcleo fundacional, inserido na lista de patrimônio mundial pela UNESCO em 1997.

Porém, com a desestruturação política na segunda metade do século XX (o golpe militar de 1964) e anos depois com o desmembramento deste órgão federal, INSS, houve um enorme rompimento na sua gestão e conseqüentemente para os cidadãos contribuintes. Momento em que a falência da instituição foi decretada, levando ao fim administrativo de várias de suas sedes, transformando esses investimentos edificados, em sua maioria destacados pela altura, em vazios urbanos, sem fins operacionais, sem nenhum sentido. Apenas uma grande edificação desocupada.

A compreensão desse estado de abandono deve caminhar paralelamente com ênfase na importância da preservação da arquitetura moderna, em questão. Ao utilizar como diretriz para a preservação e conservação as cartas patrimoniais, têm-se maior clareza acerca do que deve ser feito para evitar ou transformar esse cenário.

A escolha deste tema se deu devido ao meu interesse por essa edificação que se encontra abandonada há tanto tempo, inserida na área mais nobre do centro da cidade e pela intrigante possibilidade de refletir sobre o seu papel no entorno, a sua preservação e suas possibilidades de novos usos para dinamização da área.

Este trabalho final de graduação busca analisar o Edifício João Goulart, no cenário o qual foi construído, compreendendo seu contexto histórico e paisagem urbana no qual está inserido, questionando-se os motivos pelos quais o mesmo foi abandonado por mais de vinte anos e sugerindo propostas e diretrizes para a mudança desse cenário.

O objetivo geral desse trabalho busca compreender a arquitetura moderna no Brasil, do papel dos edifícios do INSS, e análise do Ed. João Goulart, ícone do moderno em São Luís, através dos conceitos de reabilitação nas cartas patrimoniais, discutindo, seu atual estado de preservação.

Dentre os objetivos específicos, contextualiza-se a arquitetura moderna brasileira, destacando os edifícios institucionais que surgem nessa conjuntura, com ênfase para as construções provenientes da previdência social (INSS). De forma a incorporar os conceitos de reabilitação, contido nas cartas patrimoniais, analisando assim a preservação do moderno materializado na arquitetura. Por fim, elabora-se a contextualização histórica do Edifício João Goulart; discutindo a preservação da arquitetura do século XX, apresentando estudos de viabilização para a reabilitação do edifício.

No procedimento metodológico foram realizadas pesquisas sobre a arquitetura moderna através de livros, documentários e palestras de seminários; pesquisas sobre conceitos de reabilitação, preservação e conservação nas cartas patrimoniais de Atenas, Veneza, Burra e Lisboa; juntamente com análise comparativa com demais edifícios do INSS, também em estado de abandono, encontrados em jornais, dissertações e em acervo digital. Também se levantou dados cadastrais e documental sobre o imóvel em acervos físico e digital fornecidos pela 3ª Superintendência do IPHAN/MA além de visita técnica ao imóvel. Ao analisar o estado de conservação do Edifício João Goulart, e realizar entrevistas virtuais sobre o edifício, serão apresentadas as diretrizes e propostas para reabilitação do prédio.

*A cidade é moderna
Dizia o cego a seu filho
Os olhos cheios de terra
O bonde fora dos trilhos
A aventura começa no coração dos navios
Pensava o filho calado
Pensava o filho ouvindo
Que a cidade é moderna
Pensava o filho sorrindo
E era surdo e era mudo
Mas que falava e ouvia*

(Milton Nascimento – Trastevere)

1. ARQUITETURA MODERNA E BRASILEIRA

1.1 Os Cinco Pontos da Arquitetura

O movimento moderno que surge na Europa, mais precisamente na Alemanha, como subproduto da Revolução Industrial e consequência direta de duas Guerras Mundiais (1914-18/1939-45), sob influência inicial do futurismo e do cubismo, traz para arquitetura e urbanismo uma nova relação entre cidade e sociedade. Este movimento foi impulsionado pelos novos modos de pensar e agir através de movimentos artísticos vanguardas pós-bélicos, como afirma o arquiteto e historiador Leonardo Benévolo, quando fala sobre os pequenos movimentos artísticos que aparecem no período pós-guerra imediato:

Essa é a parte mais visível da Vanguarda pós-bélica e, para muitos a essência da arte moderna. A outra parte - aquela que dura para além das circunstâncias momentâneas e que conta realmente para o destino da sociedade contemporânea - esforça-se para motivar racionalmente a sua ação inovadora, distinguindo aquilo que deve ser mantido e aquilo que deve ser destruído; a Arquitetura moderna começa a partir desta linha. (BENÉVOLO, 1989, p. 384) ¹

Obteve-se desse ponto em diante um conjunto de técnicas, aliando arte e função aplicados aos novos modos de construir e habitar. A partir desse momento, conclui-se a importância do movimento moderno e a necessidade de uma academia que fundamentasse os conceitos do modernismo em prol da sociedade. Assim surge a Escola Bauhaus (1919 - 1933)², fundada pelo arquiteto Walter Gropius na Alemanha. Nesse mesmo contexto histórico, início do século XX, o arquiteto Le Corbusier³ se destaca na discussão da cidade moderna, propondo a Cidade Funcional⁴, com fascínio ao pensamento urbanístico. Em 1922 apresenta seu projeto modelo, “A cidade contemporânea de três milhões de habitantes” (Ville Contemporaine de trois

¹ BENEVOLO, Leonardo, História da Arquitetura Moderna, vol. II, 2.ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1989, p.394.

² Constituída após a fusão das Escolas de Artes e Ofício e Belas Artes de Weimar, em 1919, teve como princípios as bases da nova arquitetura e de designers ligado à produção industrial, marcando o século XX. Com a Segunda Guerra Mundial e ascensão do nazismo na Alemanha, a partir de 1933, ocorre o fechamento da Escola de Bauhaus, sendo, seus professores e alunos, perseguidos pelo Estado, que considerava a arte por esses produzida como um elemento degenerado. Disponível em <<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo1/constitutivismo/bauhaus/index.html>> Acessado em: nov. 2017.

³ Charles-Edouard Jeanneret-Gris (1887 – 1965), mais conhecido como Le Corbusier, suíço naturalizado francês, foi um dos mais importantes arquitetos e urbanista do século XX, com suas teorias, publicações e obras.

⁴ Este ideal positivista foi experimentado em diferentes projetos de cidade-modelo desde o processo de industrialização das cidades, como, por exemplo, a Cidade-Jardim Linear espanhola, de Arturo Soria y Mata (início de 1880); a Cidade-Jardim Concêntrica inglesa, de Ebenezer Howard (1889); e a Cidade Industrial de Tony Garnier (1899-1918).

millions d'habitants), onde propunha um ordenamento projetual, racional e articulado à geometria. (CHOAY, 1979, p. 188)

Podemos, a *grosso modo*, classificá-lo em três momentos distintos, que se sobrepõem: a modernização das cidades, de meados e final do século XIX até início do século XX; as vanguardas modernas e o movimento moderno (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, CIAMs), dos anos 1910-20 até 1959 (fim dos CIAMs); e o que chamamos de modernismo (ou moderno tardio), do pós-guerra até os anos 1970.⁵ (JACQUES, 2012, p. 32, destaque original)⁶

Um dos referenciais teóricos desse movimento moderno, precedente ao CIAM citado anteriormente, surge na França, com a publicação do artigo de Le Corbusier na segunda década do século XX, no *L'Esprit Nouveau* (1926)⁷ sendo o princípio básico a separação funcional do sistema estrutural das vedações. O fato do edifício poder ser visto por inteiro e ao mesmo tempo ter seu entorno observado através das esquadrias internas, traz uma relação mais íntima com o espaço circundante, possibilitando-se assim o trânsito livre no térreo da edificação, sendo necessária apenas uma solução para a face da área, um novo desenho para o espaço que funcione não somente como apoio ao edifício, mas como um componente integrante do projeto, agregando arquitetura, paisagismo, topografia, pavimentação e as relações sociais. As diretrizes fundamentais para a nova arquitetura, que foram publicados pelo arquiteto Le Corbusier, determinadas pelos cinco pontos fundamentais da arquitetura moderna, são:

2. Planta livre: estrutura independente que permite a livre locação das paredes, já que estas não mais precisam exercer a função estrutural;
3. Fachada livre: elemento resultante das estruturas independentes, permitindo que a fachada possa ser projetada sem impedimentos, de forma livre.
4. Pilotis: conjunto de pilares com função estrutural de toda carga da edificação, possibilitando o térreo livre e permitindo o trânsito por debaixo do mesmo;

⁶JACQUES, Paola Berenstein. Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica (2001). 4ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

⁷ Publicados em 1926 na revista francesa *L'Esprit Nouveau*, porém implícitos no esquema Dom-ino de 1914 no qual se separava funcionalmente o suporte da vedação. 148 LE CORBUSIER. Precisoões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo. Cosac & Naify, 2004. p. 61 apud POLIZZO, 2010, p. 92.

5. Janelas em fita: também consequência da independência entre estrutura e vedações, tratam-se de aberturas longilíneas que cortam toda a extensão do edifício, permitindo iluminação mais uniforme e vistas panorâmicas do exterior;
6. Terraço jardim: transformando as coberturas em terraços habitáveis (em contraposição aos telhados inclinados das construções tradicionais).

1.2 Origem do Movimento Moderno no Brasil

Estes elementos que influenciaram fortemente a arquitetura vanguarda brasileira, e é possível observar determinadas características nos principais projetos edificados desde o período do modernismo até hoje no Brasil. No penúltimo capítulo desse trabalho, retomaremos a análise dos cinco pontos fundamentais de Le Corbusier em conjunção com a análise do Edifício João Goulart.

Outro importante marco teórico e referencial no movimento moderno foram os congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, como afirmou Paola (2012), sendo o IV CIAM (1933) um destaque especial, onde foi finalizada a “Carta de Atenas” com os conceitos básicos do novo estilo. É de comum acordo que o marco inicial do movimento moderno no Brasil se organizou a partir de exposições das pinturas de Anita Malfatti (1896-1964) em discordância com as opiniões de Monteiro Lobato, onde a partir do debate de ideologias e de defensores da causa, surgia o primeiro grupo modernista brasileiro, de acordo com o arquiteto Hugo Segawa⁸ (2014):

É consensual, entre os historiadores, que o marco inicial do movimento moderno no Brasil aconteceu em São Paulo, em dezembro de 1917: a exposição de pinturas de Anita Malfatti (1896-1964). A jovem artista – que expunha o seu aprendizado artístico na Alemanha e nos Estados Unidos – não pretendia com suas telas de caráter *fauve*, deflagrar nenhum movimento. Mas a reação negativa, sobretudo do escritor Monteiro Lobato (1882-1948), provocada pelas suas pinturas sem nenhuma relação com o academismo e o naturalismo vigentes chamou a atenção de jovens intelectuais que se solidarizaram com a pintora. Poetas, jornalistas e artistas reuniram-se em torno de um debate: o caráter conservador, “passadista” do meio artístico. Articulava-se o primeiro grupo modernista brasileiro.⁹

⁸ Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Livre-docente pela Escola de Engenharia de São Carlos/USP, Doutor e Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP.

⁹ SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 42.

Esse movimento começa a se fortalecer por volta de 1920, mais precisamente em 1922, sendo marcado pela Semana de Arte Moderna¹⁰. Esse primeiro *start* mais palpável do movimento no país veio através de artistas plásticos, pintores, escultores, escritores e cantores. Havia, no entanto, um descompasso da arquitetura com a vanguarda literária modernista, uma vez que, até então nenhum dos argumentos da arquitetura moderna haviam se materializado naquele momento. Como descreve Segawa (2014): “A inexistência da obra moderna construída condenava a intenção arquitetônica ao limbo da utopia”.

De acordo com Cavalcanti (2001) a delimitação temporária de início e fim da arquitetura moderna brasileira é de 1928, data da construção da primeira casa modernista em São Paulo, pelo arquiteto ucraniano, recém-chegado ao Brasil, Gregori Warchavchik, até 1960 antes da construção de Brasília.¹¹

Apenas em 1928 é concluída e documentada a primeira expressão de arquitetura moderna brasileira, Warchavchik (1896 – 1972) que após casar-se com a brasileira Mina Klabin, construíra sua primeira casa na Vila Mariana – SP (Fig.01). O arquiteto e sua obra tiveram ampla divulgação pela imprensa da época e sempre que questionado afirmava ser de uma vertente “que já vencera na França, Alemanha, na Checoslováquia, na Holanda e outros países”. [Ferraz, 1965, p. 26 apud Segawa, 2014, pg. 45]

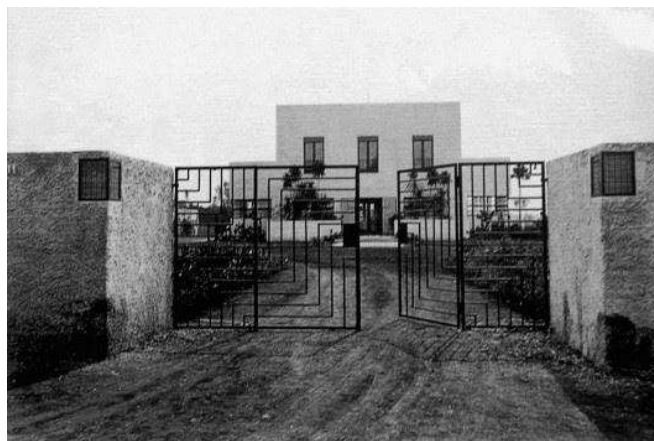


Figura 1- Residência do Gregori Warchavchik. Fonte: Hugo Zanella para acervo FAU USP. Ano: 1927.

¹⁰ Também conhecido como Semana de 22, aconteceu no Teatro Municipal São Paulo, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922 e se caracterizou pela manifestação artístico-cultural, onde teve exposições de ideias inovadoras que questionavam a perfeição estética tão apreciada no século XIX. Contou com a presença de diversos artistas, entre eles: Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Manuel Bandeira e Heitor Villa-Lobos.

¹¹ CAVALCANTI, L. A. P. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930 - 1960)*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2007.

O movimento moderno consolidou-se nas veias da arquitetura, quando algumas residências e prédios modernistas começaram a ser introduzidos vagarosamente pelo país. No Brasil, a visita do arquiteto americano Frank Lloyd Wright ao Rio em 1931 e do arquiteto franco-suíço Le Corbusier em 1936, juntamente com sua colaboração no projeto do prédio do MEC no Rio de Janeiro em 1936 seriam decisivas à produção da arquitetura moderna e influenciariam uma geração de arquitetos brasileiros. Destacamos neste contexto as figuras de Lúcio Costa¹² e Oscar Niemeyer¹³ e a importância da parceria em 1938, na participação da concepção e execução do Pavilhão do Brasil em Nova York, 1938:

Um pavilhão simples, pouco formalístico, atraente e acolhedor, que se impusesse não pelas suas proporções, que o terreno não é grande, nem pelo luxo, que o país ainda é pobre, mas pelas suas qualidades de harmonia e de equilíbrio, e como expressão, tanto quanto possível pura, de arte contemporânea.¹⁴

Lúcio Costa (1985) relata, no documentário “Arquitetura Moderna no Brasil”¹⁵, que na época da construção desse pavilhão brasileiro, Nova York ainda não tinha sequer um edifício com fachada totalmente envidraçada. Em contrapartida, a estrutura do prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, já estava sendo finalizada no Brasil. Mostrando assim que o Brasil vinha se inovando, com o objetivo de apresentar uma nova arquitetura autêntica e moderna para o mundo.

Em outro trecho do mesmo documentário, Costa afirma que a corrente modernista veio como uma necessidade, uma espécie de ruptura do ecletismo acadêmico, que serviu como norma para a integração da arte com as novas tecnologias construtivas que surgiam na época. Acima de tudo, entendia-se que dentro do movimento moderno havia um compromisso moral, de transformação social.

Outro marco da consolidação da arquitetura moderna brasileira, foi o prédio do Ministério da Educação e Saúde, construído entre 1936-1942 no centro do Rio de Janeiro, pelo arquiteto Lúcio Costa, acompanhado de sua equipe: Affonso Eduardo

¹² Nascido na França em 1902, **Lúcio Costa** formou-se em arquitetura na Escola de Belas Artes, assumindo em 1929 a direção da escola, reformulando o curso. Foi professor de Oscar Niemeyer.

¹³ Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (1907-2012) brasileiro nascido no Rio de Janeiro e formado pela Escola de Belas Artes é considerado uma das peças mais importantes da arquitetura moderna brasileira, difundindo projetos feitos no Brasil para o mundo todo. Atualmente possui 27 de suas obras inscritas no livro de Tombamento do IPHAN.

¹⁴ COSTS, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 192.

¹⁵ Entrevista registrada em documentário **Arquitetura Moderna no Brasil**, produzido pelo IAB-SP e Fundação Bienal de São Paulo, 1985. Disponível em: www.youtube.com.br/watch?v=pfGol4nV7Mo&t=718s.

Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos e Oscar Niemeyer. Um projeto icônico que teve como consultor o arquiteto Le Corbusier, paisagismo de Roberto Burle Marx e painéis de Cândido Portinari. Como relatou o próprio Oscar Niemeyer, no documentário *Arquitetura Moderna no Brasil*:

O Ministério da Educação (fig.02) foi a arquitetura que mostrou para o Brasil o que era arquitetura moderna na linha de Le Corbusier. Que o piloti era uma coisa justa para facilitar a circulação, o brise-soleil era proteção para o painel de vidro; o painel de vidro uma decorrência da estrutura independente e o terraço jardim era uma área que se recuperava em todos os edifícios.



Figura 2 - Fachada do prédio do MEC. Fonte: Leonardo Finotti.

A partir da consolidação desse projeto, no Brasil, a arquitetura moderna passou a assumir no país proposições estéticas e funcionais que caracterizaram as obras como bens culturais. Em contrapartida, o mundo paralisava brutalmente o movimento moderno, devido às fortes opressões do nazismo e do fascismo nos países

combatentes. A intolerância política e a barbárie assumem a posição. Nada podia ser construído. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a arquiteta Lina Bo Bardi muda-se para o Brasil, em 1946, junto com seu marido Pietro Maria Bardi, trazendo consigo o impulso criativo e revolucionário que havia permanecido latente durante os anos que sobrevivera em meio as destruições em massa.

Em 1951, ao se naturalizar brasileira, finaliza seu primeiro projeto no Brasil, sua residência: A Casa de Vidro (fig.03). Esse exemplar elegante em vidro e aço, harmonioso com a natureza, foi a primeira residência construída no bairro do Morumbi – SP. Um local que ainda era mata virgem teve a implantação da sua primeira assinatura moderna.



Figura 3 - Vista frontal da Casa de Vidro, 1951. Fonte: Leonardo Finotti. Disponível em <www.leonardofinotti.com>

Nesse contexto, onde a arquitetura moderna brasileira, ainda engatinhando, na esperança de caminhar com as próprias pernas, o mundo para na tentativa de se reorganizar, devido as consequências devastadoras da Segunda Guerra Mundial, que atinge todas as grandes potências, consecutivamente o Brasil, em processo de desenvolvimento. Nesse momento, esse em que a internacionalização dos fatos impõe o país a definir um estilo e uma forma nacional na arquitetura, o Brasil pós-

guerra adentra a euforia das novas construções, uma vez que boa parte do mundo já havia começado suas reconstruções diante dos destroços da guerra.

Aproximadamente neste período o até então presidente Juscelino Kubitschek¹⁶, a partir de uma ideia nacionalista e desenvolvimentista, propõe a construção de Brasília, cidade sede governamental do país. Nesse momento, pela primeira vez na história do país, havia um presidente com um plano de trabalho exclusivo da sua gestão, disposto a pô-lo em prática em um curto período de tempo. “50 anos em 5”, como repercutiu a frase-*slogan* de sua campanha na época. Conseguiu. Juscelino Kubitschek construiu Brasília (fig.07), que se tornou marco do modernismo no país, principalmente pelo traçado original e planejado, o famoso plano piloto, dividindo a cidade em zonas por atividades relacionadas (considerando a Carta de Atenas), envolvida por arquiteturas monumentais construídas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, gerando vários sonhos e expectativas de um Brasil melhor para todos. Em contrapartida deixou uma herança crítica com inflação alta e déficit da balança de pagamentos.

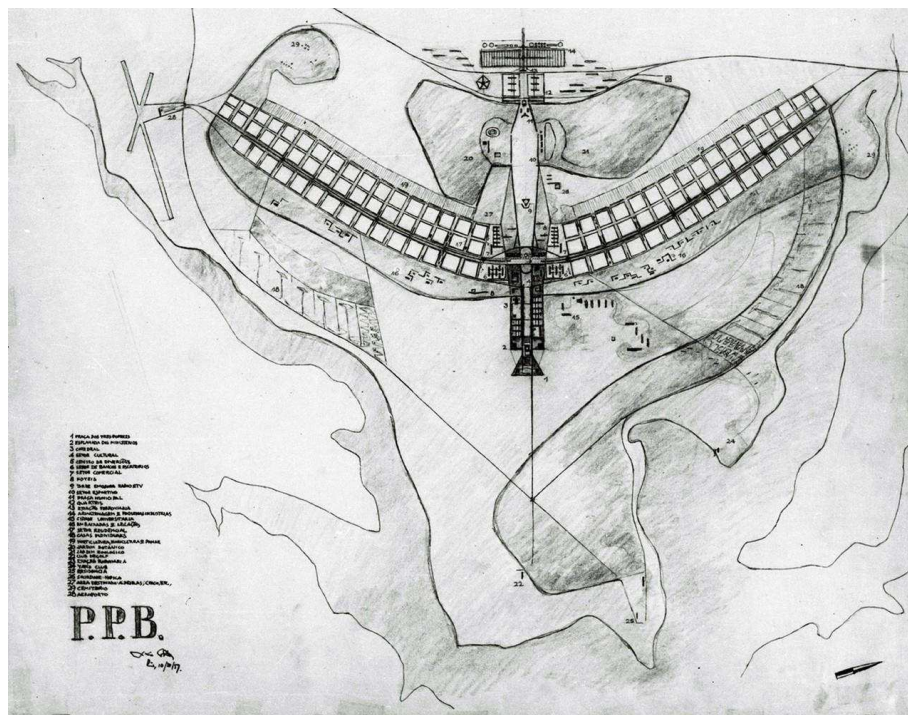


Figura 4- Esboço do Plano Piloto de Brasília. Imagem © Arquivo Público do Distrito Federal/Fundo Novacap. Licença CC BY-NC-ND 3.0 BR apud BARATTO, Romullo. 2017.

¹⁶ Juscelino Kubitschek foi presidente da República entre 1955-1960, juntamente com o vice-presidente João Goulart. Nos primeiros anos do pleito houve tentativa de golpe da UDN (União Democrática Nacional) e dos militares, momento em que JK rapidamente colocou em ação o Plano de Metas e a construção de Brasília, transferindo a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central.

Alguns anos depois, viria o segundo projeto de Lina Bo Bardi, sendo talvez um dos mais importantes na história do país. Em 1947 na avenida Paulista, era entregue o MASP, que foi destaque internacional e se tornou um marco na história da arquitetura do século 20. Através do vidro e do concreto, Lina Bo Bardi criou um dos maiores vãos livres da história do país (74 metros) feitos em superfícies ásperas e sem acabamentos luxuosos que contempla leveza, transparência e suspensão. A esplanada sob o edifício foi pensada como uma praça para uso da população. Outro ponto marcante pela arquiteta Lina, encontra-se nos icônicos cavaletes de cristal, criados para expor as coleções no segundo andar do edifício. Ao retirar as obras das paredes, os cavaletes questionam o tradicional modelo de museu europeu. No MASP (fig.04), o espaço amplo e livre, com a expografia suspensa e transparente, permite ao público um convívio mais próximo com o acervo, onde os visitantes escolhem seus caminhos e traçam suas histórias.¹⁷



Figura 5 - Vista do MASP, pela Av. Paulista. Fonte: Leonardo Finotti. Disponível em <www.leonardofinotti.com> Acessado em dez. 2017.

Além do MASP, Lina Bo Bardi projetou o SESC Pompéia, Solar da União e outras residências que ganham notoriedade a nível nacional. Apesar de toda sua importância, muitos intelectuais criticaram seus projetos, especificamente o MASP,

¹⁷ Trecho retirado da própria apresentação do Museu. Disponível em <<https://masp.org.br/sobre>> Acessado em dez. 2017.

por questões estéticas. A própria Lina rebateu as críticas dizendo que não procurou estética, mas sim liberdade no projeto e quando questionada sobre o tema, sua resposta foi simples e objetiva: “O povo gostou! E sabe quem fez? Foi uma mulher!”¹⁸. Durante o tempo que morou no centro-oeste do Brasil, sofreu alguns impasses e hostilidades pelo simples fato de ser mulher, arquiteta e com propostas humanitárias, que buscava dar sentido social em suas obras públicas, sobrepondo qualquer elemento estético. Após realizar uma exposição polêmica no MASP sobre as mazelas sofridas pelo povo nordestino, o governador do Estado da Bahia a convidou para montar e fundar o Museu de Arte Moderna da Bahia. Foi então que se mudou para Salvador e causou a maior revolução artístico-libertária do Nordeste, uma vez que ela levou vozes e olhares para uma área até então esquecida pelo país. Fez questão de impulsionar o Nordeste não como elemento folclórico, mas como potencial criativo, artístico e cultural. Nesse momento, Lina Bo Bardi, foi peça fundamental para impulsionar a essência criativa do povo, com destaque aos baianos da década de 60, como Caetano Veloso, Glauber Rocha, Gilberto Gil, Maria Bethânia e demais artistas.

O Brasil entra por último na história da industrialização de marco ocidental, portador de elementos da pré-história e da África, rico de seiva popular. Uma industrialização abrupta não planejada, importada. Os marcos sinistros da especulação imobiliária, o não planejamento habitacional popular, a proliferação de objetos, na maioria supérfluos, pesam na situação cultural do país, criando gravíssimo entraves, impossibilitando o desenvolvimento de uma verdadeira cultura autóctone. A nova realidade precisa ser aceita para ser estudada, mas um reexame da história recente do país se impõe. É o Aleijadinho e a cultura brasileira diante da missão francesa, é o nordestino do couro e das latas vazias, é o habitante das vilas, é o negro, é o índio. Uma massa que inventa, que traz uma contribuição seca, dura de digerir. (BARDI, 1993)¹⁹

Toda essa liberdade da criação artística, previamente estabelecida pela forma-função dos arquitetos que vinham mostrando seu trabalho no país, invadiu a mesa de trabalho de Oscar Niemeyer, fazendo com que ele transformasse as formas da arquitetura moderna brasileira, dando origem a uma nova plasticidade para as construções de concreto, inicialmente com o conjunto de projetos da Pampulha, com a Igreja São Francisco de Assis (fig.05) e do late Golf Clube (fig.06), todos em Belo Horizonte.

¹⁸ Cinebiografia da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi (1914-2014), produzida pelo INSTITUTO LINA BO e P.M. BARDI (1993), onde a mesma narra sua trajetória no Brasil, disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=YBIK0-17VF0>> Acessado em dez. 2017.

¹⁹ **Relato de Lina Bo Bardi** transcrito da Cinebiografia da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi (1914-2014), produzida pelo INSTITUTO LINA BO e P.M. BARDI (1993), onde a mesma narra sua trajetória no Brasil, disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=YBIK0-17VF0>> Acessado em dez. 2017.



Figura 6 - Terraço do Iate Clube com detalhe para laje curvilínea. Fonte: Leonardo Finotti. Disponível em <www.leonardofinotti.com>



Figura 7 - Fachada da Igreja da Pampulha, com destaque para painel azulejado. Fonte: Leonardo Finotti. Disponível em <www.leonardofinotti.com> Acessado em dez. 2017.

A arquitetura do Brasil segue assim para o seu terceiro momento²⁰, tornando-se modernista (ou arquitetura tardia) passando a ser reconhecida pelas novas formas

²⁰ Ver citação de JACQUES (2012) na p. 16 deste trabalho.

construídas que modernizava utilizando a rigidez do concreto suavizado pelas curvas, representando a leveza das riquezas naturais brasileiras. Com as obras de Oscar Niemeyer e a nova cidade Brasília, a arquitetura brasileira criou uma identidade única dentro da arquitetura moderna.

O período que se inicia na década de 60 é marcado pela visão desenvolvimentista do governo, que utiliza o *slogan*: “O Brasil terá o tamanho de sua agricultura”. Estruturou-se em um sistema que envolveu agentes federais, estaduais e municipais, atuando em todas as áreas, para assegurar um amplo desenvolvimento econômico no país. Assim, a arquitetura torna-se imprescindível para as construções civis, nos setores industrial e metropolitano; na construção de hidrelétricas e terminais rodoviários de passageiros; aeroportos; centrais de abastecimento (CEASA); escolas e espaços universitários.

O ano de 1961, inclusive, torna-se ainda mais significativo na vida universitária do país: fundava-se a Universidade de Brasília (UnB) – uma proposta de modelo acadêmico inédito no país, sob orientação de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro (1922-1997) – e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – definindo a estrutura das universidades. Porém, toda euforia que o Brasil vivia teve dias contados, visto que – “entre uma esquerda confiante e a direita acuada, entre nacionalistas e liberal-internacionalistas” (SEGAWA, 2014) – houve o Golpe Militar, em 1964. Como diria Villa Nova Artigas²¹, a censura atingiu todas as esferas e afetou profundamente o ensino das universidades, já que as limitações de pensamento passaram a ser impostas no regime ditatorial e os intelectuais perseguidos. Nesse momento, houve uma ruptura no processo de construção do Brasil moderno.

A política das reformas pós-1964 voltava-se para a capacitação do aparelho do Estado para intervir na economia, apesar da retórica liberal de seus promotores. Nesse período, a estatal Petrobrás (setor petrolífero) tornou-se a maior empresa da América Latina, ingressando no clube das cem maiores do mundo.²²

Não obstante, importante reconhecer, de acordo com Lira (2017), que essa apropriação cultural e valorização das construções modernas imponentes que viriam

²¹ **Entrevista registrada em documentário Arquitetura Moderna no Brasil**, produzido pelo IAB-SP e Fundação Bial de São Paulo, 1985. Disponível em <www.youtube.com.br/watch?v=pfGol4nV7Mo&t=718s> Acessado em nov. 2017.

²² SEGAWA, Hugo. **Arquitetura no Brasil 1900-1990**. 3ª ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2014. p. 160.

a marcar o país desse momento em diante, não teriam fixado de tal forma se não fosse a '*reprodutibilidade técnica*', por ele assim mencionada – especificadamente a fotografia, o cinema e a comunicação visual – que veio a compor esse cenário moderno, incorporando os valores da imagem junto à imprensa.²³

Nesse momento, a arquitetura brasileira toma novos rumos e começa a reconhecer novos recantos geográficos, até então pouquíssimo explorados. Os arquitetos vão se envolver em grandes projetos desenvolvimentistas, embutidos em equipes organizadas por grandes empresas de engenharia, que no período entre 1960-70, virtualmente monopolizaram o planejamento das grandes obras civis do regime militar. (SEGAWA, 2014)

É importante o conhecimento da história, para a valorização e apropriação da mesma. A arquitetura moderna teve grande importância para o desenvolvimento do país, em um século marcado por guerras, golpes militares e revoluções artísticas. O enaltecimento desta arquitetura, junto com o reconhecimento de seus ícones auxilia a mantê-la viva, evitando a morte por abandono citada por Amorim no parágrafo anterior.

²³ LIRA, José. **O visível e o invisível na arquitetura brasileira**. São Paulo: DBA, 2017. p. 9 – 10.

Tá vendo aquele edifício, moço?

Ajudei a levantar

Foi um tempo de aflição

Eram quatro condução

Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto

Olho pra cima e fico tonto

Mas me vem um cidadão

E me diz, desconfiado

Tu tá aí admirado

Ou tá querendo roubar?

Meu domingo tá perdido

Vou pra casa entristecido

Dá vontade de beber

E pra aumentar meu tédio

Eu nem posso olhar pro prédio

Que eu ajudei a fazer

[...]

(Zé Ramalho – Cidadão)

2. O INSS E SEUS EDIFÍCIOS NO BRASIL

2.1 A História do Instituto

A previdência social no Brasil deu seus primeiros passos com a Lei Elói Chaves, de 1923, que criou as Caixas de Aposentadorias e pensões (CAP's), que eram geralmente organizadas por empresas e empregados. As CAP's operavam em regime de capitalização, porém eram estruturalmente frágeis por possuírem um número pequeno de contribuintes e seguirem hipóteses demográficas de parâmetros duvidosos; outro fator de fragilidade era o elevado número de fraudes na concessão de benefícios.

Em 1930, o presidente do Brasil Getúlio Vargas suspendeu as aposentadorias das CAPs durante seis meses e promoveu uma reestruturação que acabou por substituí-las por Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que eram autarquias de nível nacional centralizadas no governo federal. Dessa forma, a filiação passava a se dar por categorias profissionais, diferente do modelo das CAPs, que se organizavam por empresas.

Ao longo dos anos seguintes surgiriam os seguintes institutos:

1933 - IAPM - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos; (Decreto nº 22.872, de 29 de junho de 1933);

1934 - IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercários (Decreto nº 24.272, de 21 de maio de 1934);

1934 - IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (Decreto nº 24.615, de 9 de julho de 1934);

1936 - IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Lei nº 367, de 31 de dezembro de 1936);

1938 - IPASE - Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado (Decreto-Lei nº 288, de 23 de fevereiro de 1938);

1938 - IAPETC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (Decreto-Lei nº 651, de 26 de agosto de 1938);

1939 - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores (Decreto-Lei nº 1.355, de 19 de junho de 1939);

1945 - ISS - O Decreto nº 7.526, de 7 de maio de 1945, dispôs sobre a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil.

1945 - IAPETEC - O Decreto-Lei nº 7.720, de 9 de julho de 1945, incorporou ao Instituto dos Empregados em Transportes e Cargas o da Estiva e passou a se chamar Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas.

1953 - CAPFESP - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (Decreto nº 34.586, de 12 de novembro de 1953);

1960 - IAPFESP - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, art. 176 - extinta a CAPFESP).

Em 1964, foi criada uma comissão para reformular o sistema previdenciário, que culminou com a fusão de todos os IAPs no INPS (Instituto Nacional da Previdência Social), criado por Eloah Bosny em 1966. Em 1974 foi fundada a Dataprev. Em 1977 foram fundados os hoje extintos Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SIMPAS), Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Em 1990, o INPS se fundiu ao IAPAS para formar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O INAMPS, que funcionava junto ao INPS, foi extinto e seu serviço passou a ser coberto pelo SUS.

Os Institutos Federais foram agentes multiplicadores da arquitetura moderna no Brasil com a construção de sedes governamentais em várias capitais. Segawa (2014) afirma que entre os IAP's, as mais significativas realizações de caráter moderno foram desenvolvidas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI.

O abandono de edifícios institucionais como o do INSS de São Luís aconteceu também em outras capitais, como em Maceió – AL, em Curitiba - PR, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP e em Teresina – PI. De acordo com uma matéria feita pelo jornal O Globo, em março de 2013, no ritmo de venda que vem sendo adotado pelo INSS,

serão necessários 42 anos para zerar o estoque de imóveis espalhados pelo país que não estão sendo usados pelo instituto. O INSS tem 3.396 áreas nessa situação, entre terrenos e prédios. São imóveis vazios ou alugados, um patrimônio bilionário que, em muitos casos, está sendo dilapidado pelo tempo.

2.2 A Relação das Instituições Federais com A Arquitetura Moderna

Os Institutos Federais foram agentes multiplicadores da arquitetura moderna no Brasil com a construção de sedes governamentais em várias capitais. Os Correios, os Ministérios Públicos e Federais de modo geral, todos possuem vertentes da arquitetura moderna. Segawa (2014) afirma que entre os IAPs, as mais significativas realizações de caráter moderno foram desenvolvidas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI.²⁴

O abandono de edifícios institucionais como o do INSS de São Luís aconteceu também em outras capitais, como em Maceió – AL, em Curitiba - PR, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP e em Teresina – PI. De acordo com uma matéria feita pelo jornal O Globo²⁵, em março de 2013, no ritmo de venda que vem sendo adotado pelo INSS, serão necessários 42 anos para zerar o estoque de imóveis espalhados pelo país que não estão sendo usados pelo instituto. O INSS tem 3.396 áreas nessa situação, entre terrenos e prédios. São imóveis vazios ou alugados, um patrimônio bilionário que, em muitos casos, está sendo dilapidado pelo tempo.

Destacamos o caso do Edifício modernista, Humberto Santa Cruz, com sua fachada marcada pela presença de *brise-soleil*, localizado Em Maceió, Alagoas, (fig. 08), antiga sede do INSS, localizado na Praça dos Palmares, no centro de da cidade. De acordo com matéria retirada do *o globo*²⁶, ele esteve ocupado por mais de 100 famílias desde 2013, quando essas foram pegas de surpresa e despejadas em 2015.

²⁴ SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. 3ª ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2014. p. 160.

²⁵ Matéria encontrada em oglobo.com <<https://oglobo.globo.com/brasil/inss-tem-3396-areas-sem-utilidade-maioria-em-estado-de-abandono-7800569>> acessada em out. 2017.

²⁶ Matéria extraída do site <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=406778&e=12>> acessado em jun. 2017.



Figura 8 - Fachada principal do Edifício Humberto Santa Cruz, Maceió. Fonte: site < g1.globo/al.> Acessado em 21/03/2017.

Na região central do Rio de Janeiro (o estado com maior número desses imóveis) citamos o caso do edifício oito andares (fig. 09), sem condições de uso, que reúne 7,2 mil m² e está avaliado em pelo menos R\$ 30 milhões. O prédio atualmente é de interesse do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas possui diversos registros na ouvidoria do órgão pelas condições precárias que apresenta. Esse é um dos reflexos dos tempos em que era a capital federal.



Figura 9 - Edifício do INSS no Centro do RJ, atualmente de interesse do Ministério da Ciência e Tecnologia. Fonte: site <<http://enoticia.net.br/brasil/o-inss-possui-35-mil-imoveis-abandonados-invadidos-ou-ocupados-de-forma-irregular/>> Acessado em 08/09/2017.

Também há o edifício do INSS em Curitiba - PR, entregue em 1974 e desocupado a 30 anos; além do edifício em Teresina – PI (fig. 10), que está localizado em frente à Praça João Luís Ferreira, abandonado há décadas e interditado pelo corpo de bombeiros, devido a problemas estruturais. Todos modernistas, construídos aproximadamente na mesma década, porém abandonados pelos seus órgãos competentes e refletindo diversos problemas socioeconômicos.



Figura 10 – Edifício no centro de Teresina – PI. Antigo INSS. Fonte: Google Street View, adaptado pela autora. SET. 2017.

Para realizar a venda, os imóveis precisam ter a documentação em dia, o que não ocorre com muitos. Há prédios invadidos e devedores de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). “No município do Rio de Janeiro, a maior dificuldade encontra-se na obtenção de certidões negativas de débitos com IPTU dos imóveis que não estavam direcionados para as atividades fim, o que inviabiliza as alienações. Contudo, a maior parte dos imóveis irregulares encontra-se alugada”, informou por e-mail a Superintendência Regional do INSS ao jornal O Globo, matéria de março de 2013.²⁷ O INSS diz que pretende vender todos seus imóveis no país, mesmo os alugados. Além de reduzir despesas com vigilância e conservação – que não ocorrem como deveria – a medida ajudaria a reduzir o déficit da Previdência Social. Todo o dinheiro arrecadado com a venda desses imóveis iria para o pagamento dos benefícios previdenciários. Em 2012, o déficit da previdência pública dos trabalhadores do setor privado foi de R\$ 42,2 bilhões. No mesmo ano, o INSS vendeu 119 imóveis.



Figura 11 – Ed. Art Déco (1940), Av. Nove de Julho, São Paulo – SP. Fonte: site <<http://www.saopauloantiga.com.br/inss/>> Acessado em 01/10/2017.

²⁷ Matéria retirada do site <<https://oglobo.globo.com/brasil/inss-tem-3396-areas-sem-utilidade-maioria-em-estado-de-abandono-7800569>> Acessado em ago. 2017.

Localizado em uma das mais importantes avenidas de São Paulo, a Nove de Julho, o antigo edifício do INSS é o maior símbolo da incompetência do governo federal e da instituição responsável por ele. Esse é um dos maiores exemplares diante dos demais imóveis pertencentes a esse instituto. Além desse, existem outros construídos na década de 40, pela Vila Maria Zélia, Rua Martim Fontes e Rua Apa.

CENTRO HISTÓRICO

Prédio entregue ao abandono

MIVAN GEDEON

DA EQUIPE DE O IMPARCIAL

Não há quem não perceba os eternos tapumes em volta do Edifício Pres. João Goulart, na praça Pedro II, ao lado do Tribunal de Justiça do Maranhão. O prédio, de propriedade da Previdência, foi fechado para reforma em 1997 e, até agora, continua na mesma e sem previsão para iniciar a reforma.

Somente em novembro de 2002 que foi realizada uma licitação, onde teve apenas um licitante, no qual foi inabilitado, por não atender as exigências contidas no edital. A reforma do prédio implica em instalações da rede elétrica, telefônica e lógica, elevador, sistema de climatização, prevenção contra incêndio, pintura, piso e revestimento, que se encontram deteriorados pelo desgaste natural do tempo, devido a não utilização do imóvel.

“Hoje nos estamos com outro processo em fase de andamento, onde se pede em Brasília a verba de R\$ 1,9 milhões, para conclusão desta obra. E estamos aguardando a resposta da direção geral da Previdência em Brasília para que possamos retornar a reforma do prédio. Chegando o recurso, que acre-

dito que só virá no próximo ano, nós retornaremos a reforma”, explicou o chefe do setor de logística do INSS, Wilson Bonfim.

Parado há 6 anos, o prédio chegou a funcionar como departamento do Inamps durante. E caso seja reformada, o edifício abrigará setores como Gerência Executiva, Procuradoria Especializada e Agência da Previdência Nazaré, que atualmente ocupa três imóveis locados, gastos avaliados em aproximadamente 26.000,00 mensais ao INSS.

Apesar de sua arquitetura moderna, o prédio Pres. João Goulart tem mais de 30 anos e está localizado dentro do acervo de prédios tombados pelo Estado. Com 12 andares e inúmeras salas para instalações de escritórios e departamentos, seu estado causa desgosto para quem passa todos os dias pela praça Pedro II. “Nossa! Dá pena em ver isso. Já não basta nossos casarões estarem caindo. Esse, pelo menos, é mais novo do que os outros, dá nenos trabalho para reformar. Eu mesmo cansei de vir aqui, quando funcionava o INAMPS. Não sei porque eles abandonaram o prédio”, diz a funcionária do Tribunal de Justiça, Lourdes Noronha, 53.

KARLOS GEROMY



Imóvel pertencente ao INSS foi fechado para reforma em 1997

Figura 12 – Matéria de Jornal que informa o início do seu estado de abandono. Fonte: O Imparcial. Ano: 1999.

Chegando na cidade de São Luís, a construção do Edifício João Goulart, antiga sede do INSS, foi um marco da arquitetura moderna na capital maranhense, com a demolição de sobrados para a inserção de um dos primeiros e únicos arranha-céus no núcleo fundacional, tombado pela UNESCO em 1997. Construído em 1960, o Edifício João Goulart em São Luís funcionou por 20 anos, sendo abandonado logo após as reformas políticas da Instituição Federal a qual ele pertencia, sofrendo um histórico de fracassadas reformas e abandono.

A mídia local noticiou que por motivos de vandalismo e violência, excepcionalmente após um caso registrado de homicídio em seu interior, os moradores que ocupavam

irregularmente o prédio foram expulsos e as aberturas do térreo e subsolos foram vedadas com parede de alvenaria de tijolos, por determinação do governo.

O arquiteto Luiz Amorim (2007), em seu obituário da arquitetura moderna, faz uma reflexão sobre os tipos de morte do edifício moderno e os classifica em morte por vaidade, por parasitas, de nascença, prematura e por abandono. Quando a morte é por abandono, ele afirma que: quando a arquitetura deixa de ser por nós ocupada e passa a constituir apenas como forma edificada, torna-se um pouco menos arquitetura. Uma vez que a arquitetura deixa de cumprir o seu papel funcional, estrutural e social, ela morre de dentro para fora (fig. 13). Essa morte, traz profundos impactos no corpo arquitetônico abandonado. Hoje ele configura uma “ruína moderna”, fazendo parte desse grupo de edificações abandonadas pelo instituto federal do INSS.



Figura 13- Quando as paredes falam. Fonte: BATISTA, 2017.

Diante dos cenários expostos anteriormente, concluímos que há uma enorme negligência por parte dos órgãos governamentais competentes pela preservação dos bens materiais institucionais, sobretudo os bens tombados ou inseridos em áreas de importância patrimonial cultural, que deveriam estar em pleno estado de conservação. Diferentemente das outras instituições federais, que permanecem conservadas e em uso até os dias atuais, nota-se que a instituição federal relativa à iniciativa privada, ou INSS, em todas as suas fases, teve grande influência na difusão das construções modernistas por todo país, sendo responsável também pelo descaso demonstrado nas edificações apresentadas nesse capítulo.

*Era uma casa muito engraçada
Não tinha teto, não tinha nada
Ninguém podia entrar nela, não
Porque na casa não tinha chão
Ninguém podia dormir na rede
Porque na casa não tinha parede
Ninguém podia fazer pipi
Porque penico não tinha ali
Mas era feita com muito esmero
na rua dos bobos número zero.*

(Vinícius de Moraes – A casa)

3. A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA BRASILEIRA DO SÉCULO XX NAS CARTAS PATRIMONIAIS

O Art. 216.²⁸ da Constituição Federal asseguram a integridade do patrimônio cultural brasileiro aos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Entende-se, dessa forma, que todo bem considerado patrimônio cultural brasileiro, seja material ou não, deve ter sua identidade e memória preservados, através destas diretrizes, uma vez que possuem papel primordial na formação da sociedade brasileira.

Já as cartas patrimoniais são importantes instrumentos para a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, material e cultural. Elas constituem um conjunto de diretrizes para a preservação, a valorização e a catalogação do patrimônio arquitetônico em diferentes períodos de atuação. Destacamos aqui as cartas que mesmo em temporalidades distintas, têm ligação direta com as questões da preservação da arquitetura moderna, reabilitação urbana e relação harmônica entre o passado e o moderno. São elas: CARTA DE ATENAS (1931); CARTA DE VENEZA (1964); CARTA DE LISBOA (1995) E CARTA DE BURRA (1999).

3.1 CARTA DE ATENAS (1931)

O principal objetivo da Carta de Atenas (1931) é discutir as principais preocupações analisadas com o surgimento do movimento moderno: apontar aspectos legais, técnico-construtivos e os princípios norteadores da ação de conservação. A conferência se mostra convicta sobre a melhor garantia de conservação de monumentos se deve ao respeito e interesse dos próprios povos, mediante a educação fornecida pelos órgãos públicos juntamente com ações conscientizadas sobre a importância desses monumentos, lhes fazendo assim aumentar o interesse.

²⁸ BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: dez. 2017.

3.2. CARTA DE VENEZA (1964)

Esta carta trata sobre a questão da conservação, a qual destacamos os seguintes itens, citados, acerca das relações do passado com o presente e da conservação propriamente dita:

§ Art. 4º – A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, a manutenção permanente.

§ Art. 5º – A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação à uma função útil para a sociedade (...)

Não somente a arquitetura tradicional está passível de sofrer um processo de arruinamento. Hoje, com o olhar no começo do século XXI, observamos que uma parte considerável do acervo arquitetônico modernista do século XX está passando pelo mesmo processo. Edifícios, casas, e galerias, construídas dentro do movimento moderno, trouxeram ao mundo modificações permanentes na arquitetura e a conservação da mesma é importante para compreender o que a humanidade almejava alcançar com a passagem do milênio.

A reabilitação de edifícios existentes tem como objetivo valorizar o edifício existente, adaptar edifícios para novas necessidades, melhorar as condições do ambiente interno e revitalizar uma área urbana. Entretanto, no atual contexto mundial da importância do papel da arquitetura como atividade de baixo impacto ambiental, a requalificação de um edifício tem como estratégia fundamental responder às demandas contemporâneas de desempenho ambiental, energético e tecnológico.

A Reabilitação Integrada constitui um contributo inovador para a preservação e vivificação do patrimônio cultural das cidades, na vertente do edificado como do tecido social, que o habita e lhe assegura a identidade. De acordo com a Carta de Lisboa, a reabilitação urbana:

É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

Onde a Reabilitação de um edifício implica:

Obras que têm de pôr fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiênicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência.

Ainda de acordo com a Carta de Lisboa, conforme o artigo 3º, a Reabilitação deverá colocar o Homem no centro das suas preocupações procurando melhorar as condições de vida nos Centros Históricos, utilizando a conservação e preservação do edificado como instrumento desse objetivo. Este conceito de Reabilitação Urbana dirige-se a bairros históricos residenciais degradados, pois procura manter as populações residenciais enraizadas nos seus bairros e não se adapta, obviamente, a áreas históricas abandonadas pela população ou recentemente ocupadas por populações marginalizadas. No entanto, é possível agrupar as diferentes situações de Centros Históricos em alguns grandes tipos:

- a) áreas residenciais com populações enraizadas;
- b) áreas residenciais com ocupação recente por populações de fracos recursos e grupos marginalizados - em que a opção poderá ser pôr em prática uma reabilitação progressiva utilizando os meios disponíveis para melhorar o quadro de vida das populações e dar-lhes acesso a formas de participação e reinserção social;
- c) áreas não residenciais com atividades em declínio em que a reabilitação deverá orientar-se para a revitalização;
- d) as mesmas áreas, não residenciais, mas já abandonadas, em que a reabilitação visará a requalificação urbana.

3.3 CARTA DE LISBOA (1995)

A revitalização urbana engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de partes citadinas em decadência. Consoante a tal diretriz a revitalização de áreas urbanas centrais apresenta como traços e/ou ações principais: (1) a reabilitação de áreas abandonadas; (2) a restauração do património histórico e arquitetónico; (3) a reciclagem de edificações, praças e parques; (4) o tratamento estético e funcional das fachadas de edificações, mobiliário urbano e elementos publicitários, e (5) a requalificação urbana de setores degradados. Nessas ações deverá prevalecer a ideia de respeito às aspirações e necessidades dos habitantes da cidade que utilizam as áreas centrais para morar, trabalhar, circular ou se divertir. Ou seja, ainda que essas experiências possam favorecer práticas de (re)apropriação urbana pelo mercado, elas

devem, através de políticas urbanas complementares, ter como beneficiários a população urbana local. (FIGUEIREDO, 2006)²⁹

O passado tem suas lições para o presente: a maior delas é a dimensão humana e ecológica de suas construções. Tem de ser integrado ao dia-a-dia de cada um, não como a herança isolada de um tempo morto, mas fazendo parte, ativamente, da vida coletiva. (BESSA, 2004)³⁰

Vale ressaltar também o Conselho da Europa, Estrasburgo, 9 de Setembro de 1991, onde ele oferece princípios para a salvaguarda e valorização do património arquitetónico do século XX através do conhecimento e do estudo sobre o património, identificando, mapeando e conhecendo os bens, promovendo estudos científicos, teóricos e práticos sobre os métodos de construção, manutenção e restauro das estruturas e dos diferentes materiais utilizados na arquitetura do século XX e nas respectivas artes decorativas integradas;

3.4. CARTA DE BURRA (1999)

Essa carta já apresenta um reconhecimento sobre a necessidade de se envolverem as pessoas nos processos de formação das decisões, particularmente aquelas que tiverem fortes associações com um sítio. “Pode-se tratar do dono da loja da esquina, dos trabalhadores de uma fábrica ou dos guardiões comunitários de sítios com valor especial, quer sejam de origem indígena ou Europeia. ”

A Carta de Burra indica linhas de orientação para a conservação e para a gestão dos sítios com significado cultural (sítios património cultural), e está baseada nos conhecimentos e na experiência dos membros do ICOMOS da Austrália.

“A conservação é uma parte integral da gestão dos sítios com significado cultural e é uma responsabilidade permanente. ”

Porquê conservar?

Os sítios com significado cultural enriquecem a vida das pessoas, proporcionando, muitas vezes, um profundo e inspirador sentido de ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas. São registros históricos que se

²⁹ FIGUEIREDO, Tayana. **EDÍFICIO JOÃO GOULART (SÃO LUÍS-MA): uma proposta de reabilitação para condomínio residencial**. v. 1. São Luís: UEMA, 2006. Cap. 1, p. 26.

³⁰ BESSA, Altamiro Sérgio Mol. **Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro**. Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.

tornam importantes como expressões tangíveis da identidade e da experiência da Austrália. Os sítios com significado cultural refletem a diversidade das nossas comunidades, dizendo-nos quem somos e qual foi o passado que nos formou, assim como ocorreu com a paisagem Australiana. Eles são insubstituíveis e preciosos. Estes sítios com significado cultural devem ser conservados para as gerações atuais e futuras.

A Carta de Burra advoga uma abordagem cautelosa às alterações: fazer tanto quanto seja necessário para cuidar do sítio e torná-lo utilizável, mas, por outro lado, alterar tão pouco quanto seja possível para que o seu significado cultural fique retido.

Diante de todas as premissas e análises contidas nas cartas patrimoniais, é inegável admitir a importância da conservação e preservação dos bens tidos como patrimônio para a sociedade. É de extrema significância considerar seus conselhos, utilizando-a como instrumento de preservação, seguindo de forma sensata os critérios por elas mencionados. A humanidade só consegue compreender sua importância diante dos registros históricos da bagagem exercida pelo homem. De tal forma, não se deve jamais deixar para trás qualquer parte da história, principalmente se esta houver sido relevante para a compreensão de determinada situação vivida nos dias de hoje.

[...]

E a cidade se apresenta

Centro das ambições

Para mendigos ou ricos

E outras armações

Coletivos, automóveis,

Motos e metrô

Trabalhadores, patrões,

Policiais, camelôs

A cidade não pára

A cidade só cresce

O de cima sobe

E o de baixo desce

A cidade não pára

A cidade só cresce

O de cima sobe

E o de baixo desce

[...]

(Chico Science – A cidade)

4. SÃO LUÍS NO CONTEXTO HISTÓRICO E MODERNO



Figura 14- Vista da área tombada, com destaque ao primeiro prédio moderno do centro. Fonte: LOPES, 2008, p. 48.

O acervo arquitetônico luso-brasileiro do centro histórico de São Luís é resultante de um período que o Estado do Maranhão vivenciou o enriquecimento econômico, nos séculos XVIII e XIX, principalmente, com o cultivo e a exportação do arroz e do algodão. A proximidade da capital maranhense com Lisboa (no período de sua reconstrução) influenciou a tipologia arquitetônica através do barroco pombalino, caracterizando a identidade da paisagem urbana local.

A partir do século XIX a cidade iniciou um processo de melhorias urbanísticas, como: calçamento em diversas ruas, reurbanização das principais praças, distribuição de água encanada e implantação do primeiro sistema de iluminações públicas abastecidas de azeite, posteriormente substituída por gás de hidrogênio. A expansão territorial de São Luís iniciou-se com a criação de linhas de bonde que interligava o centro a outros bairros. Mas é dentro do perímetro do centro histórico na virada do século XIX para o século XX que houveram as mudanças da arquitetura tradicional, com a de inserção novas linguagens arquitetônicas como o eclético e *art déco*, tendo sobretudo permanecido o traçado original da malha urbana.

Esse processo ganhou força com as obras previstas no “Plano de Melhoramentos e Remodelação da Cidade” em 1936 pela autoria do Engenheiro Otacílio Saboya Ribeiro, que foi pautado nos ideais de higienização, circulação e embelezamento, e que previa grandes mudanças na cidade com o intuito de transformá-la numa capital moderna, por meio da ampliação das vias existentes e criação de novos eixos de movimento pendonal. Essas intervenções urbanas possibilitaram o surgimento de novas linguagens arquitetônicas que deram à cidade um “ar de modernidade”. As

primeiras construções modernas surgiram a partir da década de 1940, e eram caracterizadas por possuírem de um a três pavimentos, geralmente de uso residencial unifamiliar ou de uso misto. (NASCIMENTO, 2017)

Nesse mesmo período, o Brasil mudava sua direção, com o fim da “Era Vargas”, marcado pela ditadura militar, logo após a deposição do Presidente Getúlio Vargas assumiu o posto o presidente Eurico Gaspar Dutra, que criou uma nova Constituição Federal, envolvendo programas sociais e órgãos públicos que chegam para suprir as necessidades básicas dos cidadãos. Como por exemplo desses órgãos, temos os Correios, o Sulacap, o Sistema Único de Saúde e o CAP’S³¹ (posteriormente transformados em IAPI, INPS e INSS). Estas novas instituições foram propagadoras do movimento moderno construindo edifícios para abrigarem suas repartições em todo país. E é nesse contexto, final da década de 1950, que se iniciou o processo de verticalização com a construção dos primeiros edifícios em altura: o Edifício Caiçara (1960 - 1967), Edifício do antigo Banco do Estado do Maranhão – BEM (1963) e o Edifício João Goulart (1960), antiga sede do IAP’S, na Avenida Pedro II, marcando o movimento moderno na cidade. Logo após esse processo de modernidade iniciada, a capital foi tombada pelo Iphan em 1974, que pelo Decreto-Lei nº 25/37, o patrimônio nacional é definido como “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”; além de ter sido inscrita como Patrimônio Mundial em 6 dezembro de 1997, pela UNESCO, por seu traçado e conjunto arquitetônico e paisagístico.

³¹ CAP’S: Caixa de Aposentadoria e Pensões, criado pela Lei Elói Chaves em 1923. Em 1930, o presidente Getúlio Vargas substituiu o sistema CAP’S pelo IAP’S (Instituto de Aposentadorias e Pensões, que eram subdivididos de acordo com sua categoria: industriários, comerciários, bancários, etc.).

[...]

Subiu a construção como se fosse máquina

Ergueu no patamar quatro paredes sólidas

Tijolo com tijolo num desenho mágico

Seus olhos embotados de cimento e lágrima

Sentou pra descansar como se fosse sábado

Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe

Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago

Dançou e gargalhou como se ouvisse música

E tropeçou no céu como se fosse um bêbado

E flutuou no ar como se fosse um pássaro

E se acabou no chão feito um pacote flácido

Agonizou no meio do passeio público

Morreu na contramão, atrapalhando o tráfego

[...]

(Chico Buarque – Construção)

5. ANÁLISE DO EDIFÍCIO PRES. JOÃO GOULART

Essa etapa do trabalho tem o objetivo de conhecer e analisar através dos aspectos históricos, estéticos, artísticos formais e técnicos, o imóvel situado a Av. Pedro II, nº 220, o qual encontra-se há algum tempo em estado de abandono, configurando um “elefante branco” na cidade, já que se caracteriza por um vazio urbano edificado. Sendo este capítulo um estudo prévio para o que será proposto no último capítulo: alteração de seu uso original para habitação, comércio e serviços. Objetiva-se também compreender o seu significado atual e ao longo do tempo, conhecer a sua evolução e os valores pelos quais foi reconhecido como patrimônio cultural. Este capítulo é subdividido em quatro etapas: 5.1. Identificação e Reconhecimento do Bem; 5.2. Levantamento Físico, 5.3. Levantamento Fotográfico, 5.4. Análise do Entorno.

5.1 Identificação E Reconhecimento Do Bem



*Figura 15- Mapa de Localização do prédio do INSS no Centro Histórico de São Luís – grifado em vermelho.
Fonte: Google Maps, 2017, adaptado pela autora.*

O Edifício João Goulart, sede do antigo IAPI, atual INSS, está inserido no coração de São Luís, localizado em frente à primeira praça da cidade, havendo sido posteriormente transformada na Avenida Pedro II, em 1904. A construção deste prédio trouxe a modernidade ao núcleo fundacional da cidade colonial, reconhecido pela UNESCO como patrimônio mundial em 1997, do conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado pelo Governo Federal através do Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937, do IPHAN, por meio do Processo Nº 454-T-57, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A construção do edifício ocorreu posterior à demolição de dois sobrados em ruínas (fig.16), inserindo um dos primeiros e únicos arranha-céus no *skyline* do centro histórico antes pontuado apenas pelas torres das igrejas. O prédio funcionou regularmente nos primeiros 20 anos entre a inauguração em 1960 até os anos 1980 e depois passou um longo período de abandono, de reformas desastrosas até o seu atual estado de arruinamento.



Figura 16 - Av. Dom Pedro II, antes da construção do Ed. João Goulart. Fonte: IBGE apud facebook.com.br/minhavelhasaoluis, 2017.

O projeto foi idealizado pela divisão de engenharia do IAPI³² entre 1960-67, com destaque ao Eng.^o Luiz Metre, que veio em 1949 para aquisição de terreno, ao Eng.^o Mario Henrique Glicério Torres, (autor do projeto, segundo jornal O Imparcial/set.1960) e ao Arquiteto Pedro Alcântara, que acompanhou a obra e foi consultor do IPHAN na cidade. A Obra que foi executada pela Construtora Caiçara, do Estado do Ceará, iniciou em 1957 e foi entregue em setembro de 1960 (fig. 17).

Essa edificação foi utilizada posteriormente como sede da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)³³ até 1997, momento que o prédio

³² Criado em 1936, durante o Estado Novo, O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), em 1945, expandiu suas áreas de atuação, passando principalmente a financiar projetos de habitação popular nas grandes cidades.

³³ Em 1966 O IAPI foi fundido com outros cinco institutos de pensões de outras categorias (IAPM, IAPB, IAPC e IAPFESP), formando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1966, fundiram-se criando o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) e posteriormente, após a criação do Ministério da Previdência Social (1974) foi criado o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em 1988.

foi desocupado, permanecendo em estado de abandono nos anos seguintes até os dias de hoje. (INSS, 2008).



Figura 17- Jornal de manchete que anuncia construção do Ed. João Goulart. Fonte: O Imparcial, 1958.

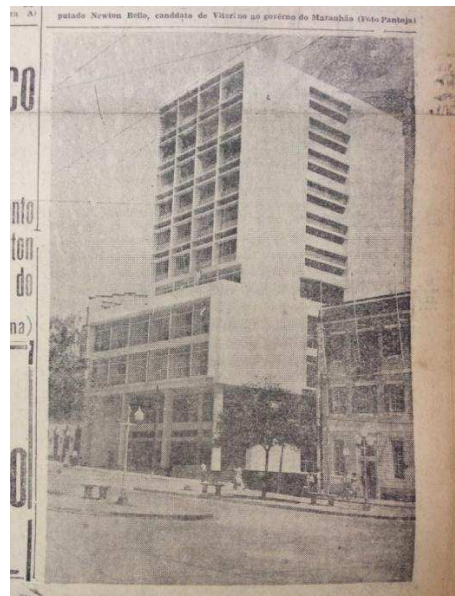


Figura 18 - À esquerda, jornal com manchete de inauguração do Ed. João Goulart. Fonte: O Imparcial, 1960. Figura 19 - À direita, registro de jornal que mostra o Ed. recém entregue. Fonte: O Imparcial, 1960.

Em fotos retiradas de matérias de jornal (fig. 18 e fig. 19), apresentadas anteriormente, é possível ver a suntuosidade e relevância que sua construção teve para a cidade. O prédio moderno em concreto armado possui várias das características modernas citadas no artigo de Le Corbusier sobre os cinco pontos da nova arquitetura (ver pag. 16), tais como: térreo sob pilotis, planta livre, fachadas livres, janelas em fita e *brise-soleil*.

O imóvel possui 6.053 m² de área construída, sendo destas 3.587,20m² área útil, sobre um terreno de 717, 04m². No total são 13 pavimentos, sendo dois subsolos, o térreo sob pilotis, a sobreloja, o 2º e 3º pavimento configurando uma volumetria intermediária entre o térreo e a torre principal, o 4º pavimento, e a maior parte da volumetria que vai do 5º ao 10º pavimento, além de uma casa de máquinas.

A fachada frontal é composta de volumes retangulares superpostos, sendo um retangular horizontal, sustentado por largos pilotis do térreo e dois volumes retangulares verticais sobre este. A fachada é originalmente sinalizada por linhas verticais (fig. 20), revestimentos em pastilhas, esquadrias de alumínio e vidro, além de *brise-soleils* horizontais em concreto. Em seguida, é possível ver fotos registradas em março/2017 e julho/2017 (fig. 21 e fig. 22), comparando com o registro feito em 2006, que seu estado de abandono contribuiu para a perda significativa de elementos caracterizantes em sua fachada, como as esquadrias em alumínio e vidro, que foram retiradas totalmente.



Figura 20 - Fachada frontal do edifício e seu estado de conservação há 10 anos. Fonte: FIGUEIREDO, 2006.



Figura 21 - À esquerda, a mesma fachada frontal 10 anos depois, registrada em junho. Fonte: BATISTA, 2017.
 Figura 22 - Ainda mesma fachada, registrada em julho. Fonte: BATISTA, 2017.

O edifício funcionou por 26 anos nesses 53 anos de sua existência. Por passar a maior parte do seu tempo sem uso, sem manutenção, com ocupações irregulares, sendo suprimido pelas intempéries do tempo, tornou-se cada vez mais deteriorado, chegando progressivamente ao estado de arruinamento que se encontra atualmente. Passou por várias tentativas fracassadas de reformas entre 1996 e 2008 e hoje continua regredindo em seu estado de abandono. Em 2014, o Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) conseguiu liminar favorável à restauração e conservação integral do Edifício, porém a reforma foi embargada por fraude de desvio de verba. Nesse mesmo período, há cerca de três anos, o prédio foi novamente invadido e ocupado por moradores de rua e usuários de droga da área central. Assim permaneceu até que em fevereiro de 2017, após ter sido registrado o caso do homicídio de uma mulher transexual, o Governo do Estado sob um limiar judicial, vedou todos os acessos à edificação, proibindo por lei a entrada de qualquer cidadão no local. Hoje a propriedade do Edifício João Goulart é do Governo do Estado do Maranhão, que o adquiriu em 2015 com o intuito de abrigar vários órgãos públicos da administração estadual, incluindo memorial em homenagem ao ex-Presidente João Goulart.

A história da construção do Ed. João Goulart, desde o seu início, é marcada pela requalificação da área no qual ele está inserido, uma vez que a demolição de dois sobrados em ruína deu espaço para o primeiro arranha-céu localizado em meio à praça cívica. A construção desse prédio trouxe grande impacto ao conjunto urbanístico no qual ele está inserido (fig. 23), tornando-se peça rara por ser um dos três únicos edifícios modernos em altura em meio aos casarios históricos que formam o núcleo fundacional. É inegável admitir a sua primordial importância diante do contexto no qual ele foi implantado. Na sequência, segue o registro comparativo do estado de conservação do edifício e seu entorno (fig. 24). Diante desse cenário, é sensato o questionamento sobre o seu abandono, na tentativa de compreender o motivo que o levou ao seu atual estado de conservação, considerando o papel das instituições federais na modificação das paisagens urbanas em meio ao período de consolidação da arquitetura moderna.



Figura 23 – Cartão postal da AV Pedro II, onde observa-se. Ed. João Goulart ao fundo. Fonte: Grete Pflueger. Ano desconhecido.



Figura 24 - Registro feito pela Praça Dom Pedro II, mostrando a localização e entorno do Ed. João Goulart, Fonte: BATISTA, 2017

6.2 Levantamento Cadastral/Físico

As plantas arquitetônicas do levantamento cadastral do Ed. João Goulart foram fornecidas pelo acervo digital da 3ª Superintendência do IPHAN/MA e adaptadas pela autora. Os arquivos cedidos contêm as plantas baixas de todos os pavimentos da edificação, incluindo as fachadas frontais e laterais. Trata-se de um edifício de 13 pavimentos, incluindo dois subsolos, o térreo e mais dez pavimentos que se dividem em duas volumetrias distintas, uma caixa horizontal (que comporta sobreloja, segundo e terceiro pavimentos) que sustenta torre vertical, onde estão locados do quarto ao décimo pavimento, além da casa de máquinas.

Com relação à fachada principal, voltada para a Av. Pedro II (fig. 25), nota-se que sua composição volumétrica se apresentou de forma mais livre, permitindo a inserção de blocos de tamanhos e alturas diferentes, fazendo com isso que o limite do interior e do exterior se dissolvesse e a paisagem circundante invadisse a arquitetura. Já a diferença de nível com a Rua da Estrela permitiu que houvesse um melhor aproveitamento dos níveis inferiores (fig. 26). Os *brise-soleils*, outra marca da grande influência de Le Corbusier no Brasil, foram utilizados no projeto para minimizar os efeitos dos raios solares nas fachadas de acordo com a orientação do prédio e podem ser de diversos materiais. No João Goulart, apresentam-se em concreto armado.

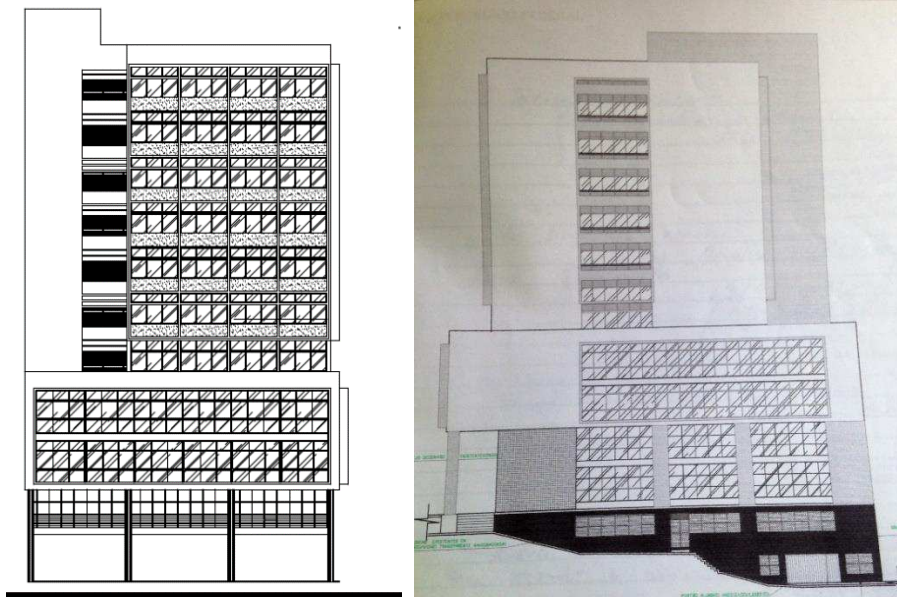


Figura 25 - À esquerda, fachada principal do Ed. João Goulart, voltada para Av. Pedro II. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

Figura 26 - À direita, fachada lateral do Ed. João Goulart, voltada para Rua da Estrela. Fonte: Acervo físico da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

As plantas baixas de todos os pavimentos têm a configuração retangular, em paredes de alvenaria, sustentada por pilares largos em concreto. Todos os pavimentos possuem caixa de escada e elevador, poço de iluminação/ventilação e sanitários. O primeiro subsolo possui configuração praticamente retangular, com um pequeno recorte para laje técnica (fig.27), possuindo esquadrias voltadas tanto para seu interior quanto para Rua da Estrela, possuindo, inclusive, uma porta de acesso lateral. Dentro desse pavimento encontram-se duas salas, uma de 19m², outra de 56m², duas caixas de escada, uma de acesso para o segundo subsolo a outra que dá acesso ao térreo, três caixas de elevadores, dois poços de iluminação/ventilação e dois sanitários (masculino e feminino), além de um salão de 270 m².

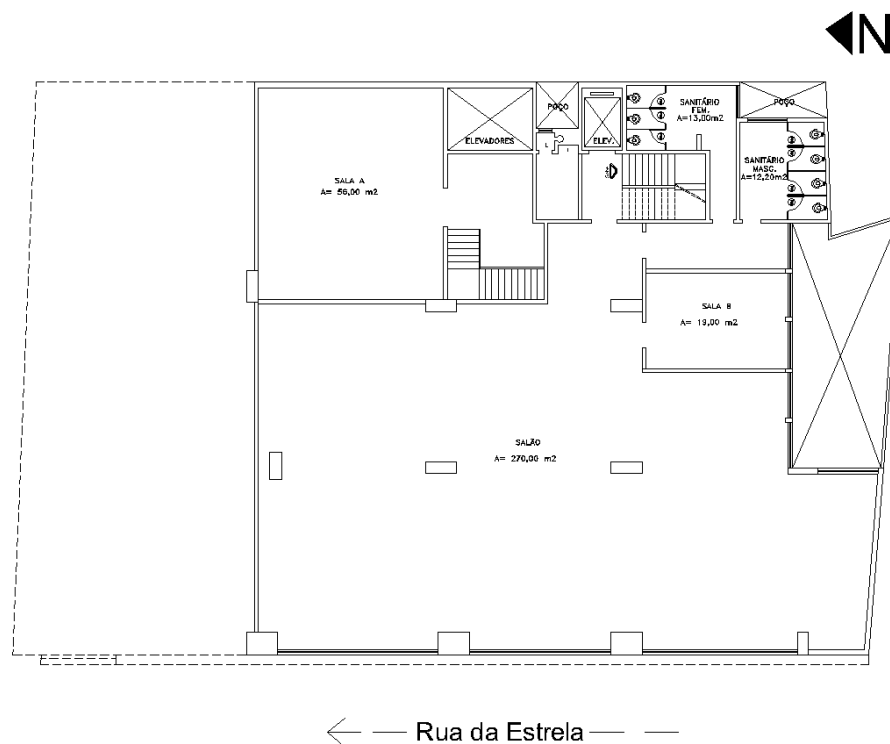


Figura 27 - Planta-baixa primeiro subsolo. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

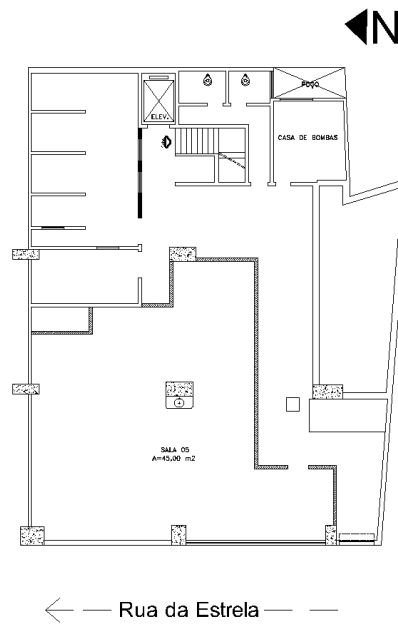


Figura 28- Planta baixa, segundo subsolo. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

Já no segundo subsolo (fig. 28), fica localizada a cisterna, casa de bombas e subestação de energia elétrica; tendo para acesso um elevador de serviço e apenas uma caixa de escada, que dá acesso ao primeiro subsolo. Seu maior salão possui 45m² e suas únicas entradas de luz e ventilação são uma esquadria no salão principal voltada para a Rua da Estrela e um poço de luz/ventilação que possibilita abertura de janelas para um dos sanitários e para a casa de bombas.

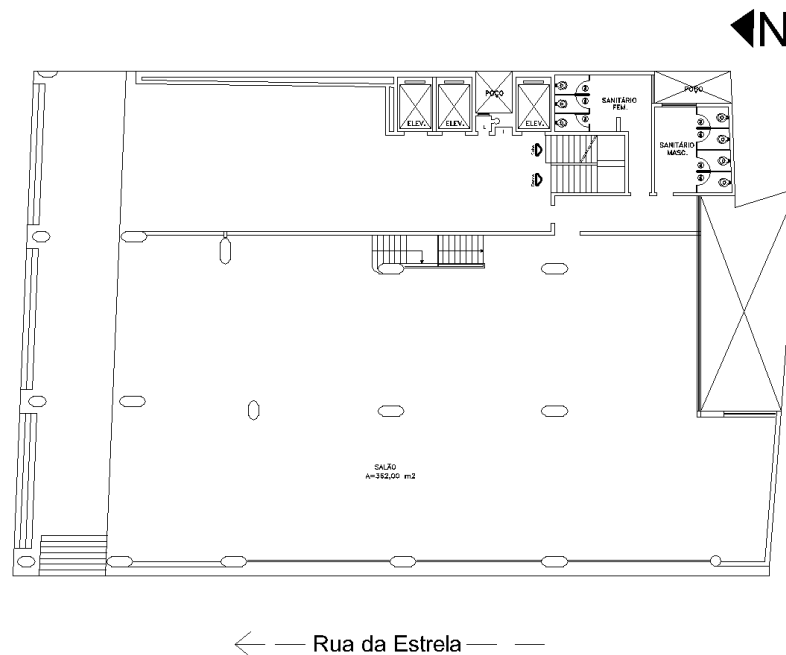


Figura 29 - Planta baixa do Térreo. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/M, adaptado pela autora.

O térreo (fig. 29) situa-se um pouco acima do nível da rua, possuindo sua entrada principal voltada para o Norte, Av. Pedro II, além de incluir escada auxiliar de acesso pela fachada lateral na Rua da Estrela. O uso de pilotis nesta edificação vem com a função de criar um projeto de planta livre, considerando os pontos fundamentais da arquitetura moderna, além de criar uma recepção suntuosa na entrada da edificação. Neste pavimento encontramos os três elevadores, a escada principal (que dá acesso aos pavimentos superiores), os sanitários e uma escada secundária, no centro da edificação, que permite o acesso ao primeiro subsolo.

A sobreloja (fig.30) tem praticamente a mesma configuração de planta baixa do térreo, sendo a única mudança a centralização da caixa de escada secundária, que dá acesso ao segundo e terceiro pavimentos. Possuindo um salão cuja maioria das vedações são feitas por janelas de alumínio e vidro, nesse pavimento, perde-se a parede de alvenaria que separa o acesso principal do salão, apresentando apenas as paredes perimetral, além dos três elevadores, caixa de escada principal junto com os sanitários (feminino e masculino) e uma única sala próxima à escada secundária.



Figura 30- Planta baixa da sobreloja. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

O segundo e terceiro pavimentos apresentam a mesma planta baixa (fig. 31), contendo treze salas de tamanhos distintos (das quais, uma possui banheiro particular); a bateria de acesso principal: contendo três elevadores, caixa de escada principal que dá acesso aos demais pavimentos e aos sanitários (feminino e masculino), além de dois poços de iluminação/ventilação entre elevadores e sanitários e uma laje técnica que também funciona como poço de iluminação/ventilação e permite uma vista privilegiada da Rua da Estrela (ver levantamento fotográfico, pg. 53). Além disso, dispõe de uma escada secundária, que dá acesso aos pavimentos inferiores. Nesses pavimentos é possível identificar que as paredes apenas demarcam os espaços, não apresentando função estrutural, já que os pilares largos da edificação cumprem bem esse papel, possibilitando, assim, o contínuo uso da planta livre.

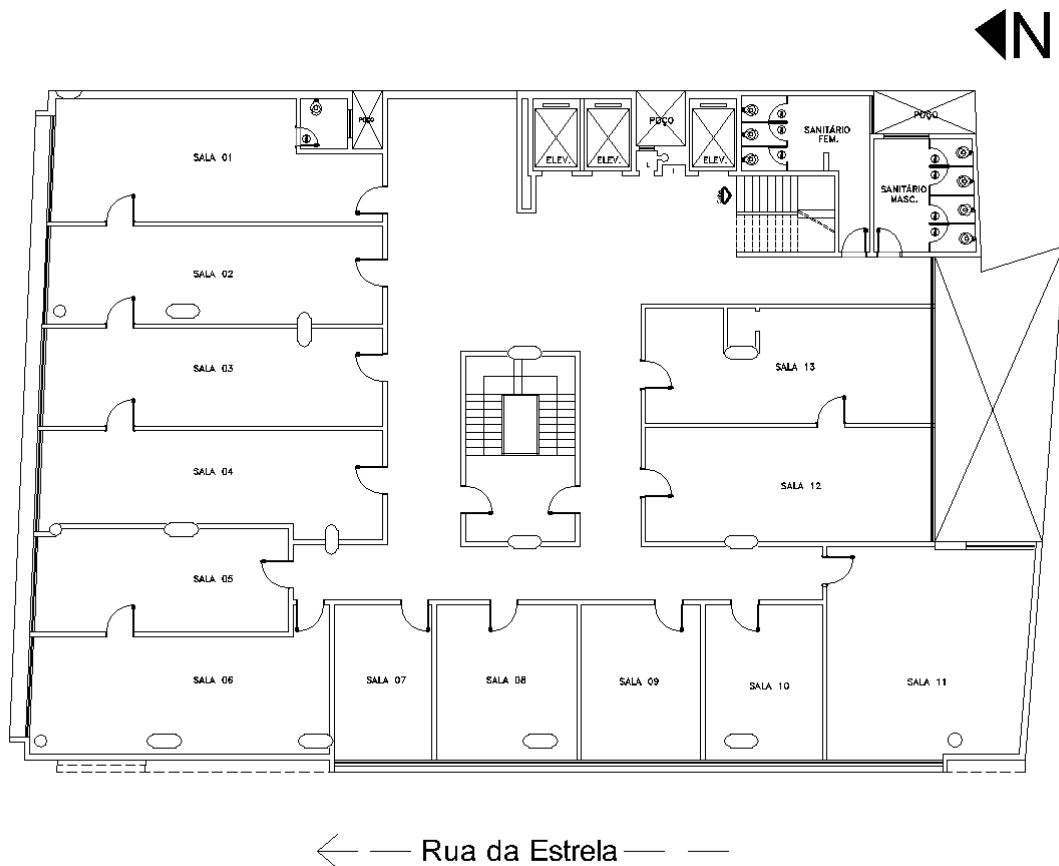


Figura 31- Planta baixa do segundo e terceiros pavimentos. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

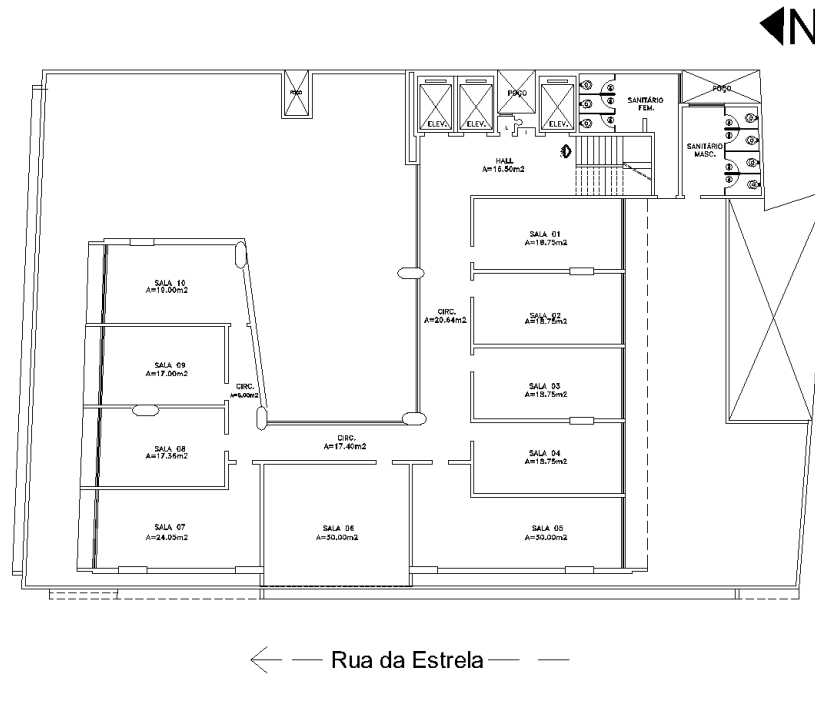


Figura 32- Planta baixa do quarto pavimento. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

O quarto pavimento possui planta baixa em formato de “U” (fig. 32), que se repete nos demais pavimentos superiores, diferenciando-se apenas por ser um pavimento de transição entre a caixa horizontal sustentada pelos pilotis do térreo e a torre vertical, responsável pela imponência volumétrica, dispondo assim da maior área livre de todos os pavimentos, exatamente onde a laje do pavimento inferior se conecta à torre que dá acesso aos pavimentos superiores. Abrange dez salas de tamanhos variados, seguidas por um corredor que começa no hall de acesso principal, onde estão localizados os três elevadores, a escada que dá acesso aos sanitários (masculino e feminino) e demais pavimentos e dois poços de iluminação/ventilação, percorrendo todo o perímetro externo até a última sala.

A partir do quinto pavimento (fig. 33) inicia-se a torre vertical, que compreende o pavimento tipo da edificação, onde a configuração da planta baixa se apresenta em forma de “U”, contendo as dez salas de tamanhos variados, seguidas por um corredor aberto que começa no hall de acesso principal, indo até a última sala. Cada pavimento tipo possui no acesso principal os elevadores (social e de serviço), poços de iluminação/ventilação e a caixa de escada, que permite acesso aos demais pavimentos e à bateria de banheiros (feminino e masculino), localizados nos patamares entre um pavimento e outro.

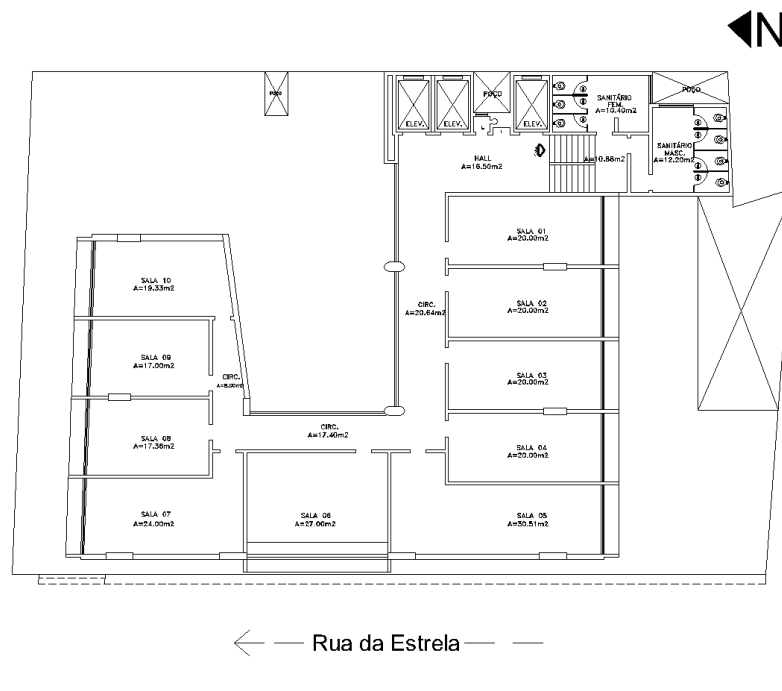


Figura 33 - Planta baixa do quinto do décimo pavimento. Fonte: Acervo digital da Superintendência do IPHAN/MA, adaptada pela autora.

Em todas as plantas é possível observar que a locação da caixa de escada principal e elevadores de acesso a todos os pavimentos da edificação, assim como os sanitários, encontram-se voltados para o leste, assim como os corredores de circulação e acesso às salas estão voltados para o nordeste, recebendo a maior ventilação ao longo do dia. As salas voltadas para o oeste possuem na fachada a solução através de *brise-soleil*, em forma de caixa retangular ao redor das esquadrias, impedindo a incidência direta dos raios solares.

6.3 Levantamento Fotográfico

Em levantamento fotográfico, realizado no dia 23 de março de 2017, sob auxílio da Professora Tayana Figueiredo e o colega de estudo Reinaldo Oliveira, nota-se o quanto a edificação sofreu com o desgaste das intempéries naturais e do vandalismo, principalmente em seu interior, causado pelo seu tempo de abandono. Houve grande dificuldade ao adentrar o edifício, uma vez que o mesmo se encontrava com todos os acessos do térreo e subsolo vedados, devido a um homicídio que ocorrera semanas antes da visita técnica. Necessitou-se de uma escada industrial, fornecida pelo Hotel vizinho, a qual foi apoiada em vão de esquadria danificada na sobreloja.

Essa etapa teve inicialmente o auxílio da professora Tayana Figueiredo, que ao entrar em contato com responsáveis pelo edifício do Governo do Estado, conseguiu autorização para a nossa entrada. Tayana, no ano de 2006 apresentou seu trabalho final de graduação nesta mesma instituição, propondo revitalização do edifício João Goulart e seu entorno ao apresentar projeto para uso misto, estimulando as habitações em áreas centrais. Por esse motivo, tornou-se uma das maiores referências para continuar o estudo de caso do Ed. João Goulart. Já que o mesmo segue até hoje, onze anos, sofrendo pelo mesmo problema: o abandono.

O levantamento fotográfico realizado em março de 2017, que será apresentado a seguir, mostra principalmente seu estado de conservação no interior do imóvel. Porém, em julho de 2017 houve novo caso de vandalismo, cinco meses após ter sido interditado. Na última ocorrência registrada, de autor desconhecido, foram retiradas todas as remanescentes das letras do nome do edifício e esquadrias de alumínio e vidro ainda existentes em suas fachadas. Registros do Edifício após esse caso também serão apresentadas a seguir, de forma comparativa ao primeiro levantamento fotográfico realizado.

A primeira página de fotos do levantamento fotográfico, mostra o primeiro registro, em março de 2017 (fig. 34), da fachada frontal, voltada para Av. Pedro II, do Edifício João Goulart. Nela é possível perceber que as esquadrias da volumetria vertical já não existem mais. Em contrapartida, nota-se a presença quase íntegra de elementos característicos da fachada que estavam presentes no segundo e terceiro pavimentos, como as janelas em fita, em material de alumínio e vidro. Já na foto comparativa seguinte, registrada em junho de 2017 (fig. 35), é possível observar que todas as esquadrias remanescentes da fachada principal foram retiradas, restando apenas os vãos do segundo e terceiro pavimentos respectivamente.

Já na segunda página de fotos do levantamento fotográfico, nota-se o vandalismo dos elementos da fachada no térreo da edificação. O primeiro registro, em março de 2017 (fig. 36), expõe a fachada vedada por uma parede de tijolos atrás do gradil em alumínio original da edificação, ainda com pertences pessoais dos “ex-ocupantes” nela pendurada. Além do nome em letras de metal “Ed. Pres. João Goulart” na fachada e alguns remanescentes de esquadrias do térreo e sobreloja. Comparando com o segundo registro (fig. 37), percebe-se que todos os detalhes em alumínio/metal

existentes foram retirados. A fachada perdeu os nomes, as esquadrias e o gradil, restando apenas os materiais em concreto, como os pilares, ou a parede de tijolos.



Figura 34-Fachada do Ed. João Goulart, registrada em março. Fonte: BATISTA, 2017.

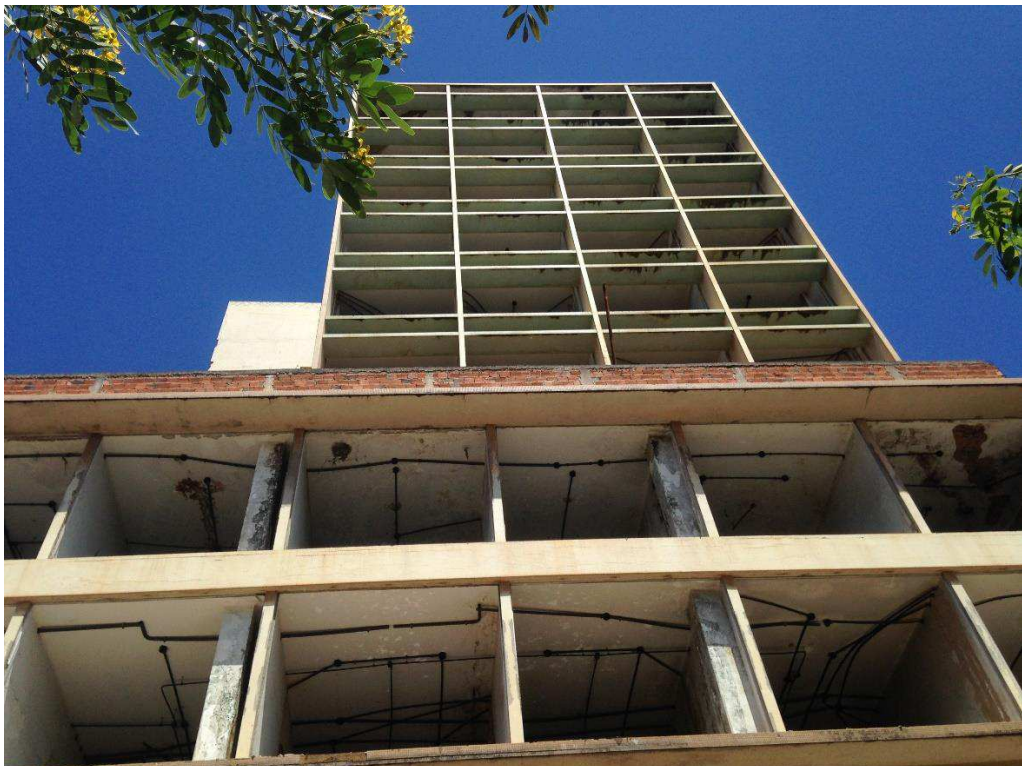


Figura 35- Fachada do Ed. João Goulart, registrada em junho. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 36 - Registro aproximado da fachada frontal do Ed. João Goulart, feito em março. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 37 - Registro aproximado da fachada frontal do Ed. João Goulart, feito em julho. Fonte: BATISTA, 2017.

A sequência de registros feitos a seguir mostram o interior do térreo, por vários ângulos diferentes. A primeira imagem (fig. 38) retrata o lado dos acessos principais, que se separa do salão por uma parede de alvenaria (ver planta-baixa em fig. 29, pag. 49), tirada de frente para Av. Pedro II, de costas para a escada, onde os elevadores (ou o que restou deles) estão localizados à direita da imagem (fig. 38).

Neste registro é possível notar o estado de abandono em que o edifício se encontra, não sendo possível identificar o material que reveste o piso, por conta da sujeira e falta de iluminação. Ao fundo nota-se a parede de alvenaria que veda o térreo por completo, e próximo às caixas de elevadores percebe-se um possível mármore no revestimento das mesmas, além da presença de alguns cabos presos no teto, aparentemente remanescentes da instalação elétrica.

O maior acúmulo de resíduos encontra-se no interior do que restou das caixas de elevadores (fig. 39), onde a insalubridade e periculosidade do local não permitiram maior aproximação. Já a terceira foto (fig. 40) retrata o outro lado do térreo, onde encontra-se o maior salão, com seus robustos pilotis compondo o ambiente. É possível ver a continuidade da parede de tijolos ao fundo, que circunda a edificação interrompendo os possíveis fluxos de acesso. A claridade que surge pelo lado direito da foto (fig. 39) é proveniente das janelas voltadas para o vazio existente da laje técnica do primeiro subsolo. Pelo desnível do terreno, as janelas desse pavimento (térreo em relação à Av. Pedro II) permitem vista parcial de do entorno.



Figura 38 - Registro feito no interior do térreo do Ed. João Goulart. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 39- Vista interna do salão no térreo. Fonte: BATISTA, 2017.

Figura 40- Interior dos fossos de elevadores no nível térreo. Fonte: BATISTA, 2017.

Em seguida, ao descer as escadas, chega-se ao primeiro subsolo (fig. 41), o qual possui aberturas de esquadrias tanto para o vão da sua laje técnica, quanto para a Rua da Estrela (fig. 42), onde estas encontram-se novamente vedadas por parede de tijolos. Nota-se, nesse trecho do primeiro subsolo, a presença de enormes poças d'água no meio do salão da edificação, possivelmente provenientes de água da chuva que adentra por meio das janelas abertas ao fundo. Encontrou-se alguns armários espalhados pelo salão, juntamente com resíduos sólidos e excrementos humanos em diversas partes. A imagem na página seguinte (fig, 43), mostra um trecho da parede de alvenaria, que separa o salão da caixa da escada secundária, onde identifica-se a abertura causada abruptamente. Do outro lado da parede, notam-se muitas manchas, sujidade e excrementos humanos no chão.



Figura 41 - Vista interna do primeiro subsolo, voltado para vãos de esquadrias ainda existentes. Fonte: BATISTA, 2017.

Figura 42 - Vista interna do primeiro subsolo, voltado para vãos de esquadrias vedados. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 43- Registro de abertura feita em parede de alvenaria, no primeiro subsolo, atrás da caixa de escada secundária. Fonte: BATISTA, 2017.

Já no último pavimento inferior, no segundo subsolo, após descer o último lance da escada principal, à primeira vista, o que se encontra é o fosso do elevador em situação alarmante (fig. 44), pela enorme quantidade de lixo, fezes, ferragens e cabos expostos; além de insetos, umidade e ácaros, que tomaram conta do local. Esse pavimento também não possui nenhum tipo de iluminação, uma vez que as únicas fontes de luz/ventilação naturais se davam por meio de esquadrias voltadas para a Rua da Estrela, as quais foram igualmente vedadas. Ainda no registro seguinte (fig. 45) é possível identificar resquícios da tentativa de algumas das reformas fracassadas, que ao invés de solucionar o problema do abandono, o fez crescer, com mais um caso de negligência, inserido em um bem imóvel desamparado.



Figura 44 - Imagem do fosso do elevador ao nível do segundo subsolo. Fonte: BATISTA, 2017.

Figura 45 – À esquerda, vista interna do segundo subsolo. Fonte: BATISTA, 2017.

Voltando para o térreo, podemos subir pela escada principal até o próximo nível: a sobreloja (fig. 46). Do pavimento sobreloja pelo qual adentramos o edifício, a partir de escada de apoio posicionada na fachada até o vão de janela sem esquadria, a sobreloja caracteriza-se por sua configuração de planta livre e janelas em fita, possibilitando amplitude e boa iluminação natural do ambiente. O amplo salão (fig. 47), marcado por largos pilotis, possui aparente bom estado de conservação em comparação com os demais ambientes, ainda que se apresente algumas manchas de umidade e sujeira, é o pavimento que menos acumula resíduos sólidos em seu interior.

Suas janelas, voltadas para Av. Pedro II (fig. 48) e Rua da Estrela (fig. 49) contribuem para um ambiente arejado, com belas vistas, sendo possível contemplar através das esquadrias um pequeno trecho dos casarios históricos no entorno e o Rio Bacanga ao fundo (fig. 50).



Figura 46 - Vista interna da sobreloja, voltada para acesso principal. Fonte: BATISTA, 2017.

Figura 47 - Vista do amplo salão iluminado que caracteriza a sobreloja. Fonte: BATISTA, 2017



Figura 48 - Vista interna das esquadrias da fachada principal da sobreloja. Fonte: BATISTA, 2017.

Figura 49 - Vista interna das esquadrias voltadas para Rua da Estrela. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 50 - Vista de alguns casarões da Rua da Estrela, com destaque para Rio Bacanga ao fundo. Fonte: BATISTA, 2017.

Ao continuar a subida pela escada principal, chega-se ao segundo pavimento, do qual sua configuração de planta se repete no terceiro pavimento (ver planta-baixa, fig. 31, p.60). Onde, em visita técnica realizada em março de 2017, foi possível observar este como sendo o principal pavimento utilizado pelos ocupantes com a função de moradia, a observar pela quantidade de pertences pessoais dispostos em salas e corredores (fig. 50). Foram encontrados diversos móveis como cadeiras, sofás, cama, guarda-roupa e armários além de roupas, sapatos, perucas, bolsas e utensílios domésticos, em algumas das 13 salas contidas nesse pavimento (fig. 51).



Figura 51 - À esquerda: vista do corredor principal do segundo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.

Figura 52 - À Direita: vista interna de uma das salas do segundo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.

Além de tudo, foi identificado uma grande quantidade de lixo em um dos cômodos (fig. 52) que chega a ser tão assustadora quanto as infiltrações que alagaram algumas

salas, que somadas ao tempo de abandono, causam um maior desgaste dos materiais construtivos, como é possível observar nesta sequência de registros feitas em três salas diferentes do segundo pavimento (fig. 53).



Figura 53 – Grande acúmulo de lixo encontrado em um dos compartimentos do segundo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 54 - Sequência de registros, de outras duas salas distintas do segundo pavimento. Fonte: BATISTA (2017).

Ao chegar no terceiro pavimento, duas vistas me impressionaram bastante, de forma particular. A primeira, de forma positiva, foi a vista da janela em fita, localizada ao fim do corredor que dá acesso aos sanitários (ver planta baixa, fig.31, p. 60). Logo após subir as escadas, antes de chegar na metade dos pavimentos do edifício, já é possível dar os primeiros suspiros com a visão privilegiada para a Rua da Estrela (fig. 54). Já a segunda, foi impactante de forma negativa, tendo sido necessário prender a

respiração para registrar a situação precária de um dos sanitários internamente, com bastante resíduos e fezes por todos os lados. É possível identificar vão de porta também danificado, com alguns trechos da alvenaria à mostra. (fig. 55).



Figura 55 - Vista de paisagem por uma das esquadrias do terceiro pavimento. Fonte: BATISTA (2017).

Figura 56 - Vista interna de um dos sanitários do terceiro pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.

Já o quarto pavimento encontra-se em uma transição volumétrica, entre a caixa de concreto armado que se inicia no térreo (sob pilotis) e a torre vertical, onde encontram-se os demais pavimentos superiores, por esse motivo ele possui a mesma configuração de planta do quinto ao décimo, com acréscimo da área livre oriunda da cobertura do pavimento inferior. Originalmente, no projeto, não há passagem para o uso desse espaço³⁴, havendo apenas grandes vãos de janelas para iluminação e ventilação do corredor (fig. 58). Porém, os indivíduos que o ocupavam fizeram enormes vãos irregulares como forma de possibilitar o acesso e utilização desse terraço (fig. 56). Em registro feito de uma das salas internas do quarto pavimento, nota-se a presença de outra grande poça d'água, próxima à pilares estruturais aparentemente bastante fragilizados pela umidade e exposição de seus materiais construtivos (fig. 57).

³⁴ Ver planta baixa do quarto pavimento da edificação (fig. 32, p. 61)

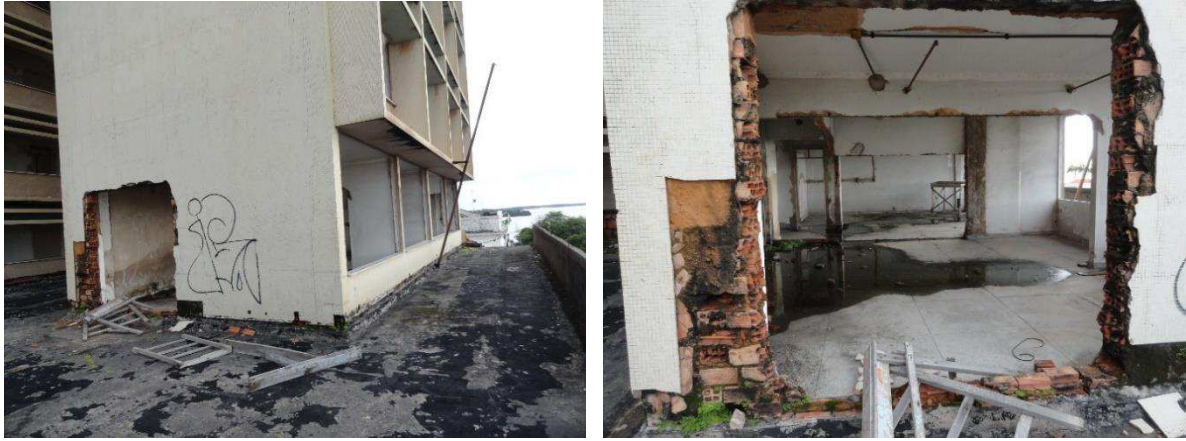


Figura 57 - Vão feito para utilização de pátio externo. Fonte: BATISTA, 2017.

Figura 58- Registro de vários vãos abertos de forma irregular, um seguido do outro. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 59 - Vista interna do corredor do quarto pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 60 – À esquerda - Vista frontal da torre do Ed. João Goulart. Fonte: BATISTA, 2017.
 Figura 61 – À direita - Vista inferior da torre do edifício. Fonte: BATISTA, 2017.

A torre do Ed. João Goulart é constituída de dois blocos, um ainda mais elevado, onde encontram-se a bateria de acesso principal, composta pelos três elevadores, escada e sanitários entre patamares, e o outro bloco, em formato de “L”, onde estão localizadas as salas e corredores, sustentados por pilares que vão até o segundo subsolo da edificação. As vedações do prédio são em alvenaria de tijolos, revestidos por pastilhas em tom bege, sendo os pilares, lajes e *brise-soleil em concreto*. Nas imagens anteriores, nota-se que a caixa de acessos e sanitários da torre possui um trecho onde houve a perda total do revestimento da parede (fig. 60), estando a alvenaria exposta às intempéries, podendo causar danos estruturais à edificação. Nota-se também nessa imagem a perda significativa das esquadrias que vedavam os corredores do edifício, já que há poucas remanescentes nos três últimos pavimentos da edificação, apresentando os corredores abertos, também expostos ao sol e à chuva. Além da deterioração dos corredores internos, sem esquadrias, que tiveram novos vãos abertos e outros fechados pelas pessoas que utilizavam a edificação (fig. 61). Importante destacar, contudo, que a funcionalidade dos *brise-soleils* vai além de controlar a incidência de luz nos ambientes internos, uma vez que esse elemento, por

ser vazado, é utilizado também como controle de entrada da ventilação, evitando que entre água em caso de chuva.

Entretanto, vale ressaltar que as paisagens observadas deste terraço são deslumbrantes, por todas as direções. Enquanto de um lado observa-se bem de perto a torre da Catedral da Sé e a Arquidiocese, principais edifícios religiosos da cidade, dividindo espaço com o Palácio do Comércio(fig. 62), do outro, a vista se perde entre os casarões históricos e a parte nova da cidade, interligados pela ponte do São Francisco (Ponte José Sarney). (fig. 63).



Figura 62- Vista da Catedral pelo terraço do edifício. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 63- Vista da ponte José Sarney pelo terraço do edifício. Fonte: BATISTA, 2017.

Entre o quinto e o décimo pavimentos, a visita teve que ser acelerada, devido ao tempo de permanência no edifício, que não poderia ultrapassar o pôr-do-sol, por motivos de segurança. Uma vez que a configuração de planta-baixa se repete a partir de então, observei apenas o estado de conservação de modo geral dos pavimentos superiores, registrando as partes mais importantes. Assim, registrei a partir da escada principal o patamar que permite o acesso aos sanitários (fig. 64) (que podem ser observados em plantas apresentadas anteriormente³⁵). Na primeira imagem é possível observar o estado de conservação da caixa de escada principal, revestida por pastilhas, tendo o piso, o espelho, o rodapé e o corrimão subtraídos. Adentrando o sanitário (fig. 65), verifica-se que a maioria das louças foram igualmente subtraídas (pias e sanitário), enquanto que os existentes encontram-se em alto grau de sujeidade.



Figura 64- Vista interna da escada, em trecho entre quinto e décimo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 65 - Vista interna de um dos sanitários, em trecho entre quinto e décimo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.

³⁵ Ver planta baixa do quinto ao décimo pavimento da edificação (fig. 33 p. 62).

Como explicitado anteriormente, é inevitável admirar-se com as vistas que surgem entre as janelas em fita, à medida que se elevam nos pavimentos do Ed. João Goulart. Nos últimos registros desse levantamento fotográfico, apresentados a seguir, destacam-se duas das diversas paisagens que podem ser observadas pelas janelas do décimo pavimento. Em uma sequência lógica, diante das vistas apresentadas anteriormente nesse mesmo ângulo, apresento-lhes a possibilidade de ampliar o campo de visão entre os sobrados da Rua da Estrela, Rua do Giz, Av. Beira Mar e Rio Bacanga, atingindo os limites da UFMA mais ao fundo, como pode ser observado na fotografia a seguir (fig. 66).

Já do outro lado da torre, outra janela do décimo pavimento permite a vista do Palácio dos Leões (antigo Palácio dos Governadores), o Palácio La Ravardière, sede da Prefeitura Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia) e ainda uma das mais recentes construções urbanísticas da cidade de São Luís, o Espigão em conjunto com a Ponta d'Areia e o braço de mar, ao fundo (fig. 67).



Figura 66 - Vista dos sobrados e Rio Bacanga ao fundo, através de janela do décimo pavimento. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 67 - Vista dos Palácios governamentais, mar e Espigão Ponta d'Areia ao fundo. Fonte: BATISTA, 2017.

6.4 Análise Do Entorno

Como dito anteriormente, o Ed. João Goulart está inserido no coração de São Luís, na Avenida Pedro II, a principal avenida histórica da cidade. A construção deste prédio trouxe a modernidade ao núcleo fundacional da cidade colonial, tombado pelo Governo Federal através do Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937, e reconhecido pela UNESCO como patrimônio mundial em 1997, do conjunto arquitetônico e paisagístico. Seu entorno é caracterizado pelo ecletismo dos estilos arquitetônicos, característica do centro histórico local.

O mapa 01 (fig. 68), foi fornecido pela 3ª Superintendência do IPHAN/MA, adaptado e preenchido através dos dados coletados por análise *in loco*, no período entre fevereiro e abril de 2017, percorrendo a quadra do Ed. João Goulart, a quadra lateral do Fórum, da Capitania dos Portos, do Palácio dos Leões, do Palácio La Ravardière e das quadras defronte, do Hotel e do casão tombado isoladamente por ter pertencido à Ana Jansen. Os dados retratam os diferentes estilos que circundam o entorno imediato do Ed. João Goulart, variando entre estilo popular e o tradicional português, passando pelo moderno e neoclássico.

Observa-se, no gráfico abaixo (fig. 69), que de todos os estilos encontrados entre essas 103 fachadas analisadas individualmente, o tradicional português é o estilo arquitetônico predominante nesse pequeno recorte do núcleo fundacional, com 42 unidades, representando 40% do total, seguido pelos estilos modernos, ecléticos e popular, que possuem 13 exemplares cada, empatando os três em 12,7% do total. No entorno também foram identificadas 3 ruínas, 3 exemplares *art decó* e 7 neoclássicos.

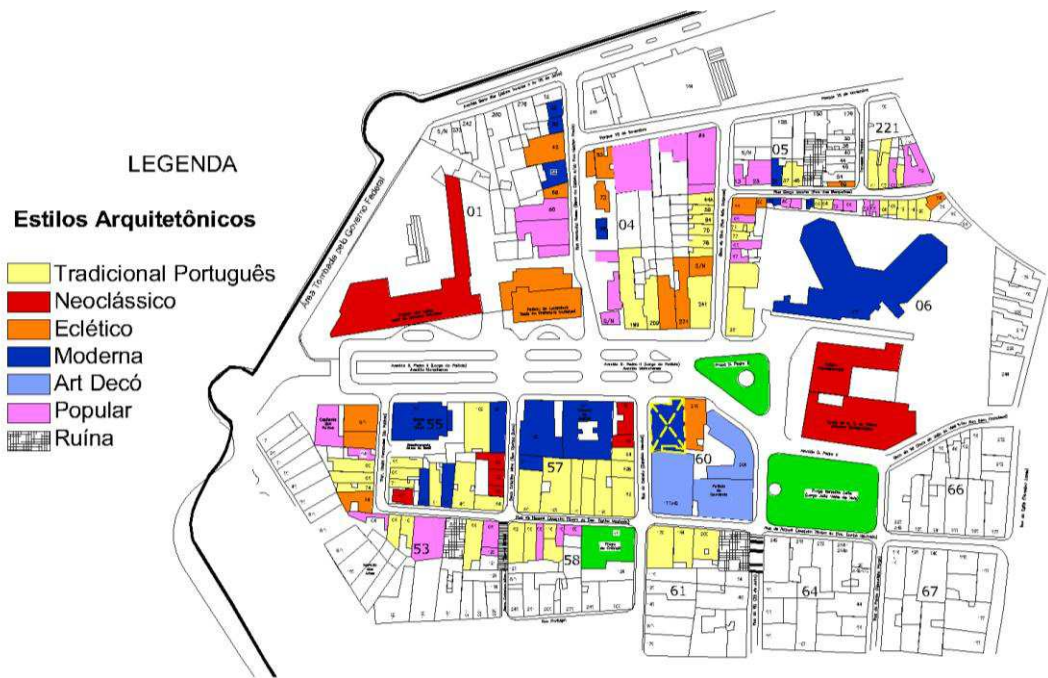


Figura 68 - Mapa 01: Sobre os Estilos Arquitetônicos nas edificações do entorno. Fonte: Mapa fornecido pela 3ª Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora. Dados coletados em abril de 2017.

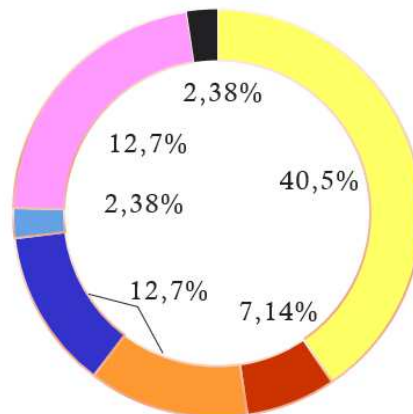


Figura 69 - Gráfico 01, à esquerda, gerado a partir de análise do Mapa 01.

Ao serem analisados conforme seu estado de conservação (fig.70), os imóveis no entorno do Ed. João Goulart se destacam, com um somatório que ultrapassa os 80%

dos imóveis (fig. 71), que pela análise de fachada encontram-se em situação regular e bom estado. Em comparação com demais edifícios do centro, arrisco opinar, de forma pessoal, que esta área possivelmente seja uma das mais bem conservadas de todo o centro histórico, uma vez que lá encontram-se as principais edificações governamentais e religiosas do Estado. Seguindo o perímetro da Rua da Estrela, estendendo-se até a Rua Portugal, estão áreas que não tiveram as fachadas analisadas, devido a relação entre dimensão e curto prazo, mas que também estão incluídas na parte revitalizada do centro histórico, com o projeto “Reviver”.

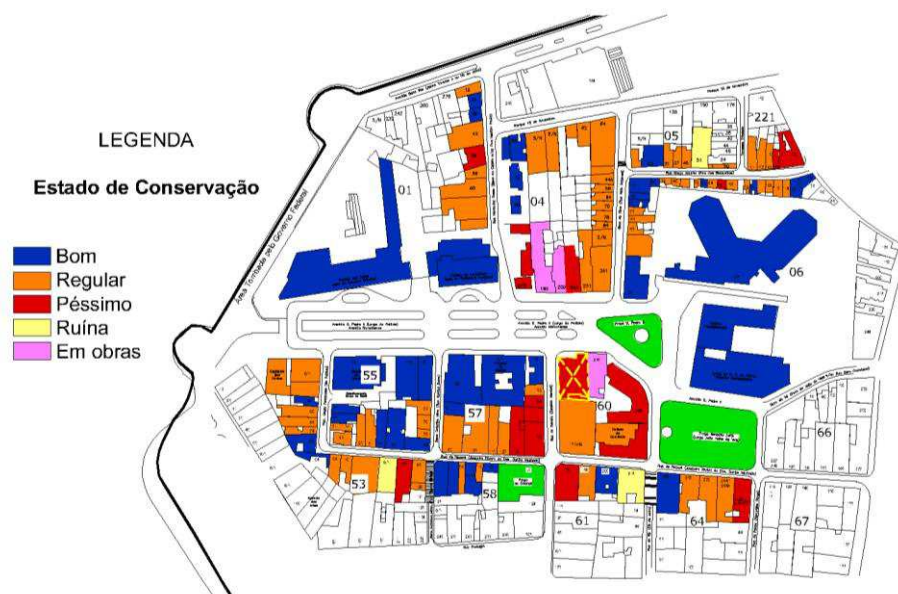


Figura 70 - Mapa 02: Sobre o Estado de Conservação nas edificações do entorno. Fonte: Mapa fornecido pela 3ª Superintendência do IPHAN/MA, adaptado pela autora. Dados coletados em abril de 2017.

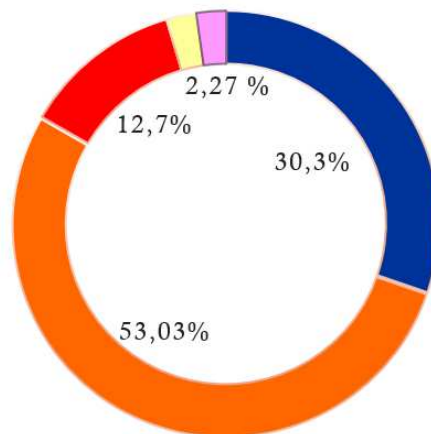


Figura 71 - Gráfico 02, à direita, gerado a partir de análise do Mapa 02.

O entorno precisa ser demonstrado não apenas em mapas, mas também por imagens reais. A sequência de registros a seguir demonstra os cenários que compõem o

conjunto paisagístico e urbanístico da área tombada e inscrita no livro de patrimônio mundial, onde o Ed. João Goulart está inserido (fig. 72). Aqui, é possível entender ainda melhor a importância de sua preservação, sobretudo devido ao contexto e ambiente no qual ele está inserido, sendo o único edifício moderno em altura na principal avenida do núcleo fundacional, dialogando com as principais edificações da cidade.

Já na imagem da página seguinte, feita na esquina da Rua do Giz com a Rua João Vital, a melancolia de um senhor e seu cachorro representam o sentimento de abandono, com o edifício ao fundo completando o registro e o sentimento (fig. 73). Na sequência, registrada por dentro de um edifício localizado na Rua João Vital, o edifício aparece sendo contemplado pela moça da foto através da varanda (fig. 74), compondo a vista com o Palácio do Comércio, de estilo arquitetônico *art déco*, em meio aos telhados coloniais.

Para finalizar a análise do entorno, apresento as imagens feitas na cobertura do Ed. João Goulart, onde de um lado a paisagem é representada pela sua imponência diante dos sobrados adjacentes (fig. 75) e, do outro, é marcada pela Catedral Metropolitana, que dialoga com a praça e a ponte, que se liga a cidade nova ao fundo (fig. 76).



Figura 72 – Aéreo do conjunto urbano e paisagístico no qual o Ed. João Goulart está inserido. Fonte: LOPES, 2008, p. 19.



Figura 73- Ed. João Goulart ao fundo de registro feito no cruzamento da Rua do Giz com Rua João Vital. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 74 - Vista do Ed. João Goulart a partir da varanda de outra edificação na Rua João Vital. Fonte: BATISTA, 2017.



Figura 75 – Vista do entorno do Ed. João Goulart, feita pela sua cobertura em direção à Rua da Estrela. Autor: BATISTA, 2017.



Figura 76 – Vista do entorno do Ed. João Goulart, feita pela sua cobertura em direção à Igreja da Sé. Fonte: BATISTA, 2017.

O melhor lugar do mundo é aqui

e agora

Aqui onde indefinido

Agora que é quase quando

Quando ser leve ou pesado

Deixa de fazer sentido

Aqui de onde o olho mira

Agora que ouvido escuta

O tempo que a voz não fala

Mas que o coração tributa

[...]

Amor é tudo que move

O melhor lugar do mundo é aqui

e agora

[...]

(Gilberto Gil - Aqui e Agora)

7. DIRETRIZES PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO JOÃO GOULART

De acordo com a análise das cartas patrimoniais referenciadas no terceiro capítulo deste trabalho, concluímos ser de grande valia a preservação do patrimônio cultural brasileiro, sobretudo do modernismo estudado neste trabalho traduzido pela arquitetura moderna brasileira. Como os exemplares dessa arquitetura estão dispostos de forma pontual na cidade, é ainda mais relevante reconhecer os bens imóveis que fortalecem esse movimento arquitetônico, especialmente os que estão inseridos na área de tombamento federal pelo seu conjunto urbano e paisagístico e excepcionalmente os que se encontram em condições precárias, devido ao longo período de abandono.

As características fundamentais para que o modernismo se difundisse no mundo vieram das lições de Le Corbusier que defendia a noção de *térreo livre* que é possibilitada pelo uso dos *pilotis* que elevam o volume arquitetônico do nível do solo, como o apresentado caso do Edifício João Goulart, sob *pilotis*, permitindo espaços abertos de convivência, como uma praça, proporcionando bem-estar e repouso nas áreas cobertas sob o edifício. Desta forma, constrói-se a possibilidade de circulação por baixo do edifício, sem interrupção do movimento contínuo da ambiência, além de um melhor aproveitamento dos dois solos existentes.

Como forma de resgatar a arquitetura do século XX presente neste impetuoso porém abandonado edifício, proponho – por meio do conhecimento da área e das patologias da edificação, das diretrizes das cartas patrimoniais e da necessidade de habitar o centro histórico– uma reabilitação no Ed. João Goulart, intervindo em suas patologias estruturais, reabilitando-o e modificando seu uso originalmente institucional para uso habitacional³⁶ para dinamizar o espaço do prédio e seu entorno. “A nosso ver, sua visível deterioração indica a gritante negligência do Estado para com o patrimônio público e a desconsideração do seu potencial arquitetônico para o uso residencial, uma dimensão vital da revalorização das áreas centrais.” (FIGUEIREDO, 2006)

6.1 Questionário

Foi realizada uma pesquisa de opinião, qualitativa, num universo de 58 pessoas, feita em ambiente virtual, pela plataforma de questionários do *google*, no mês de novembro

³⁶ Estimulando habitações em áreas centrais, como explorou Tayana Figueiredo em seu trabalho monográfico apresentado em 2006, sobre o mesmo Ed. João Goulart. Inclusive, em citação ao fim deste parágrafo, feita por ela, nota-se que as condições de conservação da edificação já se encontravam em péssimo estado, há 10 anos, estando claro o abandono governamental por si.

do ano de 2017, com objetivo de analisar a importância do prédio para os usuários do centro histórico. A escolha dos entrevistados da pesquisa foi feita de forma aleatória considerando apenas o envolvimento visual dos transeuntes com o prédio e suas perspectivas sobre seu abandono. Algumas questões sobre uso e relevância do imóvel foram feitas para moradores e trabalhadores do entorno. A primeira pergunta do questionário, sobre o conhecimento do edifício, era acompanhada de uma foto da fachada do mesmo e foi obtido o seguinte resultado:

Você conhece esse edifício?

58 respostas

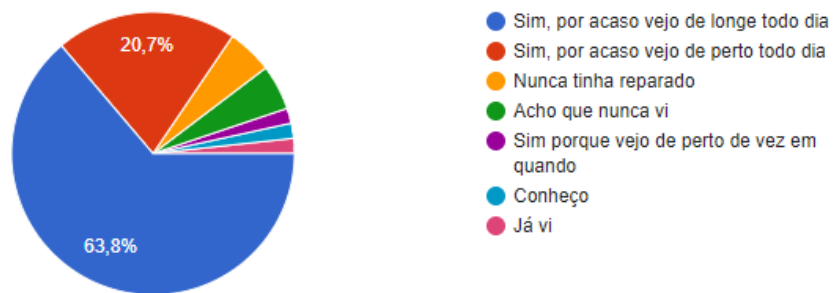


Figura 77 - Dados coletados da primeira pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com

Como pode ser analisado, a maioria dos entrevistados (63,8%) responderam que conhecem e que por acaso o vêm de longe todo dia, sendo que um percentual ainda maior o conhece e o observa de perto diariamente. Quando questionados sobre a importância dele para a cidade, a grande maioria (82,8%) respondeu positivamente (fig. 78).

Você considera esse prédio importante para a cidade?

58 respostas

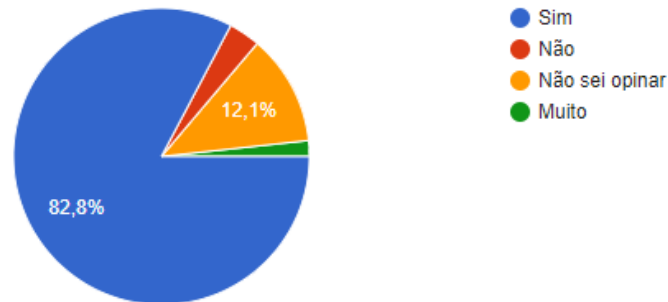


Figura 78 - Dados coletados da segunda pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online.
Fonte:questionariogoogle.com

Você sabia que ele está abandonado? (Há mais de 20 anos)

58 respostas

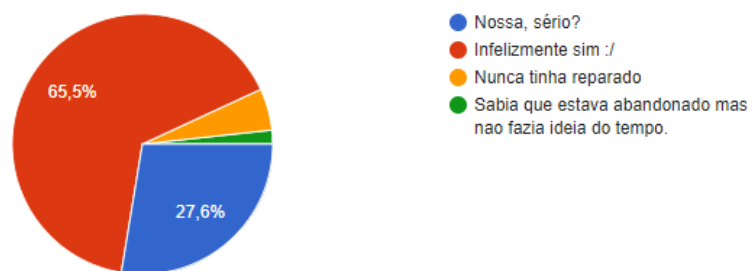


Figura 79 - Dados coletados da terceira pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online.
Fonte:questionariogoogle.com

Sobre a questão do abandono (fig. 79), apesar de mais da metade ter respondido saber do ocorrido (65,5%), cerca de 36% (restante) dos entrevistados, não sabiam sobre seu tempo de abandono.

Além disso, no questionário, haviam perguntas sobre a opinião dos entrevistados, com relação ao possível novo uso que poderia ser admitido em um projeto de reabilitação. Quando questionados sobre a modificação deste edifício originalmente administrativo, em uso habitacional (fig. 80), no qual os entrevistados teriam a possibilidade de residir, a grande maioria foi a favor desta opção (79,3%) – entre os que morariam pela localização ou pelas belas vistas de suas esquadrias. Porém, alguns isoladamente, responderam negativamente, justificando a periculosidade do centro ou o estado “sombrio” da edificação.

Se ele fosse um prédio de diferentes usos, entre eles habitação, você moraria?

58 respostas

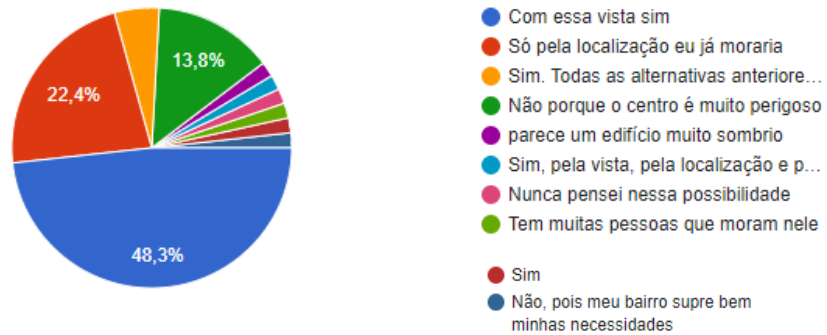


Figura 80 - Dados coletados da sétima pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com

Dando continuidade a análise das opiniões dos entrevistados com relação aos novos usos propostos, verificou-se que a falta de alguns serviços no entorno, fazem deste edifício um perfeito caso de estudo na proposição de uso misto (habitação, comércio e serviços), pesquisando todas as necessidades não encontradas em sua proximidade, a ideia de transformá-lo em habitação nos pavimentos superiores, utilizando seu térreo livre para a implementação de farmácia, restaurante, livraria, padaria, mercearia e até um centro cultural de arte, como proposto em uma das respostas, seria “perfeito”, como votado pela grande maioria (fig. 81).

Já pensou se no térreo ele tivesse farmácias, lojas, restaurantes, livraria?

58 respostas

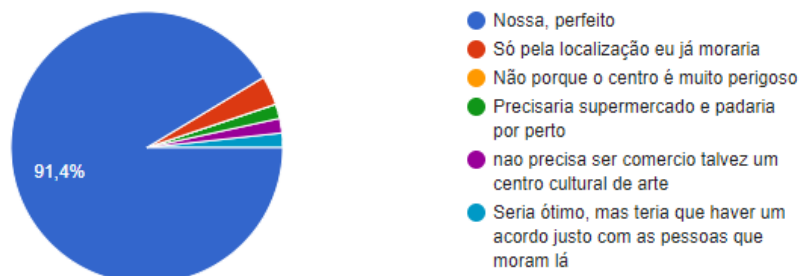


Figura 81- Dados coletados da terceira pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online. Fonte:questionariogoogle.com

Ele agora é importante para você?

58 respostas

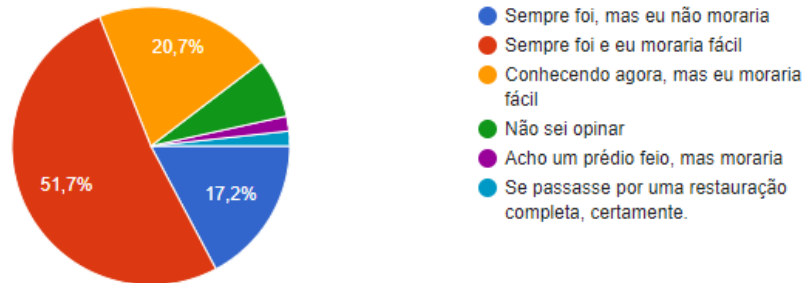


Figura 82 - Dados coletados da última pergunta do questionário aplicado pelo formulário google online.
Fonte:questionariogoogle.com

Esse questionário nos leva a análise que o prédio possui uma notável relevância aos moradores da cidade de São Luís, já que ao analisarmos a última pergunta do questionário e obtermos mais que 50% de resposta positiva sobre seu nível de importância para os entrevistados (fig. 82). Já que o mesmo não passa despercebido, em especial para os que usufruem do Centro Histórico, ou que transitam pela Av. Beira mar ou até mesmo pela Ponte do São Francisco (José Sarney), talvez seja justificado pela sua dimensão em altura, que se destaca para além das torres das igrejas, ou mesmo sua arquitetura moderna que destoa harmonicamente com os casarões históricos do entorno.

7.2 Proposta de Intervenção/Reabilitação

Para essa proposta de intervenção, foi pensado no local e no contexto em que o edifício está inserido. Levando em conta sua volumetria já bastante impactante no entorno e por estar em uma área de tombamento patrimonial, decidindo-se por preservar a mesma forma, interferindo apenas nas divisões internas e no uso da edificação, aproveitando os espaços vazios existentes entre um bloco e outro. Para que se possa alterar o uso da mesma, é importante recorrer à legislação, onde o vigente Plano Diretor do Município de São Luís define como ZPH:

[...] aquela em que os elementos da paisagem construída ou natural abrigam ambiências significativas da cidade, seja pelo valor simbólico associado à sua história, seja pela sua importância cultural, integração ao sítio urbano e por abrigar monumentos históricos. (SÃO LUÍS, 1992, Seção XVI, Art. 68, Parágrafo Único).

Com grande flexibilidade de uso, a ZPH indica a articulação entre a legislação urbanística e o incentivo às ações voltadas para valorização das áreas históricas centrais. Dentre essas possibilidades de uso, a proposta de reabilitação, já adotada anteriormente com a mesma finalidade pela arquiteta Tayana Figueiredo (2006), lança mão para o Edifício João Goulart o uso comercial eventual e local (funções como padaria, lanchonete, bar, conveniência, livraria, casa de café etc.) e o uso residencial multifamiliar.

A implantação tem duas características: esquina, com pilares estruturais e possibilidade de vãos livres, que apesar de ter suas divisões internas originais pensadas para o uso institucional, torna-se acessível para os novos usos propostos. O acesso à garagem será exclusivo dos moradores e proposto pelos subsolos (fig. 83), incluindo depósitos e vagas limitadas. O térreo, sobreloja, 2º e 3º pavimentos serão utilizados para fins de comércio e serviço.

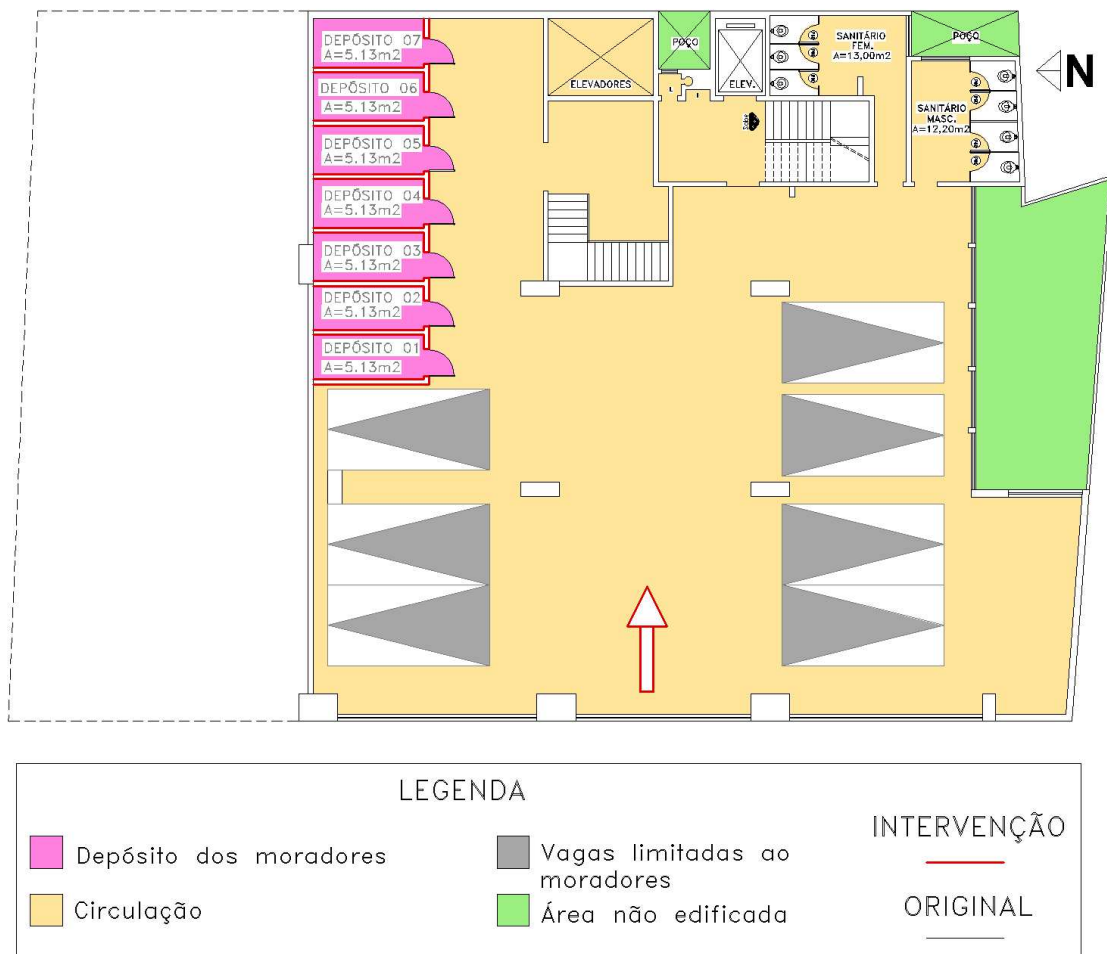


Figura 83 - Proposta de intervenção para sub-solo. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

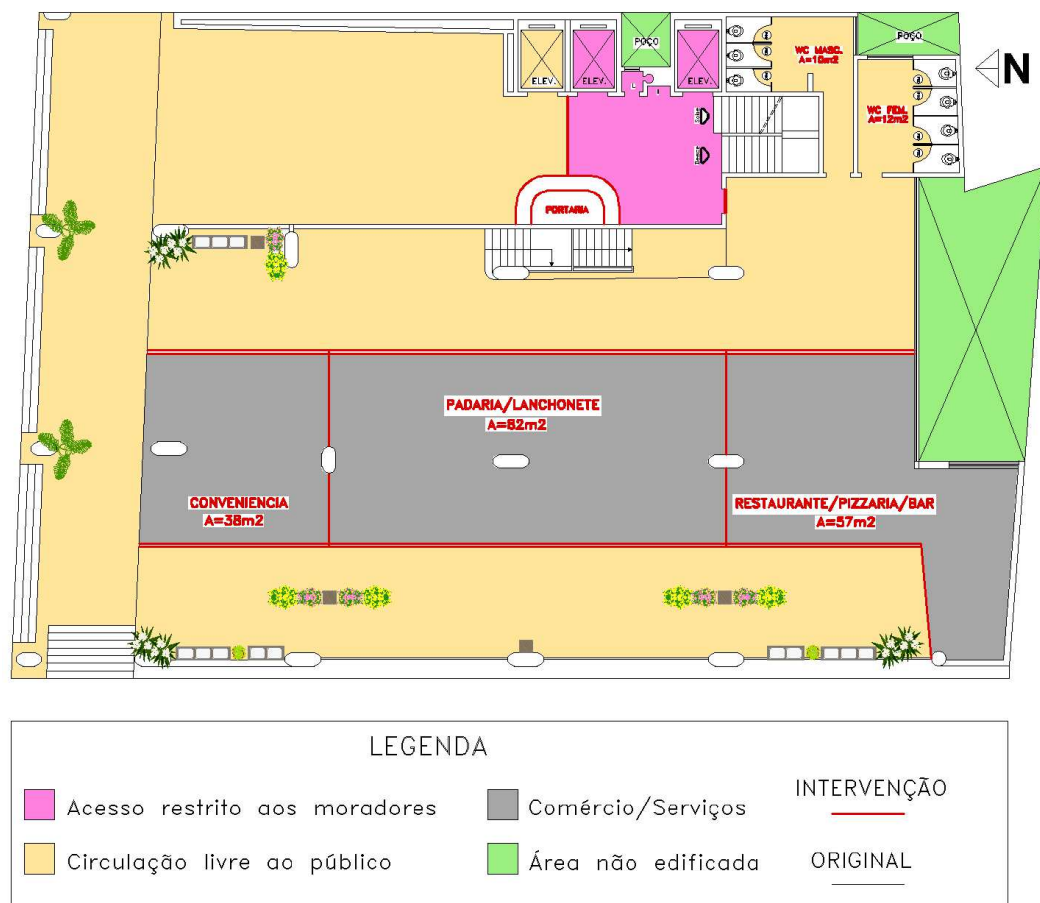


Figura 84 - Proposta de intervenção para térreo. Fonte Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

O estudo de viabilidade foi pensado a partir das respostas obtidas com o questionário, além de um conhecimento da área. Para o térreo (fig. 84) foi pensada a inclusão de serviços comerciais como conveniência, padaria/lanchonete, pizzaria/bar e restaurante, propondo-se também uma portaria para delimitar o acesso restrito aos moradores da circulação livre ao público, circulação esta que foi pensada de forma livre, considerando os pilotis e a proposta de praça no térreo, fundamentada nas diretrizes de Le Corbusier.

Subindo para a sobreloja, a proposta adotada (fig. 85) foi de transformá-lo em espaço cultural, onde houvesse livraria, galeria de arte/atelier, espaço para exposições cinematográficas de pequeno porte e um café para auxiliar e dinamizar o espaço. Tudo isso pensado de forma independente dos elevadores e escada de acesso aos moradores, porém permitindo uma ligação através de porta com abertura apenas pela área restrita; além dos sanitários públicos, que permaneceram inalterados.

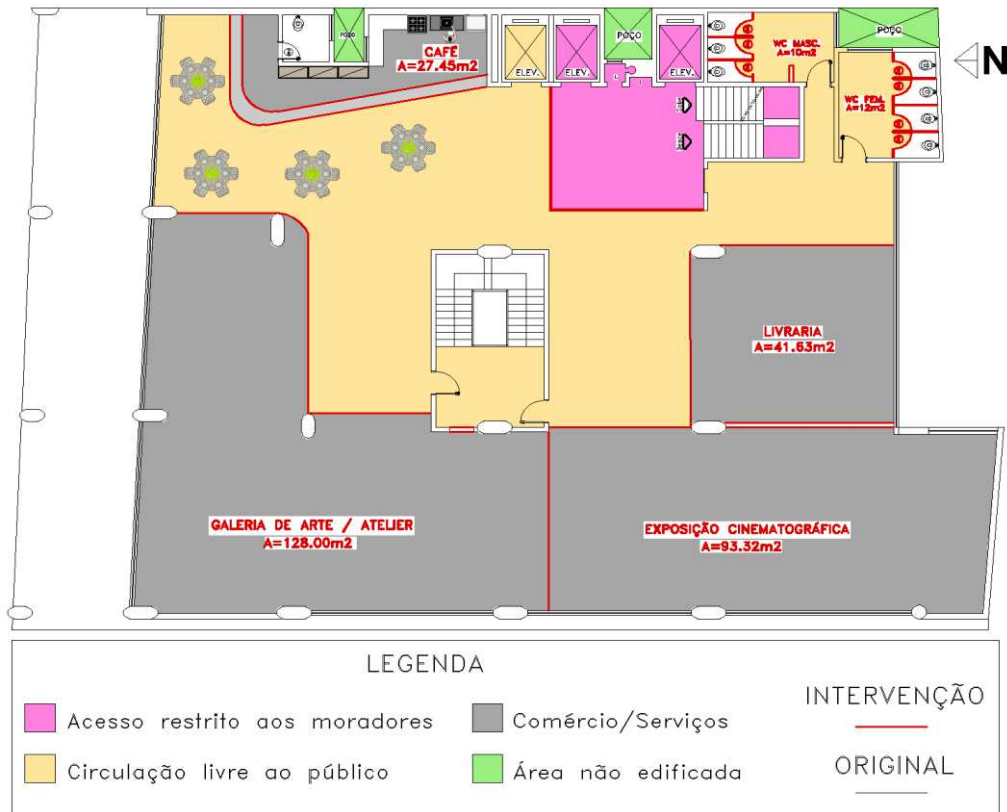


Figura 85 - Proposta de intervenção para sobreloja. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

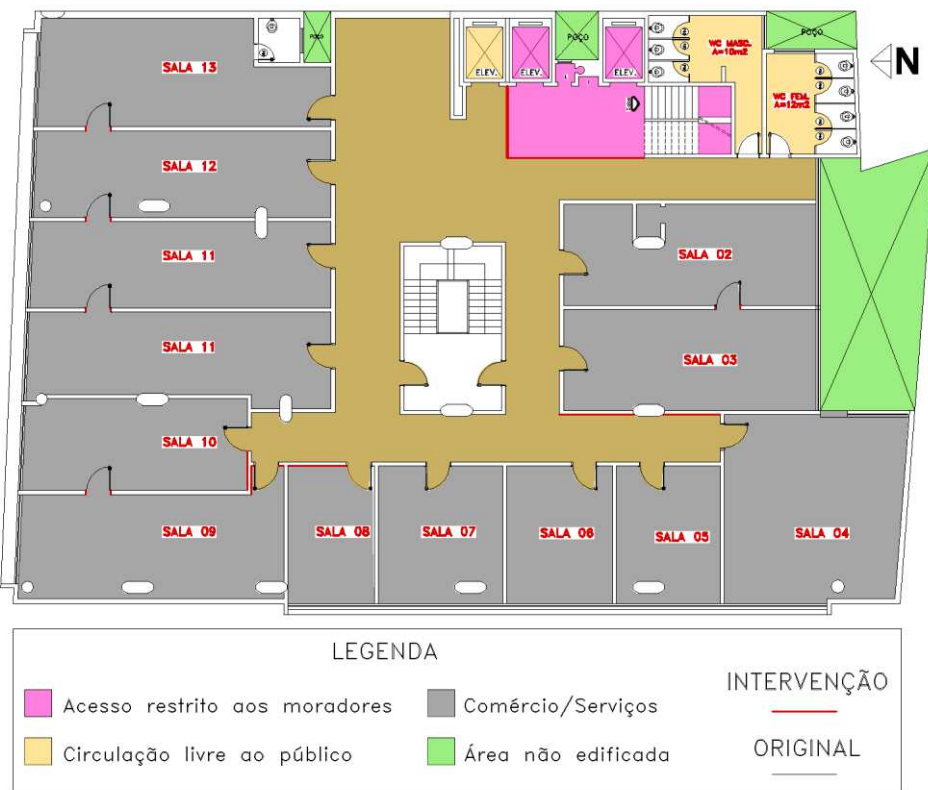


Figura 86 - Proposta de intervenção para segundo e terceiro pavimentos. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

O segundo e terceiro pavimentos (fig. 86), possuem como unidade a mesma planta baixa, compondo os últimos pavimentos da volumetria retangular horizontal, decidiu-se intervir com poucas alterações em relação à configuração original, priorizando as mesmas divisões de salas do projeto base, havendo desta forma, a possibilidade de unir ou isolar os cômodos, dependendo da necessidade do serviço oferecido. A proposta é que esses dois pavimentos tenham as salas para alugar como forma de mesclar os serviços e o uso do prédio.

No quarto pavimento (fig.87) pensou-se na criação de uma área de lazer e convivência para as unidades habitacionais que se iniciam a partir do quinto pavimento. Contendo vários ambientes em uma área externa e outra fechada, em uma propõe-se um redário, espaço zen, e do outro lado propõe-se um espaço de lazer coletivo (espaço festa), com piscina adulto e infantil e espaço para churrasqueira e área verde. Na parte interna a proposta abriga uma academia comunitária restrita aos moradores, assim como a brinquedoteca. Apenas o salão de festas e área da piscina seriam de comum acesso para todos, incluindo visitantes.



Figura 87 - Projeto de Intervenção no quarto pavimento. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

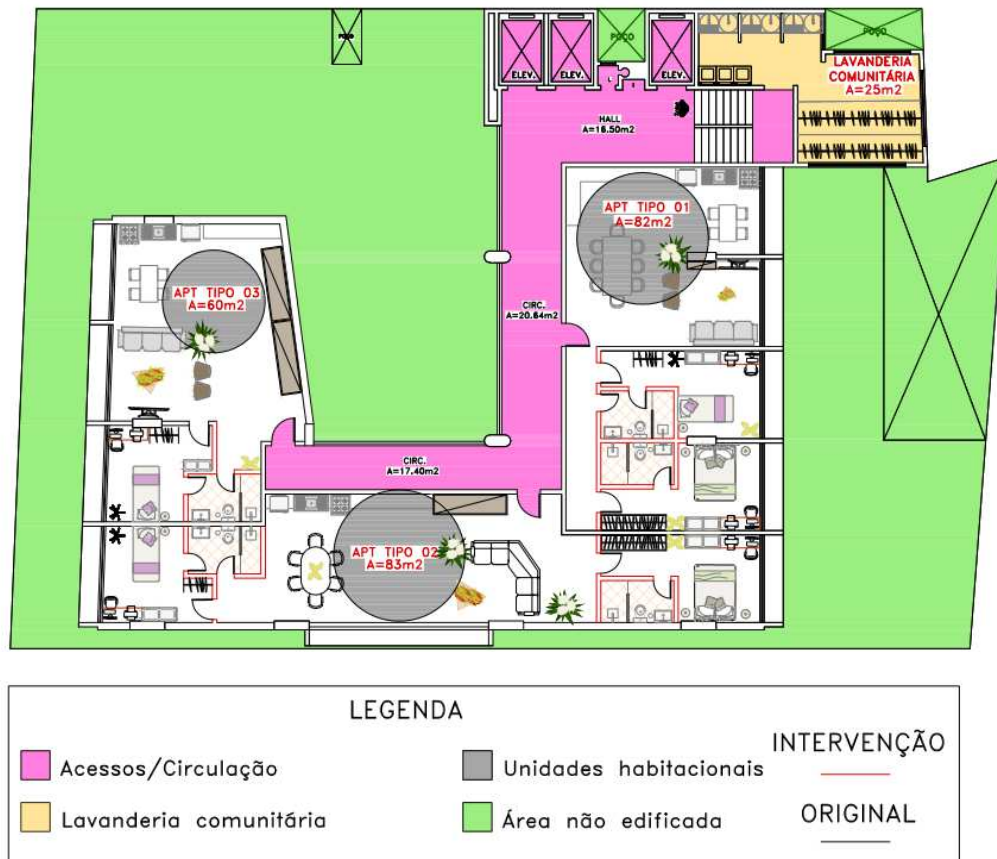


Figura 88 - Projeto de Intervenção das unidades habitacionais. Fonte: Planta baixa fornecida pela 3ª Superintendência Regional do IPHAN/MA, adaptado pela autora.

Para a torre, volumetria de destaque vertical que é composta por 6 pavimentos, foi pensado o uso habitacional, aproveitando a configuração de planta livre definiu-se 3 apartamentos por andar, com tamanhos distintos. Duas unidades ($82m^2$ e $83m^2$) possuindo uma cozinha, copa, sala, semi-suíte e suíte *master*, e a terceira unidade com $60m^2$, possuindo sala, copa, cozinha e uma suíte reversível. Um dos diferenciais desta parte do projeto foi a solução adotada para os sanitários públicos, localizados no nível do patamar da escada principal³⁷. Para aproveitar os pontos hidráulicos existentes, pensou-se em uma solução utilitária, proporcionando maior conforto e comodidade aos moradores deste edifício: a lavanderia comunitária. Um espaço moderno, com todos os utensílios necessários para compor uma generosa área de serviço, sem contar na ampla e arejada sala de secar roupas, com varal de 4m, inovando a forma de lavar roupas em apartamentos.

³⁷ Ver planta baixa original (fig. 32, p. 64)

CONCLUSÃO

A compreensão dos fundamentos da arquitetura moderna, citados no primeiro capítulo, foram de importante valia para o reconhecimento da arquitetura do século XX, tomando por base os autores como Hugo Segawa, Paola Berenstein Jacques, Leonardo Benévolo, e os principais representantes desse movimento a nível internacional como Le Corbusier, Lina Bo Bardi, Oscar Niemeyer, Villa Nova Artigas que foram elementos fundamentais para esta pesquisa, pela relevância teórica.

As instituições federais expandiram ainda mais o acervo arquitetônico modernista no país, tendo a maioria valorizado seus ícones, outras, no entanto fracassaram pela falência devido aos conflitos políticos, como é o caso do INSS, que construiu várias sedes de grande porte por todo o país, porém por falha governamental, não conseguiu manter suas administrações, tendo que fechá-las. As pichações são incluídas nesse contexto representando a voz que a cidade não cala. No caso da última imagem apresentada no segundo capítulo, a mesma representa um pensamento que provavelmente é compartilhado por vários transeuntes. Grafada na parede vizinha ao edifício estudado nesse artigo, essa frase (“Na floresta urbana, a carniça é farta!”) pontuada com uma exclamação, é nada menos que um grito sobre os vários casos de “apodrecimento” das construções vazias. Assim, formou-se um grande “cemitério” de edifícios do INSS espalhados por várias capitais, sem uso, abandonados, ou na maioria dos casos ocupados, representando a falha governamental do país.

Não somente a arquitetura tradicional está passível de sofrer um processo de arruinamento. Hoje, com o olhar no começo do século XXI, observamos que uma parte considerável do acervo arquitetônico modernista do século XX está passando pelo mesmo processo. Edifícios, casas, e galerias, construídas dentro do movimento moderno trouxeram ao mundo modificações permanentes na arquitetura e a conservação e preservação da mesma é importante para compreender o que a humanidade almejava alcançar com a passagem do milênio. As cartas patrimoniais servem para orientar sobre a importância de conservação da arquitetura e sobre a importância da arquitetura moderna dentro do contexto histórico. Neste trabalho elas serviram como orientadoras para maior compreensão do que temos de importante e

o que podemos fazer com os vários exemplares em estado de abandono pelo país. Conservação, preservação, manutenção, reabilitação. Foram as palavras de ordem absorvidas por este terceiro capítulo.

Antes de ter sido iniciado o capítulo sobre o Ed. João Goulart, fez-se um breve panorama do contexto histórico da cidade de São Luís e da inserção do movimento moderno ao núcleo fundacional. Assim, posteriormente iniciou-se a análise da edificação, planta por planta, evidenciando os pontos característicos da arquitetura moderna, compreendendo sua singularidade no meio em que está inserido. Dando continuidade ao ponto ápice do trabalho, apresentou-se o levantamento fotográfico realizado dentro do Ed. João Goulart no primeiro semestre de 2017. Observou-se que o estado de conservação é bastante crítico, havendo muitas infiltrações, muito lixo aglomerado em vários cômodos e alguns elementos estruturais expostos.

Após todas as análises feitas, conclui que o Edifício João Goulart, por ser um ícone arquitetônico do movimento moderno na cidade de São Luís, inserido em um núcleo histórico fundacional, necessita de primordial atenção quanto ao seu estado de conservação, principalmente no que diz respeito ao seu longo período de abandono e de ocupações irregulares, que danificaram e alteraram alguns pontos da edificação. A proposta de reabilitação apresentada levou em consideração todos os estudos realizados neste trabalho, desde um melhor conhecimento da arquitetura moderna, à compreensão das diretrizes dadas pelas cartas patrimoniais e ao notável histórico do INSS, responsável pelo abandono de várias edificações, consequentemente vários vazios urbanos nas capitais do país. Visto que a análise feita após a entrevista realizada e apresentada, concluiu as várias necessidades de comércio e serviços desta área do centro, além do seu grande déficit habitacional. Por este motivo optou-se pelo projeto misto, incluindo todas as insuficiências do entorno, afim de dinamizar a área e estimular esse tipo de ocupação no local.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Luiz. **Obituário Arquitetônico: Pernambuco modernista**. Recife, 2007.
- ANDRÉS, Luiz Phelipe. **CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MARANHÃO: Patrimônio Mundial**. Ed. Audichroma, São Paulo, 1998.
- ARGAN. Giulio Carlos. **Arte Moderna. Companhia das Letras**. São Paulo. 1998
- BARROS, Valdenira. **Imagens do Moderno em São Luís**. São Luís, 2001.
- BASTOS, Maria; JUNQUEIRA, Alice; ZEIN, Ruth Verde. **Arquitetura após 1950**. - São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1976
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. Ed. Perspectiva, São Paulo. 1991.
- BRASIL, **LEI Nº 367, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1936**. Acesso em 10 de 12 de 2017, disponível em Crêa o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários Subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-367-31-dezembro-1936-555119-publicacaooriginal-74230-pl.html>>
- BURNETT, Frederico. **Urbanização e desenvolvimento sustentável**. São Luis, Editora UEMA, 2008.
- CAVALCANTI, L. A. P. **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930 - 1960)**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2007.
- _____. **Quando o Brasil era moderno: Guia de arquitetura brasileira, 1928-1960**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. V. 1.
- CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1985 [1980]. (Coleção Estudos).
- CORBUSIER, Le. **Por uma Arquitetura**. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1989
- Documentário Arquitetura Moderna no Brasil**. Realização IAB e Fundação Bienal de São Paulo, 1985. Publicado por Jamisson Souza. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=pfGol4nV7Mo&t=188s>>. Acesso em nov. 2017.
- FIGUEIREDO, Tayana. TCC: **EDÍFICIO JOÃO GOULART (SÃO LUÍS-MA): uma proposta de reabilitação para condomínio residencial**. São Luís: UEMA, 2006.

GOMIDE, Jisé Hailton; SILVA, Patrícia Reis; BRAGA, Sylvia Maria Nelo. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

JORGE, Miécio. **Álbum do Maranhão, 1950**. Maranhão, 1950.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LISBOA. **Carta de Reabilitação Urbana Integrada** / Carta de Lisboa. Lisboa: 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana em Centros Históricos, 1995.

LIRA, José. **O visível e o invisível na arquitetura brasileira**. São Paulo: DBA, 2017.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.

MOREIRA, Fernando Diniz (org.). **Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade**. 1 ed. Recife: FASA, 2007. 392p.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira; MENDONÇA, Adriana. **A ARQUITETURA VERTICAL EM SÃO LUÍS: os arranha-céus e a construção do moderno**. In III SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazonia. Palmas, UFTO, 2017.

Oscar Niemeyer - A vida é um sopro. Sacha Produções, 2007. Duração: 89 min. Publicado por Geovany Silva. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=AYhpFEHJkkl>>. Acesso em set. 2017.

PFLUEGER Grete e LOPES, Jose Antônio. **Arquitetura do século XX in São Luís – Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem**. 1 ed. (bilíngue). Sevilla: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. 448 p. POLIZZO, Ana Paula. **Burle-Max**. Puc – RIO, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens do Brasil Colonial**. EDUSP, 2000. **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Elaboração: José Antonio Viana Lopes /Participação: Ministerio da Cultura (Brasil), Cidade de São Luís, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación, AECID _ Madri, 2008.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1999.

VILLAÇA, Flavio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In O processo de urbanização no Brasil Csaba Deak e Sueli Ramos Schiffer (Org). São Paulo, Edusp, 2015

ZEVI, Bruno. **A linguagem moderna da Arquitetura**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 1

CARTA PATRIMONIAL DE LISBOA

1º ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA - CENTROS HISTÓRICOS - 21 a 27 de Outubro de 1995

CARTA DE REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA

CARTA DE LISBOA

A Reabilitação Integrada constitui um contributo inovador para a preservação e vivificação do património cultural das cidades, na vertente do edificado como do tecido social, que o habita e lhe assegura a identidade.

O interesse pelo processo, em Lisboa, manifestado por algumas cidades brasileiras, levou ao início de uma reflexão conjunta que, iniciada no I Encontro de Reabilitação Urbana em Lisboa, em março de 1993, foi continuada no Rio de Janeiro em abril de 1994, tendo o I Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, realizado em Lisboa em outubro de 1995, constituído uma etapa decisiva que permitiu chegar a conclusões úteis para os dois países.

No Plenário de encerramento deste Encontro foi aprovada, por aclamação uma proposta segundo a qual deveriam as respectivas conclusões ser consagradas na Carta de Reabilitação Urbana Integrada - Carta de Lisboa.

Esta Carta tem por finalidade, para além de forjar uma linguagem comum, com as necessárias adaptações nacionais, o estabelecimento dos grandes princípios que deverão nortear as intervenções, bem como dos caminhos para a sua aplicação.

Com estes objetivos foi estabelecido o texto da Carta que segue:

Definição de conceitos

Artigo 1º

A Reabilitação Urbana utiliza técnicas variadas, cuja definição, objeto de análise e aceite pelo dois países, segue:

a) Renovação Urbana

Ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitetônicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje estas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados aos quais não se reconhece valor como patrimônio

.....

b) Reabilitação Urbana

É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

c) Revitalização Urbana

Engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.

d) Requalificação Urbana

Aplica-se sobretudo a locais funcionais diferentes da "habitação"; trata-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no seu contexto atual.

e) Reabilitação de um edifício

Obras que tem por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiênicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigências.

f) Restauro de um edifício

Obras especializadas, que têm por fim a conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou parte de sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história.

g) Reconstrução de um edifício

Qualquer obra que consista em realizar de novo, total ou parcialmente, uma instalação já existente, no local de implantação ocupado por esta e mantendo, nos aspectos essenciais a traça original.

h) Renovação de um edifício

Qualquer obra que consista em realizar de novo e totalmente um edifício num local anteriormente construído.

i) Conservação de um edifício

Conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e a prevenir a degradação de um edifício, que incluem a realização das obras de manutenção necessárias ao correto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício.

j) Manutenção de um edifício

Série de operações que visam minimizar os ritmos de deterioração da vida de um edifício e são desenvolvidas sobre as diversas partes e elementos da sua construção assim como sobre as suas instalações e equipamentos, sendo geralmente obras programadas e efetuadas em ciclos regulares.

Identidade dos Núcleos Históricos

Artigo 2º

Sendo a preservação da identidade dos Núcleos Históricos, expressa pelo seu patrimônio edificado, cultural e social, é indispensável que as operações de reabilitação urbana sejam apoiadas pelas pesquisas histórica e sociológica, perspectivada numa dialética de integração.

Tipologia das Intervenções

Artigo 3º

A Reabilitação deverá colocar o Homem no centro das suas preocupações procurando melhorar as condições de vida nos Centros Históricos, utilizando a conservação e preservação do edificado como instrumento desse objetivo. Este conceito de Reabilitação Urbana dirige-se a bairros históricos residenciais degradados. Porque procura manter as populações residenciais enraizadas nos seus bairros, não se adapta, obviamente, a áreas históricas abandonadas pela população ou recentemente ocupadas por populações marginalizadas. No entanto, é possível agrupar as diferentes situações de Centros Históricos em alguns grandes tipos:

- a) áreas residenciais com populações enraizadas;
- b) áreas residenciais com ocupação recente por populações de fracos recursos e grupos marginalizados - em que a opção poderá se pôr em prática uma reabilitação progressiva utilizando os meios disponíveis para melhorar o quadro de vida das populações e dar-lhes acesso a formas de participação e reinserção social;
- c) áreas não residenciais com atividade em declínio em que a reabilitação deverá orientar-se para a revitalização;
- d) as mesmas áreas, não residenciais mas já abandonadas, em que a reabilitação visará a requalificação urbana.

Economia e desenvolvimento sustentado

Artigo 4º

A Reabilitação, procurando manter o máximo do existente construído filia-se nas novas atitudes da sociedade, abandonando a atitude consumista em relação ao edificado que atribuía aos edifícios uma vida útil curta. O menor custo da reabilitação tem a sua origem nesta economia de materiais e energia. Por esta razão, na reabilitação há uma maior incorporação de mão-de-obra do que na construção nova, o que tem efeitos positivos no emprego

Artigo 5º

A reabilitação custa cerca de metade da construção social nova, pelo que deve ser praticada. Além disso, ela realiza economias em infraestruturas e deslocações, além de assegurar a manutenção das estruturas sociais de vizinhança e a identidade cultural da cidade, expressa nas formas sociais patrimoniais. Ela permite historicidade ativa do patrimônio pela continuidade da função residencial exercida pela população enraizada.

Artigo 6º

A melhoria das condições de vida, exige uma atuação que não se limita à função habitacional, mas, antes deverá abranger igualmente o reforço das atividades culturais e sociais, bem como a dinamização das atividades econômicas, com relevo especial para o comércio e o artesanato de proximidade.

Artigo 7º

O conhecimento da realidade é fundamental para basear as opções, o que exige uma abordagem pluridisciplinar. No entanto, é essencial ter em conta que a complexidade das intervenções da reabilitação exige uma grande flexibilidade e que as soluções se vão encontrando no contato com a realidade. A ação não pode esperar que todos os estudos

estejam feitos, até porque é por ela que se vai tendo um conhecimento mais eficaz e profundo.

Artigo 8º

A formulação de todo um enquadramento legal que se assegure os instrumentos viabilizadores da Reabilitação Urbana constitui uma condição indispensável.

Formação e Informação

Artigo 9º

Se a Reabilitação Urbana aparece como uma evidência, é igualmente óbvia a necessidade de formação de mão-de-obra especializada nas formas tradicionais de construir e de técnicos com a preparação necessária aos desafios que ela oferece.

Artigo 10º

As novas soluções arquitetônicas, para que sejam compatíveis com as Áreas Históricas, deverão rejeitar tanto o pastiche como o objeto dissonante, sendo atuais e mantendo uma linguagem contextual.

Artigo 11º

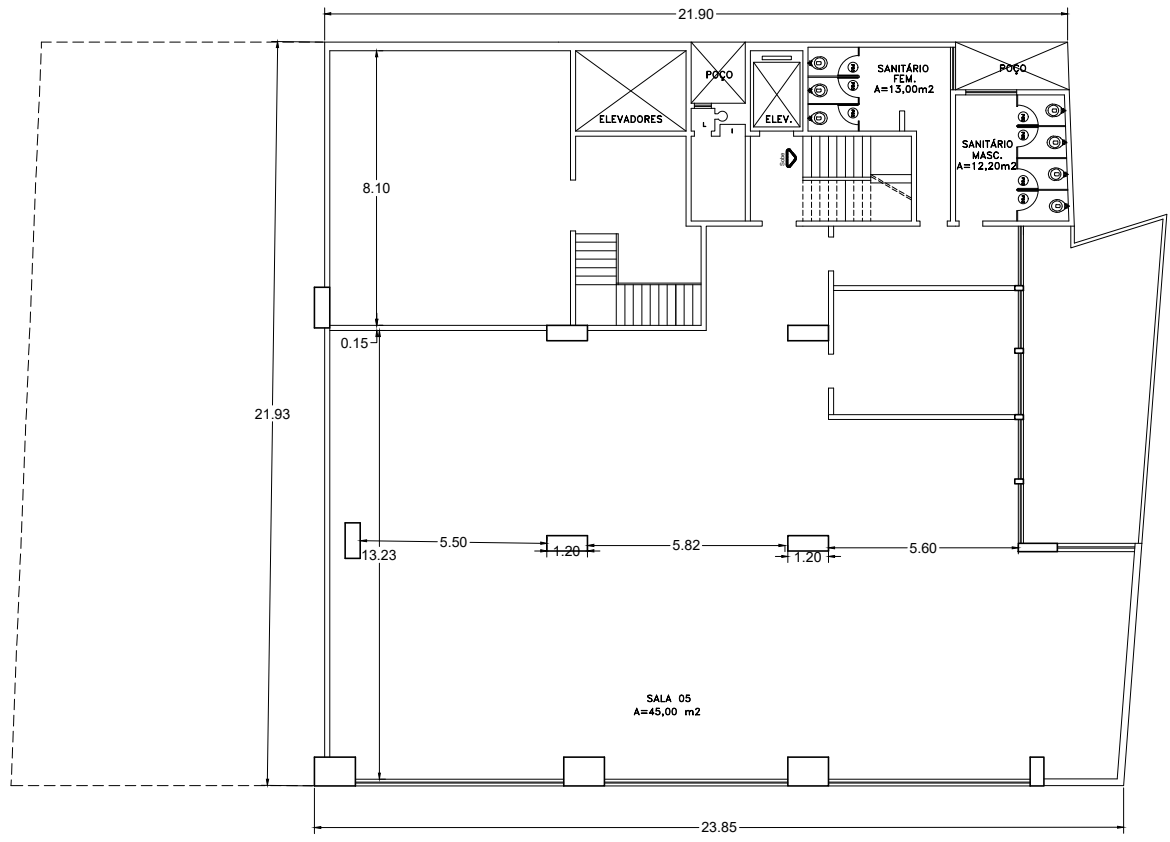
A reabilitação urbana deve ser um processo integrado envolvendo todos os agentes interessados que, para intervirem, deverão estar informados, o que conduz a necessidade da informação e avaliação.

Artigo 12º

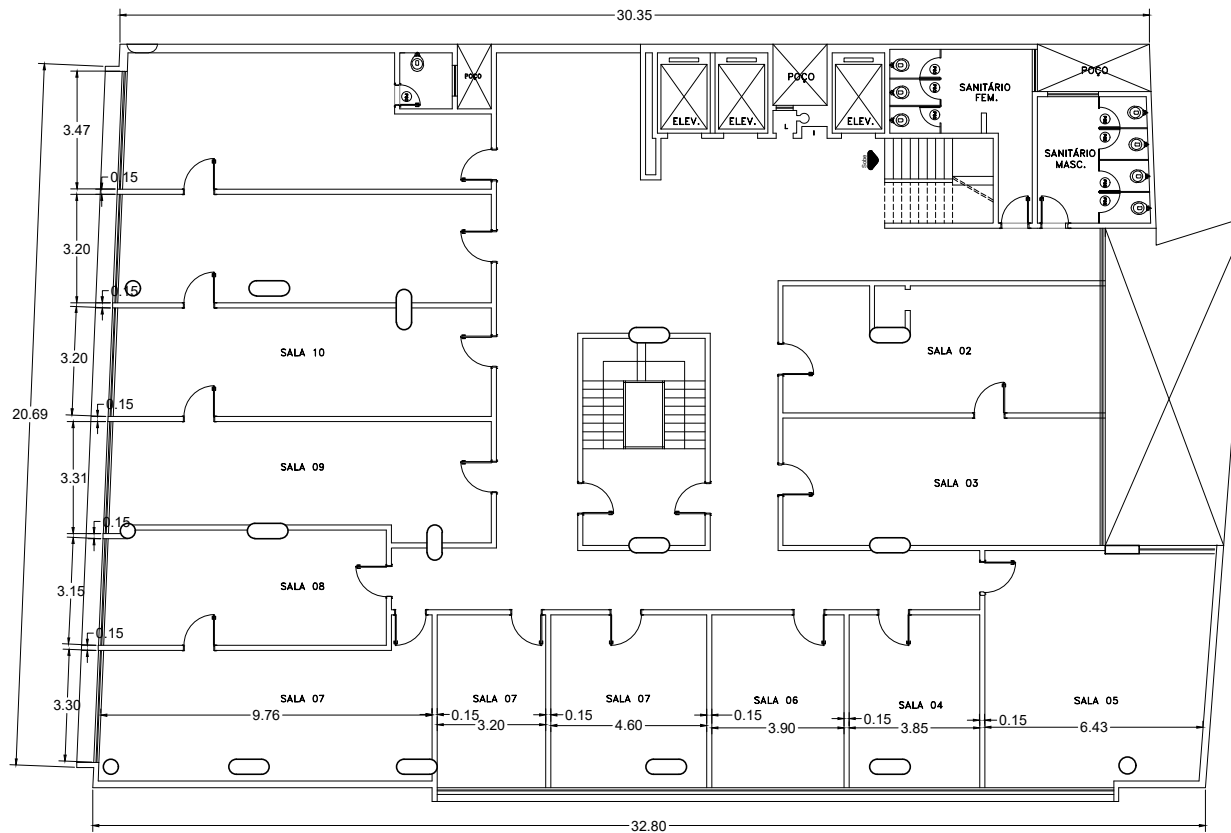
Dada a importância de que se reveste a questão da identidade cultural no âmbito do projeto da União Européia, é indispensável criar, com seu apoio, um programa que permita continuar o processo de reflexão e de troca de experiências sobre Reabilitação Urbana.

ANEXO 2

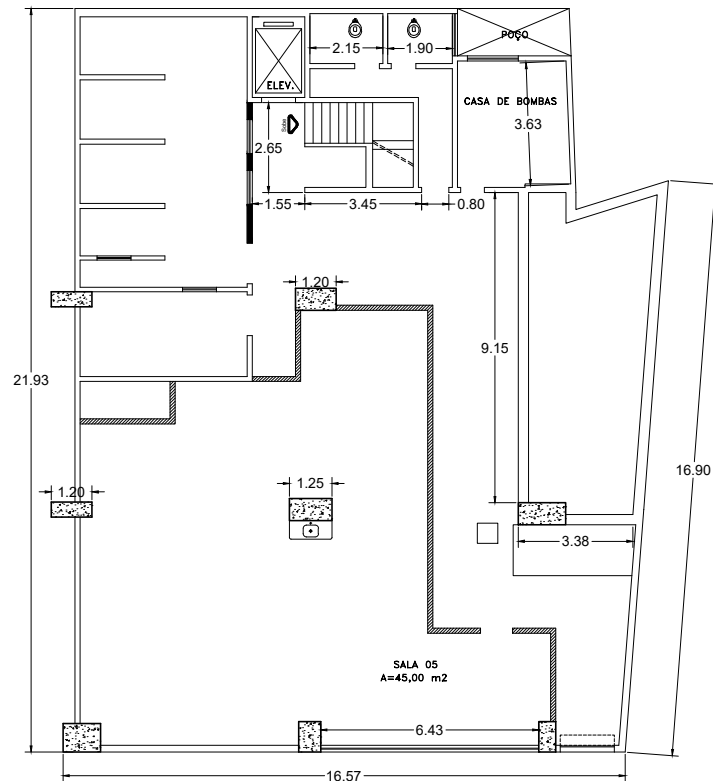
PLANTAS BAIXAS DO LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO FORNECIDAS PELA
3º SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN/MA



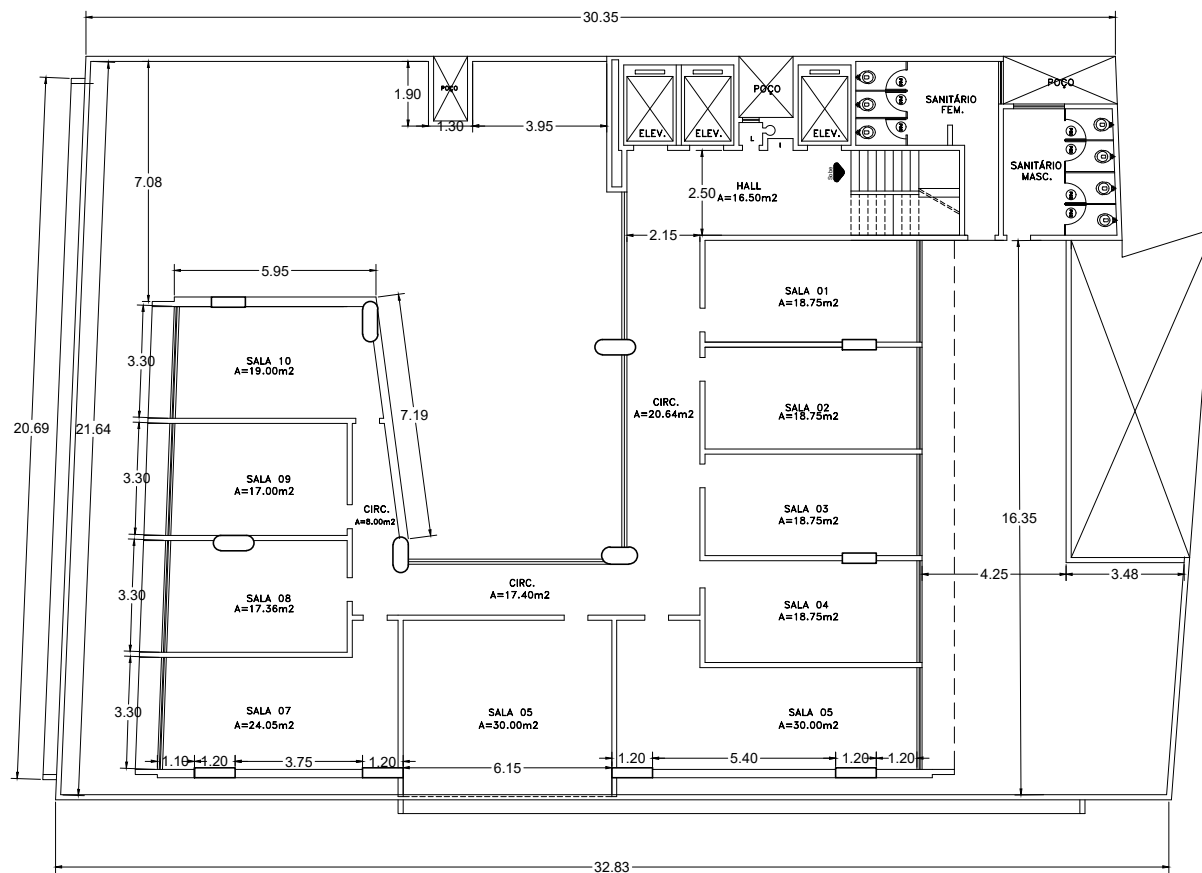
UEMA Universidade Estadual do Maranhão	
Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107	
LEVANTAMENTO ED. JOÃO GOULART PLANTA BAIXA - 1º SUBSOLO FONTE: IPHAN/MA	
ESCALA 1/200	02/07



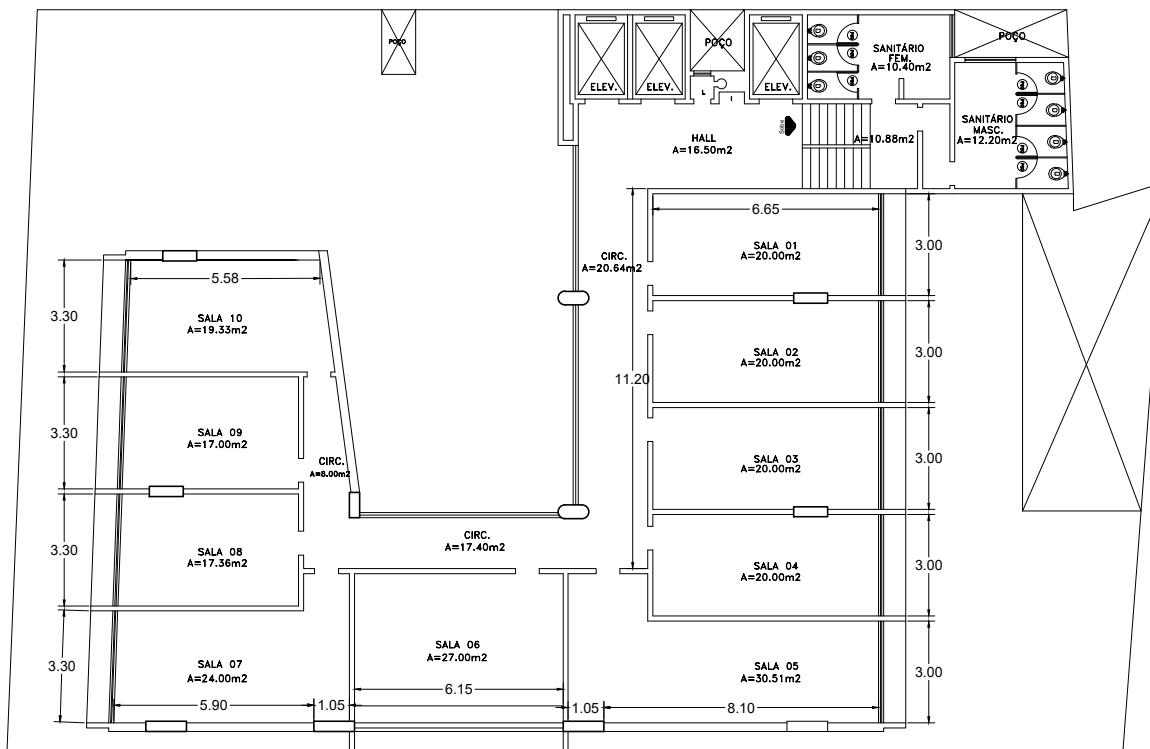
UEMA Universidade Estadual do Maranhão	
Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107	
LEVANTAMENTO ED. JOÃO GOULART PLANTA BAIXA - 2º e 3º PAVIMENTOS FONTE: IPHAN/MA	
ESCALA 1/200	05/07



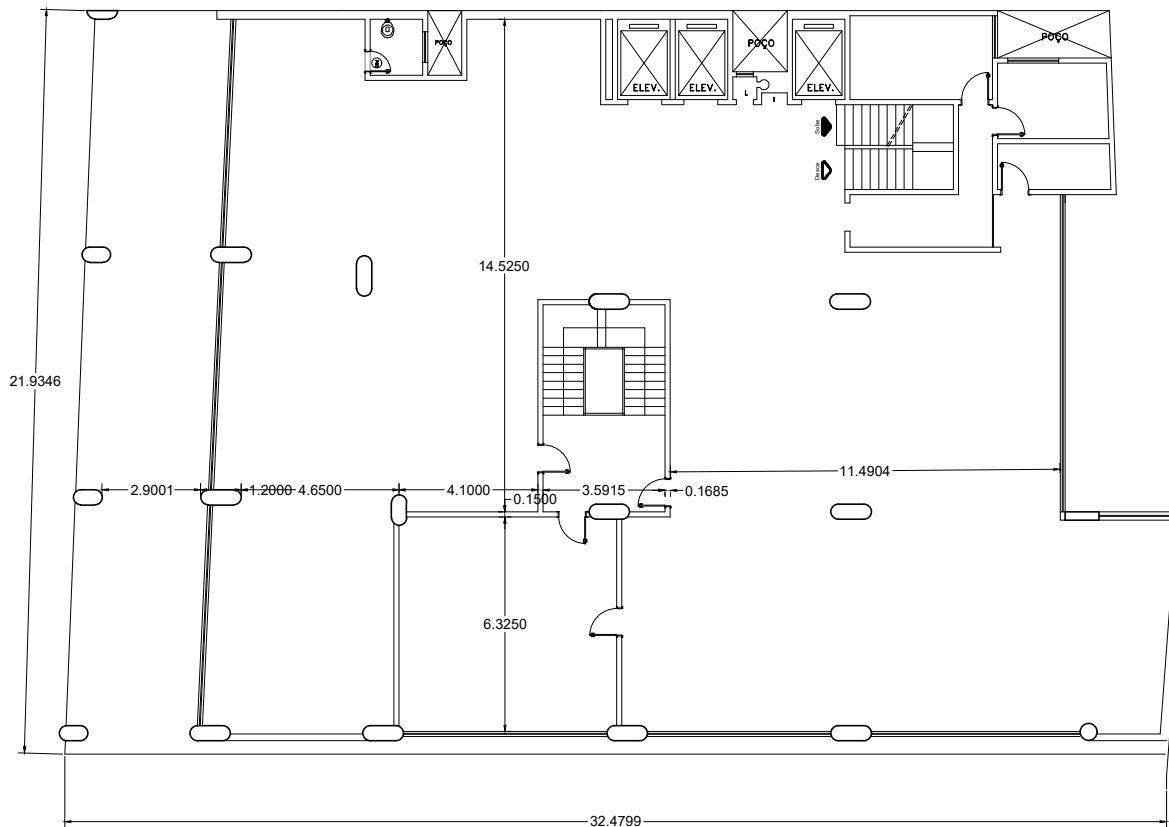
UEMA Universidade Estadual do Maranhão	
Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107	
LEVANTAMENTO ED. JOÃO GOULART PLANTA BAIXA - 2º SUBSOLO FONTE: IPHAN/MA	
ESCALA 1/200	01/07



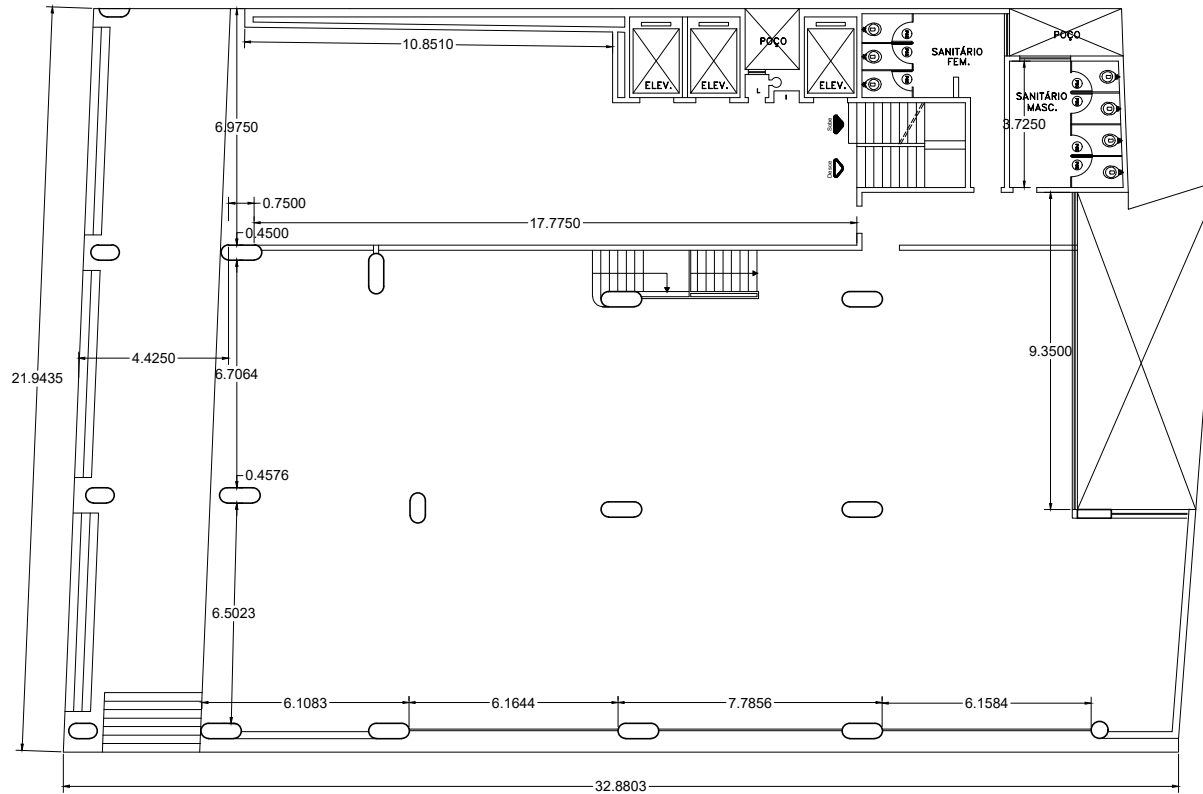
<p>UEMA Universidade Estadual do Maranhão</p>	
<p>Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107</p>	
<p>LEVANTAMENTO ED. JOÃO GOULART PLANTA BAIXA - 4º PAVIMENTO FONTE: IPHAN/MA</p>	
<p>ESCALA 1/200</p>	<p>06/07</p>



UEMA Universidade Estadual do Maranhão	
Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107	
LEVANTAMENTO ED. JOÃO GOULART PLANTA BAIXA - 5º ao 10º PAVIMENTO FONTE: IPHAN/MA	
ESCALA 1/200	07/07



UEMA Universidade Estadual do Maranhão	
Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107	
LEVANTAMENTO ED. JOÃO GOULART PLANTA BAIXA - SOBRELOJA FONTE: IPHAN/MA	
ESCALA 1/200	04/07



UEMA Universidade Estadual do Maranhão	
Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107	
LEVANTAMENTO ED. JOÃO GOULART PLANTA BAIXA - TÉRREO FONTE: IPHAN/MA	
ESCALA 1/200	03/07

APÊNDICE 1
MAPAS DE ANÁLISE DO ENTORNO

LEGENDA

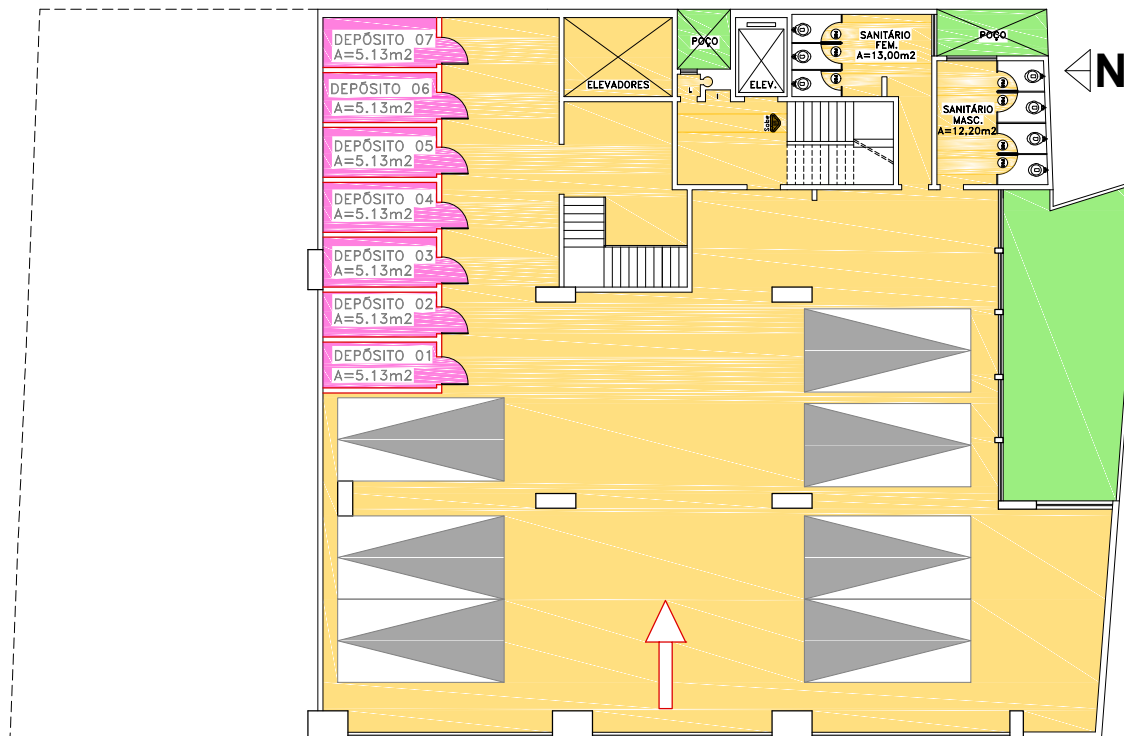
Estado de Conservação

- Bom
- Regular
- Péssimo
- Ruína
- Em obras



APÊNDICE 2

PLANTAS BAIXAS DA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO
APRESENTADAS AO ED. JOÃO GOULART



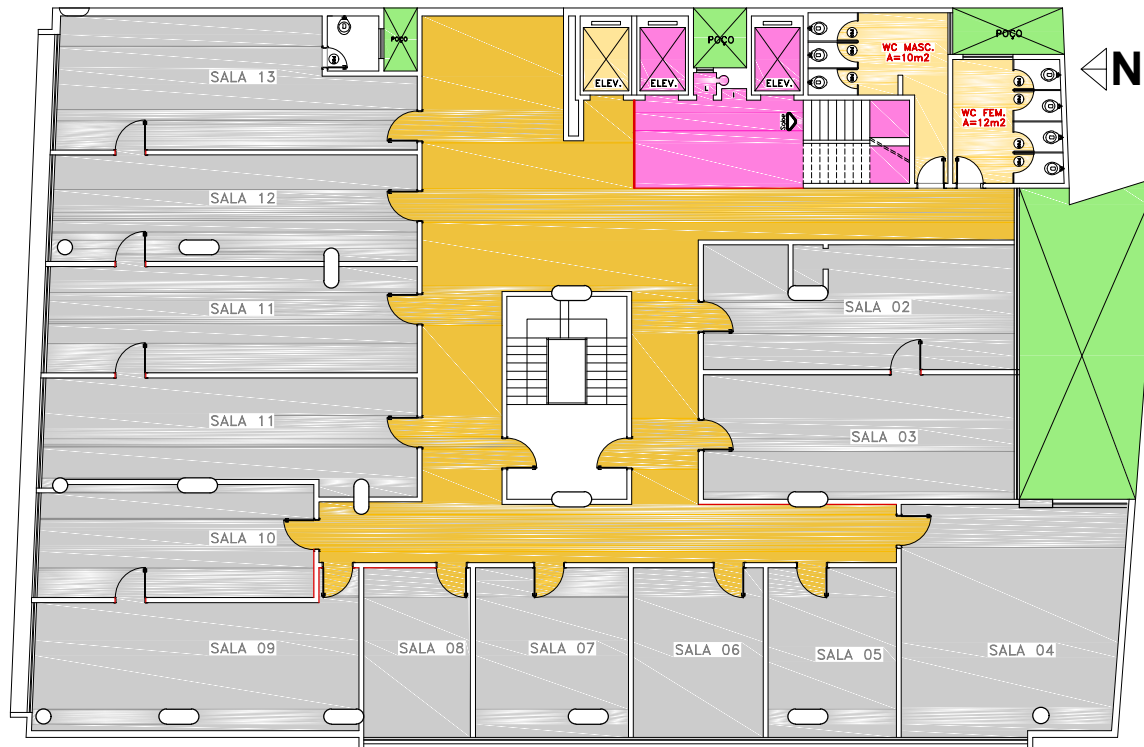
LEGENDA		INTERVENÇÃO
	Depósito dos moradores	
	Circulação	
	Vagas limitadas ao moradores	ORIGINAL
	Área não edificada	

UEMA
 Universidade Estadual do Maranhão

Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo
 Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ED. JOÃO GOULART
 PLANTA BAIXA - 1º SUBSOLO/GARAGEM E DEPÓSITOS

ESCALA 1/200 01/07



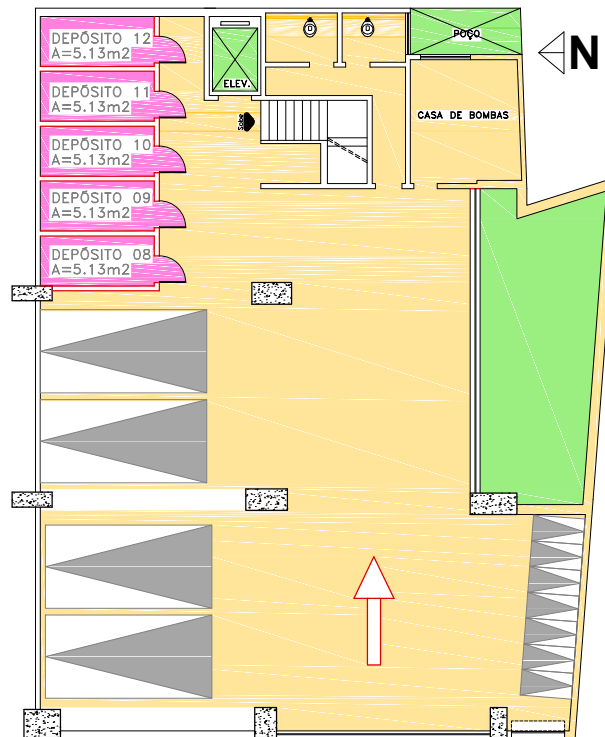
LEGENDA		INTERVENÇÃO
Acesso restrito aos moradores	Comércio/Serviços	ORIGINAL
Circulação livre ao público	Área não edificada	

UEMA
 Universidade Estadual do Maranhão

Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo
 Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107

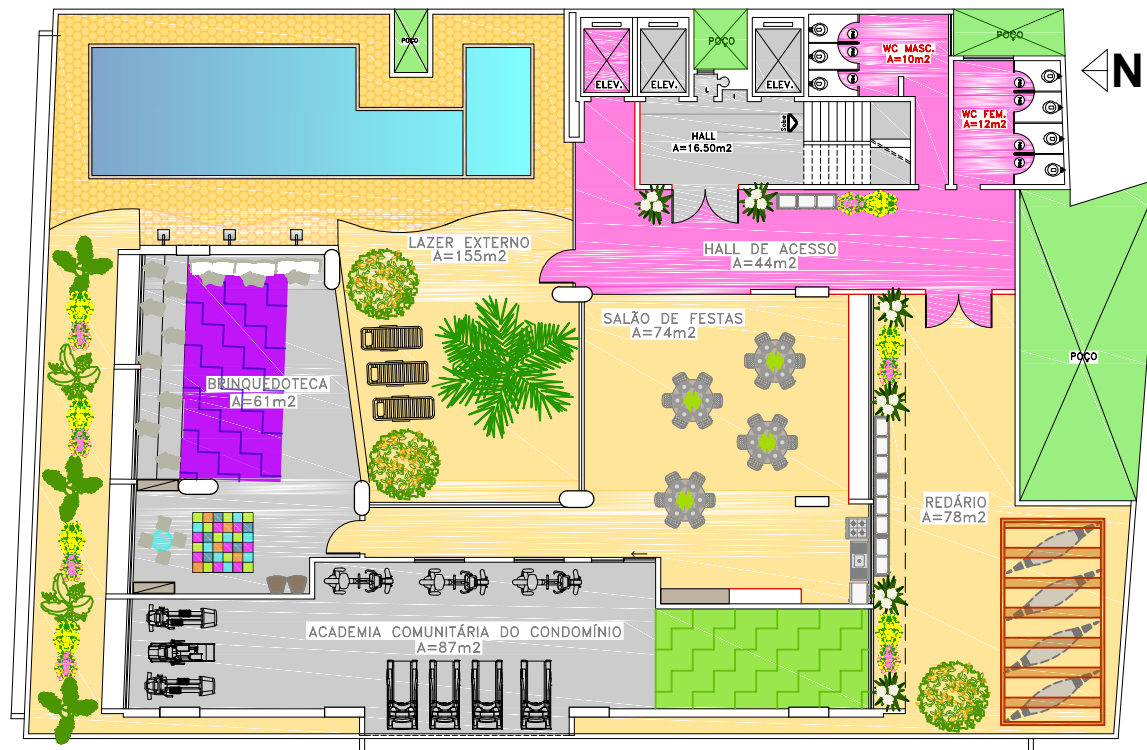
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ED. JOÃO GOULART
 PLANTA BAIXA - 2º e 3º PAVIMENTOS/SERVIÇOS

ESCALA 1/200 05/07



LEGENDA		INTERVENÇÃO
Depósito dos moradores	Vagas limitadas ao moradores	ORIGINAL
Circulação	Área não edificada	ORIGINAL

UEMA Universidade Estadual do Maranhão	
Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107	
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ED. JOÃO GOULART PLANTA BAIXA - 2º SUBSOLO/GARAGEM E DEPÓSITOS	
ESCALA 1/200	02/07

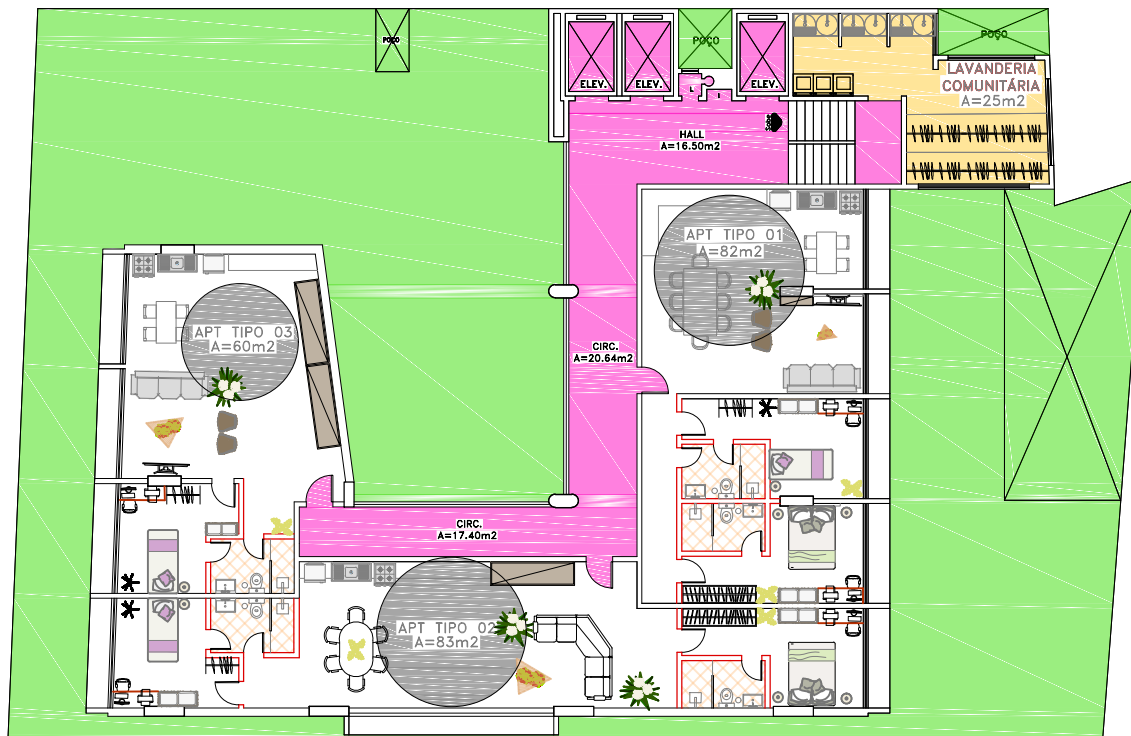


UEMA
 Universidade Estadual do Maranhão

Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo
 Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ED. JOÃO GOULART
 PLANTA BAIXA - 4º PAVIMENTO/ÁREA DE LAZER

ESCALA 1/200 06/07



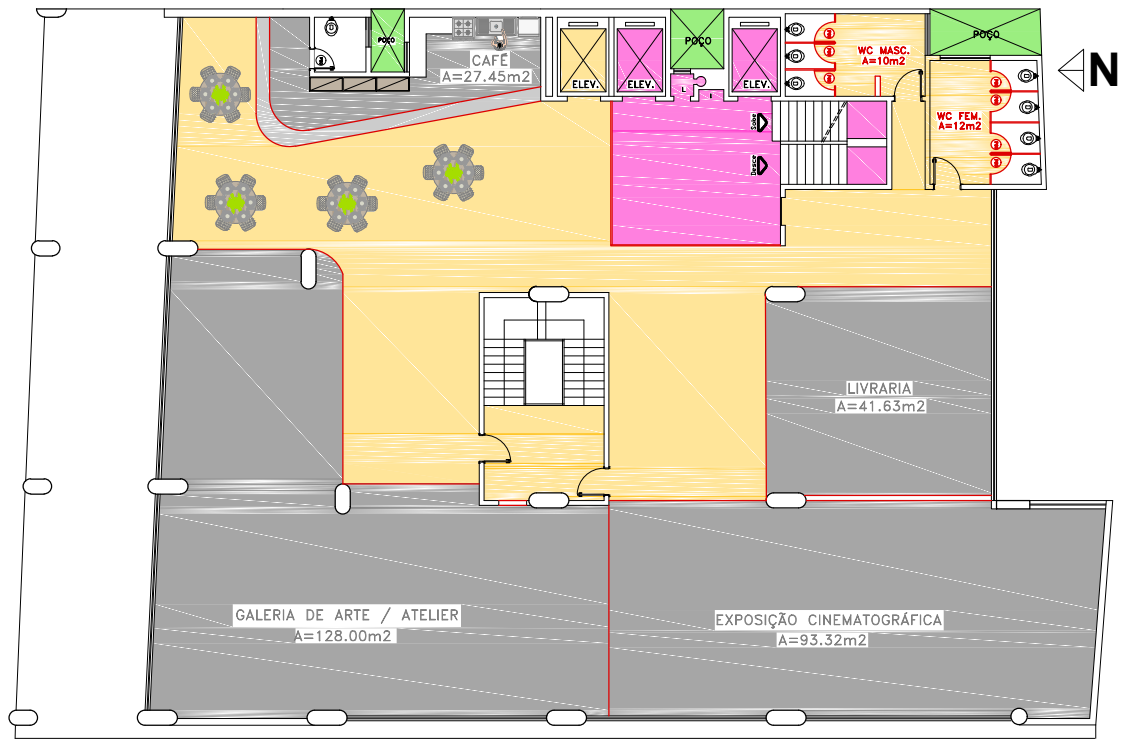
LEGENDA		INTERVENÇÃO
	Acessos/Circulação	
	Lavanderia comunitária	
	Unidades habitacionais	ORIGINAL
	Área não edificada	

UEMA
 Universidade Estadual do Maranhão

Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo
 Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ED. JOÃO GOULART
 PLANTA BAIXA - 5º ao 10º PAVIMENTOS/HABITACIONAL

ESCALA 1/200 07/07



LEGENDA

<p> Acesso restrito aos moradores</p> <p> Circulação livre ao público</p>	<p> Comércio/Serviços</p> <p> Área não edificada</p>
---	--

INTERVENÇÃO

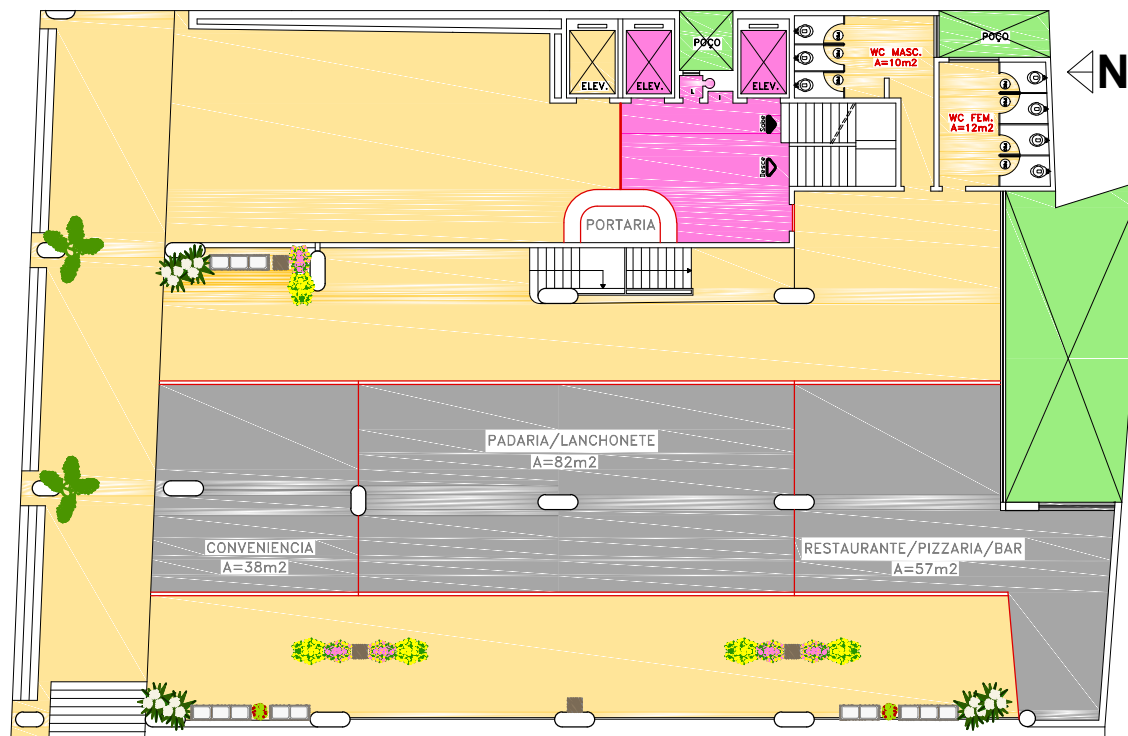
— ORIGINAL

UEMA
Universidade Estadual do Maranhão

Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo
Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ED. JOÃO GOULART
PLANTA BAIXA - SOBRELOJA/ESPAÇO CULTURAL

ESCALA 1/200
04/07



LEGENDA		INTERVENÇÃO
 Acesso restrito aos moradores	 Comércio/Serviços	<u> </u>
 Circulação livre ao público	 Área não edificada	<u> </u> ORIGINAL

UEMA
 Universidade Estadual do Maranhão
 Monografia de Graduação: Arquitetura e Urbanismo
 Graduanda: Victória Batista Pereira 1213107
 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ED. JOÃO GOULART
 PLANTA BAIXA - TÉRREO/PRAÇA
 ESCALA 1/200 03/07

APÊNDICE 3

MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO EM PLATAFORMA DIGITAL



Você conhece o Ed. João Goulart?

(Localizado: Ao lado do Fórum, em frente ao Tambor do Amaral)

*Obrigatório

Endereço de e-mail *

Seu e-mail

Vista do Centro Histórico de São Luís - MA



Consegue identificá-lo na foto? *



Sim, é esse!



Sim, ou esse?



Ou algum desses



Nem tentei

Outro:

Assim fica melhor de identificá-lo? *



Sim, sei qual é

Nem tentei

Outro:

Acertou? *



- Sim :)
- Não :(
- Nem tentei
- Outro:

Você conhece esse edifício? *



- Sim, por acaso vejo de longe todo dia
- Sim, por acaso vejo de perto todo dia
- Nunca tinha reparado
- Acho que nunca vi
- Outro:

Você sabia que ele está abandonado? (Há mais de 20 anos) *



- Nossa, sério?
- Infelizmente sim :/
- Nunca tinha reparado
- Outro:

Você considera esse prédio importante para a cidade? *



- Sim
- Não
- Não sei opinar
- Outro:

Se ele fosse um prédio de diferentes usos, entre eles habitação, você moraria? *



- Com essa vista sim
- Só pela localização eu já moraria
- Sim. Todas as alternativas anteriores + eu já moro no centro
- Não porque o centro é muito perigoso
- Outro:

Já pensou se no térreo ele tivesse farmácias, lojas, restaurantes, livraria? *



- Nossa, perfeito
- Só pela localização eu já moraria
- Não porque o centro é muito perigoso
- Outro:

Ele agora é importante para você? *



- Sempre foi, mas eu não moraria
- Sempre foi e eu moraria fácil
- Conhecendo agora, mas eu moraria fácil
- Não sei opinar
- Outro:

Envie-me uma cópia das minhas respostas.

ENVIAR

Página 1 de 1

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

reCAPTCHA
PrivacidadeTermos

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

Google Formulários